

Amanda Dutra Hot

**Cartas à Viscondessa: cotidiano e vida familiar no Brasil Império
(Ouro Preto, 1850 – 1902)**

Mariana
2010

Universidade Federal de Ouro Preto
Instituto de Ciências Humanas e Sociais
Departamento de História
Programa de Pós-Graduação em História

**Cartas à Viscondessa: cotidiano e vida familiar no Brasil Império
(Ouro Preto, 1850 – 1902)**

Dissertação apresentada ao curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Ouro Preto, orientada pela professora Dr.^a Andréa Lisly Gonçalves, como requisito à obtenção do título de Mestre em História.

Mariana
2010

H832c Hot, Amanda Dutra.
Cartas à viscondessa [manuscrito] : cotidiano e vida familiar no Brasil
Império. Ouro Preto, 1850-1902 / Amanda Dutra Hot. - 2010.
141 f. il. color., tabs.

Orientadora: Profa. Dra. Andréa Lisly Gonçalves.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Ouro Preto.
Instituto de Ciências Humanas e Sociais.
Área de concentração: Estado, Região e Sociedade.

1. Brasil - História - Império, 1822-1889 - Teses. 2. Família - Teses.
3. Elite - Teses. I. Universidade Federal de Ouro Preto. II. Título.

CDU: 94(81).044/.046

Catálogo: sisbin@sisbin.ufop.br

Agradecimentos

Inicialmente, agradeço à Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa da Universidade Federal de Ouro Preto (PROPP/UFOP), pela bolsa de pesquisa que me foi concedida, possibilitando a realização deste trabalho.

Agradeço a minha orientadora, Prof.^a Dr.^a Andréa Lisly Gonçalves, pela orientação competente e cuidadosa. Agradeço tanto pela paciência demonstrada frente às minhas inseguranças e incertezas, quanto pelo incentivo e entusiasmo a mim dispensados. Cada leitura que fazia do meu trabalho enchia-o de um ânimo novo.

Aos professores Dr.^o Renato Pinto Venâncio e Dr.^o Marco Antônio Silveira pelas preciosas críticas feitas no Exame de Qualificação, as quais foram incorporadas, na medida do possível, ao texto final. Ao primeiro devo ainda minha gratidão pela leitura e acompanhamento deste trabalho, mesmo antes do meu ingresso no mestrado.

Ao professor Dr.^o Álvaro de Araújo Antunes sou grata por ter-me incentivado no campo da pesquisa histórica e pelas leituras críticas que fez deste trabalho, quando ainda era apenas um projeto.

Agradeço também aos demais professores do Instituto de Ciências Humanas e Sociais (ICHS) que me acompanharam desde a graduação, até o mestrado, por contribuírem na minha formação e, conseqüentemente, neste trabalho.

Aos funcionários do ICHS, em especial aos do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História, pela educação e eficiência com que sempre me ajudaram. Devo também meus agradecimentos a Maria das Graças Ogando, da biblioteca, pelo carinho, educação e presteza com que sempre me recebeu e me ajudou a encontrar livros até mesmo fora da biblioteca da UFOP.

Aos funcionários do IPHAN de Ouro Preto, em especial à Simone e ao Rafael Arrelaro, por abrirem as portas deste renomado instituto para esta pesquisa.

Aos funcionários da Casa do Pilar, Carmem, Sueli e Rosa, e aos estagiários que sempre acompanharam com muito interesse e atenção a minha pesquisa. Agradeço, em especial, a Raquel Santos, pelo auxílio na pesquisa, mesmo depois de deixar a Casa do Pilar como estagiária. A ela fica minha especial gratidão, pela amizade dispensada desde os tempos da graduação, até o entusiasmo com que dividimos as descobertas desta pesquisa.

Agradeço aos amigos que me apoiaram e incentivaram a ingressar no mestrado, e sempre se mostraram interessados em ouvir e entender mais sobre o meu trabalho.

Aos meus familiares por entenderem minha ausência nestes dois anos de pesquisa. Agradeço, em especial, aos meus pais, Flávio e Margarete, pelo carinho, incentivo e compreensão a mim dispensados. Ao Germano, pelo companheirismo e por dividir comigo todos os momentos de alegria, e também os de dúvidas e incertezas, que toda pesquisa de mestrado pode acarretar.

[...] Diante da página em branco e das suas notas de pesquisa, o historiador não tem como fugir ao dilema que muito bem definiu um oficial de outro ofício, Lévi-Strauss, quando assinalou que ele deve sempre optar “entre uma história que informa mais e explica menos e uma história que explica mais e informa menos”, pois, dependendo do nível em que se coloque, “ele perde em informação o que ganha em compreensão e vice-versa”.

Evaldo Cabral de Mello. *O Nome e o Sangue*, 1989.

Resumo

A presente pesquisa tem por objetivo estudar uma família da classe senhorial ouropretana, os Teixeira de Souza Magalhães. Analisaremos este grupo familiar, usando como representante principal, Maria Leonor de Magalhães Teixeira, baronesa e viscondessa de Camargos. Buscaremos, também, compreender o conceito de família e a forma de se viver em família, experimentada por este grupo da elite oitocentista mineira. Através do estudo das correspondências ativas e passivas de Maria Leonor, além de inventários *post-mortem*, auto de justificação e certidões de batismo, poderemos esboçar as relações e redes de solidariedades vividas pelos sujeitos que as encenam. Acreditamos que, através do estudo do cotidiano desta família, poderemos compreender melhor as relações familiares de outros núcleos de mesma condição social. Os casamentos arranjados, a concessão de dotes, a aquisição de títulos de nobreza, a extrema preocupação com a educação e a instrução dos filhos, a participação em redes de apadrinhamento e o estabelecimento de relações clientelares devem ser vistos, no interior deste grupo, como estratégias usadas para a perpetuação da riqueza e do *status* social, tão caro às elites oitocentistas.

Palavras-chaves: Família, Elite, Cotidiano, Riqueza, Cartas, Brasil Imperial.

Abstract

This work aims to study a family from the noble class of Ouro Preto city, the Teixeira de Souza Magalhães. This family group is analyzed, having as main representative, Maria Leonor de Magalhães Teixeira, Baroness and Viscountess of Camargos. It is also intended to understand the concept of family and the way of life within a family, experienced by this group of the high social class in the nineteenth century in Minas Gerais State. Through the study of the mails, both active and passive, of Maria Leonor, besides *post-mortem* inventories, legal documents and baptism certificate, it is possible to draw the relationships and solidarity networks lived by the characters themselves. We believe that, through the study of the every day life of this family, we can better understand the familiar relationships of other groups in the same social condition. The prearranged marriages, dowry concession, acquisition of noble titles, the extreme concern with the education and instruction of their children, the participation in favor networks and the establishment of political machine relationships should be seen, within this group, as strategy to perpetuate richness and social status, so expensive to 19th century high society.

Key words: Family, High Class, Every Day Life, Richness, Letters, Imperial Brazil.

Lista de Ilustrações

Figura 1 – Genealogia da Família Mosqueira	60
Figura 2 – Genealogia da Família Pimenta da Costa	61
Figura 3 – Família Teixeira de Souza Magalhães	62
Figura 4 – Maria Leonor de Magalhães Teixeira	83
Figura 5 – Manoel Teixeira de Souza	83
Figura 6 – O casal Teixeira de Souza Magalhães	84
Figura 7 – Maria Leonor Teixeira Baeta Neves	84
Figura 8 – Elisa Teixeira de Souza Magalhães	84
Figura 9 – Residência da Família Teixeira de Souza Magalhães	86
Figura 10 – Diploma da Exposição Nacional de 1873	89
Figura 11 – Diploma da Exposição Nacional de 1875	90
Figura 12 – Diploma da Exposição Internacional da Filadélfia de 1876	90
Figura 13 – Ruínas da Fazenda do Tesoureiro	110
Figura 14 – Jornal de Minas	118
Figura 15 – Traje que pertenceu a Manoel Teixeira de Souza	127

Lista de Quadros

Quadro 1 – Número de Correspondências Analisadas	23
Quadro 2 – Remetentes	23
Quadro 3 – Destinatários	24
Quadro 4 – Número de Pedidos em relação ao número de correspondências recebidas	95
Quadro 5 – Aumento das agências dos correios em Minas entre 1830 e 1896	101
Quadro 6 – Correspondências que Chegaram na Administração do Correio de Ouro Preto	103
Quadro 7 – Correspondências que Saíram da Administração do Correio de Ouro Preto	103

Lista de Abreviaturas

AMI – Arquivo Museu da Inconfidência

APM – Arquivo Público Mineiro

CEMEMOR/UFMG – Centro de Memória da Medicina de Minas Gerais da
Universidade Federal de Minas Gerais

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

MI – Museu da Inconfidência

Sumário

Introdução	13
1. Fontes	18
2. Capítulos	24
Capítulo 1: A família é o começo de tudo	27
1.1. As famílias em questão: os Machado de Magalhães e os Teixeira de Souza	28
1.2. Casamento entre elites: práticas e motivações	32
1.3. Uma nobreza em formação	50
Capítulo 2: A viscondessa e suas inúmeras atribuições	63
2.1. A gerência da família	65
2.2. O governo da casa e dos negócios	85
2.3. Mudança no jogo político: a intervenção feminina numa rede clientelista	93
Capítulo 3: O cotidiano impõe seu ritmo: vivência e intimidade da boa sociedade	100
3.1. A escrita das cartas: definindo um pacto epistolar.....	101
3.2. A sociedade das gentilezas: trocas de presentes e as intermináveis encomendas.....	106
3.3. Enfermidades e falecimentos: as más notícias também chegam pelas cartas.....	113
3.4. Quebrando a rotina do cotidiano: a vida social da boa sociedade imperial.....	122
Considerações finais	131
Fontes	133
Bibliografia	133

Introdução

A abordagem da família como tema de pesquisa não é recente na historiografia brasileira. Os primeiros estudos datam da década de 1920 e têm como principais expoentes Oliveira Vianna e Gilberto Freyre, que preocuparam-se mais em pensar a família na sua relação com a formação do Estado Nacional. Oliveira Vianna utilizou a noção de clã parental para abordar a família senhorial, a qual se reconhecera como um grupo social coeso¹. Gilberto Freyre concebeu o conceito de família patriarcal, largamente usado e criticado pela historiografia brasileira da família. Para o autor, a família patriarcal, e não o indivíduo, teria sido o grande agente colonizador do Brasil, uma vez que era na e para a família que convergiam todos os interesses individuais. Esta família cunhada por Freyre é caracterizada, principalmente, pelo predomínio masculino, manifestado no âmbito doméstico e desdobrando-se na esfera política².

O alvo de maiores críticas no trabalho de Freyre, ou seja, um suposto predomínio da família patriarcal na sociedade brasileira colonial – e imperial, até certo ponto – é questionável, uma vez que no conjunto de sua obra, Freyre ressalta que os valores patriarcais predominam, mas não são os únicos. Entretanto, muitos estudiosos, preocupados em proferir críticas a obra freyriana, acabam por negligenciar suas grandes contribuições para a história da família brasileira, ou seja, a percepção do autor do peso social e simbólico da família em nossa formação social e o pioneirismo em abordar o cotidiano, a intimidade e a vida familiar de parte da classe senhorial oitocentista³.

Se os debates sobre a temática da família iniciaram-se na primeira metade do século XX, como ressaltamos, foi apenas nas últimas quatro décadas que ganhou mais espaço e fôlego entre os historiadores. Podemos ressaltar trabalhos como o de Iraci Del Nero da Costa⁴, da década de 1970. O estudo tece um quadro do contexto de Vila Rica nas duas primeiras décadas do século XIX, tendo em vista os relatos de viajantes. Estes demonstram um quadro não muito favorável de estagnação econômica e improdutividade, o que poderia ter interferido na formação dos domicílios e famílias de

¹ VIANNA, Oliveira. *Populações Meridionais do Brasil*. São Paulo: Editora Nacional, 1938.

² FREYRE, Gilberto. *Casa-Grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. 49ªed. São Paulo: Global Editora, 2004. _____ *Sobrados e Mucambos: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano*. São Paulo: Global Editora, 2004.

³ Referimo-nos principalmente a *Sobrados e Mucambos: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano*. São Paulo: Global Editora, 2004.

⁴ COSTA, Iraci Del Nero da. A estrutura familiar e domiciliária em Vila Rica no alvorecer do século XIX. *RIEB*, (19): 17-34, 1977.

Vila Rica. Para formular tal hipótese e traçar os perfis domiciliários de Vila Rica, o autor utiliza os dados populacionais extraídos de listas nominativas do ano de 1804.

No início da década de 1980, Mariza Corrêa recoloca o trabalho de Gilberto Freyre em debate. A autora questiona a adoção do conceito de família patriarcal como única definição para a família brasileira. Para Corrêa, mais sensato do que definir uma estrutura familiar brasileira, seria

Sugerir a existência de um panorama mais rico, a coexistência, dentro do mesmo espaço social, de várias formas de organização familiar, a persistência desta tensão revelando-se [...] na constante invenção de maneiras de escapar ou de melhor suportar aquela dominação.⁵

O que Mariza Corrêa sugere é que em nossa história não persistiu apenas um tipo de configuração familiar e que, portanto, a definição de família deve ser repensada e ampliada através do debate. Para tanto, sugerir que exista uma história das famílias e não da família, seria um bom começo.

Outra estudiosa que contribui para o debate nos anos de 1980 foi Eni de Mesquita Samara. A historiadora também critica o uso, e a aplicabilidade, do conceito de família patriarcal “nos diversos momentos da nossa história e para famílias dos diferentes grupos sociais”⁶. Para Samara, se o conceito de família patriarcal explicou a família brasileira num dado momento de nossa formação, esta família patriarcal mudou com o tempo, assumindo configurações regionalmente diferentes.

Neste mesmo período, ou seja, final do anos 1970 e década de 1980, surge na historiografia um grupo de estudiosos, dentre os quais Elizabeth Kuznesoff e Muriel Nazzari, sobre a família brasileira, e que se difere em grande medida dos estudos anteriores. O que caracteriza estes trabalhos é a utilização de diversas fontes, que até então não haviam sido utilizadas em conjunto para o estudo da família, tais como contratos de casamento, documentos de concessão de dotes, inventários, testamentos,

⁵ CORRÊA, Mariza. Repensando a família patriarcal brasileira. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, (37): 5-16, Mai.1981., p. 14.

⁶ SAMARA, Eni de Mesquita. *A família brasileira*. 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1986, p. 82. A contribuição de Samara, para o debate, pode ser vista também em: _____. Casamentos e papéis familiares em São Paulo no século XIX. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, (37): 17-25, Mai. 1981 e _____. A História da família no Brasil. *Revista Brasileira de História*, n. 17. São Paulo: Marco Zero/ANPUH, 1988/1989.

tendo por objetivo relacionar “a dinâmica das unidades familiares e os aspectos econômicos e políticos mais amplos”⁷.

Elizabeth Kuznesoff estudou a composição das unidades domésticas e suas transformações em São Paulo no final do século XVIII e início do XIX. Já em outro estudo, a autora analisa o parentesco e o clientelismo na sociedade paulista como duas relações indissociáveis. Para Kuznesoff, o parentesco “fornecia o “cimento crucial” que integrava as redes e “permitia aos indivíduos se aproximarem uns dos outros politicamente”⁸. Dessa forma, a família admitia pessoas não relacionadas pelo parentesco, mas este continuava sendo o elo que mantinha e organizava a rede familiar.

Muriel Nazzari⁹ desvendou a prática do dote e suas transformações, no que diz respeito a sua composição, em São Paulo, entre os séculos XVII e XX, relacionando-as às mudanças no contexto econômico mais geral do Brasil. Para Nazzari, à medida que a unidade familiar passou, progressivamente, de uma unidade produtiva a uma unidade de consumo, a prática do dote foi tornando-se cada vez mais rara, até o seu total desaparecimento, em inícios do século XX.

No início da década de 1990, Ronaldo Vainfas¹⁰ recoloca no centro do debate a noção de família patriarcal, tão criticada no decênio anterior. Vainfas tentou desconstruir as críticas proferidas ao modelo patriarcal, afirmando que patriarcalismo e família extensa não significam a mesma coisa, como vinha sendo associado por alguns estudos. O autor ressaltou que não se deve negligenciar o patriarcalismo no estudo da sociedade brasileira e que não era a estrutura do domicílio que deveria ser levada em consideração, mas os valores e a estrutura de poder.

A retomada mais recente (2007) do conceito de patriarcalismo no estudo da família brasileira, mais especificamente a mineira, visto como um conjunto de valores e práticas, e não como sinônimo de configuração domiciliar ou familiar extensa, se dá através da historiadora Silvia Brügger. Em seu trabalho intitulado *Minas Patriarcal*, no

⁷ FARIA, Sheila de Castro. História da família e demografia histórica. In.: CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo (orgs.). *Domínios da História: ensaios de Teoria e Metodologia*. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997, p. 253-254.

⁸ KUZNESOFF, Elizabeth Anne. A família na sociedade brasileira: parentesco, clientelismo e estrutura social (São Paulo, 1700-1980). *Revista Brasileira de História*, n. 17. São Paulo: Marco Zero/ANPUH, 1988/1989, p. 56.

⁹ NAZZARI, Muriel. Dotes paulistas: composição e transformações (1600-1870). *Revista Brasileira de História*, n. 17. São Paulo: Marco Zero/ANPUH, 1988/1989.

¹⁰ VAINFAS, Ronaldo. *Trópico dos pecados: moral, sexualidade e inquisição no Brasil*. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

qual estuda família e sociedade em São João Del Rei, entre os séculos XVIII e XIX, Brügger rompe com a idéia de que nas Minas Gerais seria o indivíduo, e não a família, o grande fator colonizador e que a presença do Estado Metropolitano teria impedido a consolidação dos poderes locais. A autora rompe com a dita especificidade mineira, que diferenciaria a sociedade das Minas no que, para Gilberto Freyre, foi o grande colonizador, ou seja, a família. Tal como Vainfas, a historiadora afirma que o patriarcalismo deve ser compreendido “não como uma configuração domiciliar específica, mas como um conjunto de valores e práticas que coloca no centro da ação social a família, entendida como unidade socioeconômica, política e afetiva”¹¹.

Para além da plausibilidade ou não quanto ao uso do conceito de família patriarcal, o estudo de Brügger deve ser entendido como um avanço no debate da história da família mineira, uma vez que coloca em questão o entendimento desses grupos familiares e os fatores que influíram em suas configurações, tais como os arranjos matrimoniais e as relações de compadrio.

Fazendo uso de uma ampla gama documental, bem como aliando à história os recursos da demografia, Sheila de Castro Faria analisa a família e a vida cotidiana na sociedade de Campos dos Goitacazes¹². Em outro trabalho, a autora afirma que a família foi o ponto para onde convergiam ou se originavam todos os aspectos da vida cotidiana, pública ou privada. A família era a responsável, ainda, por conferir aos homens “estabilidade ou movimento”, “além de influir no *status* e na classificação social”¹³. O indivíduo pouco ou nunca era visto e referido isoladamente, mas sempre identificado com um grupo mais amplo, a família. Esta não se limitava, necessariamente, à consangüinidade. Nas palavras de Sheila Faria “entremeava-se à coabitação e à parentela incluindo relações rituais e de aliança política”¹⁴.

Uma contribuição ainda mais recente sobre a história da família, ou das famílias, e que traz uma abordagem diferenciada da temática é o de Mariana de Aguiar Ferreira Muaze. Através do estudo da abastada família do Vale do Paraíba (RJ), de Mariana

¹¹ BRÜGGER, Silvia Maria Jardim. *Minas patriarcal: família e sociedade* (São João Del Rei – Séculos XVIII e XIX). São Paulo: Annablume, 2007, p. 24.

¹²FARIA, Sheila de Castro. *A colônia em movimento: fortuna e família no cotidiano colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

¹³FARIA, Sheila de Castro. História da família e demografia histórica. In.: CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo (orgs.). *Domínios da História: ensaios de Teoria e Metodologia*. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997, p. 256.

¹⁴ *Idem, ibidem*.

Velho de Avellar, a viscondessa de Ubá, a historiadora busca “entender o conceito de família e as formas de viver em família através dos diferentes papéis exercidos no interior desse grupo”¹⁵. O trabalho de Muaze se diferencia dos antecessores, no que diz respeito às formas de se escrever uma história da família, justamente por pensar a família a partir dos sujeitos históricos que a formam, descortinando as “especificidades regionais, culturais e de classe”¹⁶, ao invés de interpretá-la apenas como “domicílio, unidade de residência e/ou unidade econômica”¹⁷.

A presente pesquisa, que tem por objetivo estudar uma família da classe senhorial ouropretana, os Teixeira de Souza Magalhães, também buscará compreender o conceito de família e a forma de se viver em família, experimentada por este grupo da elite oitocentista mineira. Acreditamos que, através do estudo deste grupo familiar, poderemos compreender melhor as relações familiares de outros núcleos de mesma condição social.

Através do estudo das correspondências ativas e passivas de Maria Leonor de Magalhães Teixeira, futura baronesa e viscondessa de Camargos, além de inventários *post-mortem*, auto de justificação, certidões de batismo, poderemos esboçar as relações e redes de solidariedades vividas pelos sujeitos que as encenam.

Amparados pela micro-história, cujo objeto, segundo Roger Chartier, não está “nas estruturas e mecanismos que regem, fora de todo subjetivismo, as relações sociais, mas sim nas racionalidades e estratégias que põem em funcionamento as comunidades, as parentelas, as famílias, os indivíduos”¹⁸, buscaremos enunciar alguns dos aspectos que tornaram possível a perpetuação da riqueza, da influência e do poder desta família por mais de meio século.

Acreditamos que perscrutar os papéis exercidos no interior desta família seja uma forma de entendermos a lógica – ou lógicas – que guiavam os indivíduos que compunham as famílias da elite imperial. O estudo do núcleo familiar dos Teixeira de Souza Magalhães é privilegiado a este respeito, uma vez que as fontes nos mostram diversas estratégias de ação que colocavam a família no centro das ações de seus

¹⁵ MUAZE, Mariana. *As Memórias da Viscondessa: família e poder no Brasil Império*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2008, p.11.

¹⁶ *Idem, ibidem*, p.203.

¹⁷ *Idem, ibidem*, p. 202.

¹⁸ CHARTIER, Roger. A história hoje: dúvidas, desafios, propostas. *Revista Estudos Históricos*, n. 13, 1994, p. 102.

componentes. Os casamentos arranjados, a concessão de dotes, a aquisição de títulos de nobreza, a extrema preocupação com a educação e a instrução dos filhos, a participação em redes de apadrinhamento e o estabelecimento de relações clientelares devem ser vistos como estratégias usadas para a perpetuação da condição de elite, de um grupo, em meio a um império em constantes transformações.

Entretanto, antes que desvendemos a intimidade e penetremos no cotidiano desta ilustre família mineira, faz-se necessário justificarmos a adoção de nosso recorte temporal e conhecermos um pouco sobre as fontes utilizadas neste trabalho, e alguns riscos que as mesmas podem nos reservar.

O recorte cronológico adotado é o período entre os anos de 1850 e 1902, uma vez que buscamos privilegiar o trabalho com o uso de todas as correspondências de Maria Leonor que compõem o acervo viscondessa de Camargos, do qual falaremos adiante. Entretanto, pediremos licença ao leitor para recuarmos estas balizas temporais sempre que for necessário, uma vez que alguns acontecimentos antecedem o ano de 1850, tais como o enlace matrimonial de Maria Leonor Felícia da Rosa e Manoel Teixeira de Souza, ocorrido em 1834. No que diz respeito ao final do recorte, escolhemos o ano da morte de Maria Leonor, o ano de 1902, por representar o ano da última correspondência de seu acervo e também por caracterizar o fim da influência paterna e materna, advinda de Manoel e Maria Leonor, no interior do grupo familiar dos Teixeira de Souza Magalhães.

1. Fontes

O espaço público oitocentista foi, cada vez mais, marcado e modelado pela circulação da palavra escrita. O processo de modernização pelo qual o Império do Brasil passara, dentre os quais podemos citar a criação de uma ampla malha ferroviária e a disseminação de um serviço de correios, permitiu o aumento da troca de informações – e em menor tempo. A criação de um serviço postal favoreceu que as práticas missivistas se arraigassem pela população instruída do Império. Como consequência dessa crescente troca de correspondências, outro hábito também se revelou: o de guardar estas cartas, o que indubitavelmente favoreceu a pesquisa histórica. Abre-se, assim, mais uma possibilidade de investigação ao historiador: a pesquisa de correspondências privadas. Somadas aos livros de assento, diários, tratados médicos, jornais e códigos de

civilidade, as correspondências privadas permitem ao historiador descortinar um universo íntimo com muito mais amplitude e riqueza de detalhes.

As formas de escrita íntima, tais como os diários, os borradores, as autobiografias e as cartas expandem-se juntamente com o processo de privatização pelo qual passa a sociedade ocidental. Este processo traz consigo a valorização do indivíduo em si e a construção de novas formas de relacionar-se consigo mesmo e com o mundo. O indivíduo, vivendo anônimo num mundo capitalista cujos valores pautam-se mais na maximização da produção e menos nas pessoas em si, sente-se perdido. Isto faz com que crie estratégias de auto-afirmação, de descoberta e expressão de si, encontrando nestas escritas pessoais um espaço privilegiado para tal.

O estudo desta literatura do íntimo tem se mostrado um campo muito fértil para a pesquisa histórica. Através dela podemos perscrutar o cotidiano e a intimidade daqueles que ali se apresentam como autores, remetentes e destinatários. No entanto, estas fontes, como todas as demais, carecem de um tratamento cauteloso, pois apresentam algumas armadilhas. Ao observarmos um trecho de carta escrita por Mário de Andrade, vemos que ele não parecia estar tão atento a estes riscos.

Tudo será posto a lume um dia, por alguém que se disponha a realmente fazer a História. E imediato, tanto correspondência como jornais e demais documentos não “opinarão” como nós, mas provarão a verdade. (Mário de Andrade)¹⁹

Embora o trecho de autoria de Mário de Andrade sugira o uso de cartas como fonte histórica, não se deve usá-las com a inocência manifestada pelo poeta modernista ao conferir às cartas o poder de transmitir uma verdade única, um testemunho unívoco da realidade vivida. Ângela de Castro Gomes, atenta para esse risco, chama a atenção para o fascínio ou feitiço que os arquivos privados exercem sobre os estudiosos que o elegem como *locus* privilegiado para pesquisa. Tal ressalva de Gomes refere-se à falsa idéia que fazemos das fontes privadas, atribuindo-lhes um caráter de verdade absoluta e inquestionável. Nessa perspectiva, os pesquisadores, no trato com tais registros, se considerariam frente a uma realidade – de uma época, de uma sociedade, de um indivíduo etc – “tal qual aconteceu”. Segundo a autora

¹⁹ Citado no livro ANDRADE, Mário de. *Cartas a Anita Malfatti*. Organização Marta Rossetti Batista. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989.

por guardar uma documentação pessoal, produzida com a marca da personalidade e não destinada explicitamente ao espaço público, ele [o arquivo privado] revelaria seu produtor de forma ‘verdadeira’: aí ele se mostraria ‘de fato’, o que seria atestado pela espontaneidade e pela intimidade que marcam boa parte dos registros.²⁰

No entanto, se o documento não pode nos dizer verdadeiramente o que aconteceu, pode nos informar o que o autor diz que viu, sentiu, experimentou, em relação a um dado acontecimento²¹. Assim, devemos relativizar o “testemunho” daqueles que os escreveram, tendo sempre em vista as situações nas quais foi produzido o documento. As cartas são exemplares a este respeito, uma vez que consideramos – erroneamente – os missivistas como pessoas cuja intenção não é a de produzir um documento histórico, mas a de narrar pura e fielmente acontecimentos, sentimentos àquele para quem escreve. Porém, não devemos atribuir uma total ingenuidade à escrita de correspondências, uma vez que todo discurso está sempre munido de intencionalidades. Intenção de comover, quando o que está em questão são pedidos – de ajuda, de favores, etc –, de demonstrar tristeza e resignação quando a carta é de pêsames, de emocionar e apaixonar, quando são de enamorados, etc. Esta suspeita quanto às intencionalidades está pautada na idéia de um indivíduo que representa papéis, que atua socialmente. Dessa forma, usaria o texto que escreve como forma de invenção/representação de si²², sendo este um espaço privilegiado para encenar os diversos papéis sociais, buscando demonstrar aquilo que gostaria que fosse visto e ocultar aquilo que não deveria ser revelado.

Outro problema com o qual nos deparamos ao elegermos as correspondências como fonte histórica é o da sua fragmentação. Os arquivos privados, em sua maioria, passam por uma triagem e censura – de familiares, doadores das fontes, ou dos próprios arquivos – o que faz com que parte dos documentos seja eliminada ou fique sob a guarda da família. Deve-se ter em vista que as cartas sobreviventes a uma triagem representam apenas versões fragmentadas e vestígios de experiências individuais e relações familiares. Este é um problema com o qual podemos lidar aumentando a perspicácia e atitude dedutiva para se trabalhar com as fontes, seguindo a sugestão de

²⁰ GOMES, Ângela de Castro. Nas malhas do feitiço: o historiador e os encantos dos arquivos privados. *Estudos históricos*, Rio de Janeiro, vol.11, n.21, 1998, p.121-7.

²¹ GOMES, Ângela de Castro. Escrita de si, escrita da história: a título de prólogo. In: _____. *Escrita de si, escrita da história*. R.J: FGV, 2004, p. 15.

²² *Idem, ibidem*, p.17.

Carlo Ginzburg²³, que sugere ao historiador atuar tal qual um Sherlock Homes, seguindo traços, pegadas, vestígios, movido pela suspeita e intuição.

Ao passarem por processos de organização e arquivamento, os documentos perdem, em princípio, sua forma original, ou seja, o trabalho daquele que preocupou-se em guardar tais papéis, podendo ser o seu proprietário, ou alguém muito a ele ligado. Os arquivos acabam por conferir aos seus acervos uma identidade própria, que carrega muito daquele que o organizou, baseada em princípios diversos de agrupamentos e descarte de materiais. O arquivo torna-se, assim, um lugar de identidades, cujo “produto final” é a soma de diferentes ações sobre ele.

As cartas pessoais merecem especial atenção quando se pretende estudar a intimidade, as práticas cotidianas, as redes de sociabilidades, já que nos fornecem pistas de como as relações – de amizade, familiares, conjugais – se davam, e de como podemos esboçar uma rede de relações sociais dos indivíduos que nelas se apresentam. Ora, toda troca de correspondências pressupõe uma relação de reciprocidade, em que o indivíduo ora figura o destinatário, ora o remetente. A prática epistolar só existe em função do outro, aquele para quem se escreve, e daquele de quem se quer obter uma resposta. Segundo Giselle Venâncio, essa prática é uma via de mão dupla, “um ir e vir entre uma intenção anunciada, uma espera ansiosa e uma resposta que tem por função principal o restabelecimento do início do processo”²⁴. Esse pacto epistolar tornar-se-ia um contrato do qual participam, tacitamente, emitente e destinatário.

Martyn Lyons, ao estudar as correspondências trocadas por um casal neozelandês na segunda metade do século XIX, mostra do que eram capazes os namorados para cumprir à risca o pacto epistolar:

O tamanho das cartas era um ponto delicado de negociação, que formava parte do contrato tácito entre os escritores. O ‘pacto epistolar’ exigia que uma carta longa fosse respondida em igual tamanho. [...] Se um dos dois mandasse apenas oito páginas ou menos, seria admoestado.²⁵

²³ GINZBURG, Carlo. Raízes de um paradigma indiciário. In: *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. SP: Cia das Letras, 1989.

²⁴ VENÂNCIO, Giselle Martins. Presentes de papel: cultura escrita, e sociabilidade na correspondência de Oliveira Viana. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n.28, 2001.

²⁵ LYONS, Martyn. *Práticas de leitura, práticas de escritura: cartas de amor e escritas íntimas – França e Austrália, século XIX*. Juiz de Fora, Locus: Revista de História, v.4, n.2, 1998, p.55-67, p.61-62.

Dessa forma, quando tomados os cuidados necessários, os arquivos pessoais, e as correspondências privadas como parte deles, enunciam-se como campo riquíssimo de análise. Podemos desvendar os costumes, as idéias, as vivências, de um tempo e de um lugar do qual participam seus escritores, pois evidenciam registros subjetivos de relações sociais múltiplas. A correspondência, munida de seus códigos epistolares, está repleta de simbolismos, os quais – se analisados minuciosamente – permitem a descoberta de como se configuravam as relações interpessoais, o estabelecimento de rede de favores e trocas e as experiências privadas daqueles que a encenam.

Ao lermos as correspondências pessoais de Maria Leonor de Magalhães Teixeira²⁶, podemos apreender algumas das questões citadas anteriormente, tais como as redes de sociabilidade e vida cotidiana criadas na presença dessa personagem. Veremos como essa escrita constitui-se num espaço privilegiado para a criação/estritamento de vínculos entre indivíduos e grupos, assim como espaço de ações, quer no âmbito público quer no privado.

Para desenvolvermos tal tarefa achamos por bem dividir essas missivas em duas partes: correspondências emitidas e recebidas. Elas totalizam 106 cartas, que compõem o acervo da viscondessa de Camargos, armazenadas no Arquivo Histórico do Museu da Inconfidência (Casa do Pilar), em Ouro Preto. Os documentos foram doados a esta instituição, em meados do século XX, pela família Bernhauss de Lima, ascendentes de Cláudio e Elisa Teixeira de Souza – filha de Maria Leonor. O acervo todo é dividido em 5 partes, a saber: Manoel Teixeira de Souza, Correspondências e Diversos da Viscondessa de Camargos, Barões de Camargos - Filhos, Barões de Camargos – Ascendentes e Familiares e Avulsos Diversos.

Nos limites da presente pesquisa, optamos por analisar apenas a documentação pertencente, mais diretamente, à viscondessa de Camargos. Como era de se esperar, o número de correspondência passiva encontrado é muito superior ao da correspondência ativa (ver Quadro 1), o que nos permite afirmar que Maria Leonor tinha o hábito de

²⁶ Maria Leonor recebeu o título de baronesa de Camargos, juntamente com seu cônjuge Manuel Teixeira de Souza, o barão de Camargos, em 17 de Maio de 1871. Na verdade, o título de baronesa era usado – e reconhecido socialmente – de empréstimo do seu marido. Após o falecimento deste, em 1878, recebeu o título de viscondessa de Camargos por decreto imperial de 15 de Junho de 1881. Dessa forma, na intenção de não sermos muito repetitivos, ora nos referiremos a Maria Leonor por seu nome, ora por baronesa ou viscondessa.

guardar as cartas que recebia, como uma lembrança do remetente ou como uma forma de criar um lugar de memória entre os seus “guardados”.

Quadro 1
Número de Correspondências Analisadas

Recebidas	93
Emitidas	13
Total	106

Fonte: Arquivo Museu da Inconfidência (AMI).

Como podemos apreender através do Quadro 2, os familiares, dentre os quais afilhados, compadres e comadres, foram seus principais remetentes, ou seja, aqueles que mais se corresponderam com Maria Leonor, o que nos permite pensar nas cartas enquanto ferramenta usada pela classe senhorial oitocentista para reafirmar, criar e consolidar os laços familiares. Veremos como as cartas funcionaram como um estratagema para manter estes laços sempre firmes, principalmente quando seus integrantes encontravam-se em localidades distantes.

Quadro 2
Remetentes

Remetentes	Número de Cartas	%
Barão de Camargos	49	52,7
Filhos	2	2,2
Irmãos	8	8,6
Outros Parentes	2	2,2
Amigos	1	1,0
Afilhados/Compadres/Comadres	23	24,7
Outros	8	8,6
Total	93	100,0

Fonte: Arquivo Museu da Inconfidência (AMI).

No que diz respeito aos destinatários (Ver Quadro 3) da futura viscondessa, o esposo Manoel Teixeira de Souza, se destacou nas missivas pesquisadas, tendo recebido 53,8% das cartas emitidas por Leonor. Como veremos adiante, tal número pode ser explicado pelo fato de o casal ter vivido grande parte do tempo em cidades separadas. Ele no Rio de Janeiro, onde atuou como Deputado e, posteriormente, como Senador do

Império, e ela na cidade de Ouro Preto, onde nasceu e permaneceu até a sua morte no ano de 1902.

Quadro 3
Destinatários (cartas emitidas por Maria Leonor)

Destinatários	Nº de Cartas	%
Barão de Camargos	7	53,8
Francisco (irmão)	5	38,5
Elisa (filha)	1	7,7
Total	13	100,0

Fonte: Arquivo Museu da Inconfidência (AMI).

Acreditamos que a documentação pesquisada nos permitirá conhecer e entender um pouco mais a família e as relações familiares de parte da elite do Brasil oitocentista, pois acreditamos que as vivências de Maria Leonor de Magalhães Teixeira e de sua família, embora possam se diferir, de algum modo, dos demais grupos familiares abastados do Império, a sua expressão individual ocorre dentro de um idioma mais geral²⁷. Estas formas de viver em família, experimentadas pela nobreza brasileira, foram tratadas nos três capítulos que compõem este trabalho, os quais veremos a seguir.

2. Capítulos

O primeiro capítulo *A família é o começo de tudo* tem por objetivo apresentar ao leitor a família em questão, ou seja, os Teixeira de Souza Magalhães. Faremos, inicialmente, uma breve apresentação da ascendência de Manoel Teixeira de Souza, do núcleo Pimenta da Costa, e de Maria Leonor Felícia da Rosa, dos Mosqueira. Feito isto, veremos como os casamentos entre as famílias em questão, foram usados como estratégias capazes de ligar importantes núcleos familiares, objetivando a manutenção e aumento da riqueza deste grupo. Já a obtenção de títulos de nobreza, outro estratagema amplamente usado pelas famílias do Império, garantia o prestígio social tão caro às elites do século XIX. Os casamentos realizados entre as classes abastadas visavam à criação ou estreitamento de vínculos familiares proveitosos a ambos os núcleos, enquanto que a obtenção de títulos de nobreza funcionava como um forte atrativo para

²⁷ MUAZE, Mariana. *As memórias da viscondessa: família e poder no Brasil Império*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2008.

que a família que os possuíssem tivessem noivos mais facilmente elegíveis por outras famílias da classe senhorial. Além de um brasão de nobreza e, portanto, de um *status* social privilegiado, veremos que outros fatores também influíam no momento da escolha de noivos que entrariam para a família: o pagamento do dote, a educação e a instrução dos nubentes, tudo era observado. Quando as famílias não encontravam os noivos ideais em outras famílias senhoriais, elegiam um familiar, o que garantiria, além da perpetuação do nome e do sangue daquela família, que a fortuna não se dissipasse, permanecendo no interior de um único grupo familiar.

No segundo capítulo, *A viscondessa e suas inúmeras atribuições*, abordaremos os diversos papéis familiares desempenhados pelas ricas famílias oitocentistas. Para tanto, tomaremos como referencial as atribuições de Maria Leonor. No século XIX, o papel desempenhado pelas mulheres se amplia, tirando-a da clausura doméstica, que a limitava apenas ao cuidado da casa, e permite o seu convívio social e instrução. A maternidade, principal atribuição feminina, ganha ainda mais valorização e, da boa educação e instrução destas futuras mães, dependerá o bom preparo educacional de seus filhos, vistos neste momento como os futuros cidadãos do Império.

Veremos que os papéis desempenhados pela mulher de elite brasileira não ficaram circunscritos apenas no núcleo mais central da família, ou seja, de mãe, esposa e dona de casa. À mulher era dada, também, a função de manter os laços familiares, criando-os e recriando-os com os passar dos anos. Para cumprir tal tarefa tecia redes de apadrinhamentos visando a criação do parentesco através do batismo, quando o mesmo não existia através do sangue. A manutenção de contato com os parentes, estando estes longe ou perto, através da troca de correspondências, de presentes, de fotografias e de recomendações também funcionavam como ferramentas de conservação da própria família, não permitindo que os elos se enfraquecessem. Num segundo momento deste capítulo, veremos que outro papel desempenhado por mulheres da elite imperial era o cuidado com os bens da família e a atuação no sentido de manter e ampliar este grupo familiar, bem como sua riqueza, como o fez a baronesa de Camargos, após enviuar-se. A mulher da classe senhorial também poderia atuar como mediadora da política local com a política imperial, como se deu com Maria Leonor, ao redor de quem se formou uma intrincada rede clientelista.

No último capítulo *O cotidiano impõe seu ritmo: vivência e intimidade da boa sociedade*, trataremos de questões de ordem cotidiana, vislumbrando as ações, relações e vivências próprias da intimidade tanto da viscondessa, quanto daqueles que a cercavam, tendo em vista as correspondências trocadas por Maria Leonor com os filhos, marido, irmãos e demais familiares. Veremos como o cotidiano se impõe nesta escrita íntima, mostrando como a vida de cada dia era vivida e sentida pelos sujeitos em questão.

Capítulo 1:

A família é o começo de tudo

A família, não o indivíduo, nem tampouco o Estado nem nenhuma companhia de comércio, é desde o século XVI o grande fator colonizador no Brasil [...], a força social que se desdobra em política, constituindo-se na aristocracia colonial mais poderosa da América.²⁸

Embora as palavras de Gilberto Freyre tenham sido escritas para expressar a importância e o poder das famílias de elite no Brasil Colonial, cremos que não seria exagero – tampouco anacronismo – usá-las para definirmos as famílias abastadas do século XIX.

A família oitocentista de elite sofreu rearranjos e adaptações, sem, contudo, deixar de permanecer como centro irradiador do poder e “principal registro através do qual os indivíduos entendiam seu lugar e papel de atuação no mundo”²⁹. Assim sendo, muitas das ações dos indivíduos visavam mais os interesses da família - quer no aumento de sua riqueza, quer no aumento de seu prestígio social - do que os interesses individuais.

Os casamentos e a obtenção de títulos de nobreza apresentavam-se, assim, como privilegiadas estratégias³⁰ familiares que intencionavam o aumento do poder e da fortuna familiar. Os matrimônios celebrados entre nubentes da mesma família, por exemplo, apresentavam-se como forma eficiente de se evitar a dispersão do patrimônio familiar e de se evitar que noivos de ascendência duvidosa manchassem o nome da ilustre família. Os enlaces promovidos entre membros de famílias distintas, todavia pertencentes ao mesmo patamar social, como no caso de matrimônios entre famílias nobres, que será visto a seguir, pretendiam a criação de importantes elos familiares, proveitosos para ambas as partes. Já a obtenção de títulos de nobreza, auxiliava,

²⁸ FREYRE, Gilberto. *Casa-Grande & Senzala*: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 49ªed. São Paulo: Global Editora, 2004, p.81.

²⁹ MUAZE, Mariana. *As memórias da viscondessa*: família e poder no Brasil Império. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2008, p.153.

³⁰ De acordo com Michel de Certeau, por estratégia entendemos o conjunto de ações vistas como oficiais, naturais ou comuns no interior de um grupo social detentor de privilégios que o caracteriza como grupo dominante. As estratégias, nesse sentido, partem de um ponto entendido como o centro de poder. Ver: CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano*, 1: artes de fazer. 14ª Ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

sobremaneira, no alcance dos objetivos das famílias de elite do império, visto que era um atraente diferencial na eleição de noivos com os atributos ideais.

Analisaremos, então, como uma família em particular – os Teixeira de Souza Magalhães – utilizou essas duas importantes estratégias, o casamento e a obtenção de títulos de nobreza, para garantirem o aumento e a manutenção de sua fortuna familiar, bem como o prestígio social, tão caro às elites do Brasil Imperial.

1.1. As famílias em questão: os Machado de Magalhães e os Teixeira de Souza

Em fins do ano de 1830, dois notáveis troncos ouropretanos tomavam uma importante decisão: a de unirem-se em uma só família através do casamento. Assim, aos oito dias do mês de janeiro do ano de 1831, a cidade de Ouro Preto pôde testemunhar a realização desta união entre famílias, através do enlace matrimonial de Modesto Antônio Machado de Magalhães e Francisca Carolina Teixeira de Souza. Tal união, indubitavelmente, representaria um marco para duas distintas famílias mineiras: apenas o primeiro elo de muitos outros que não demorariam a se formar.

E não demorariam mesmo... Apenas três anos depois, em 1834, outras núpcias seriam abençoadas na capital da província de Minas Gerais, o que retificaria a união almejada entre as famílias. Os nubentes, desta vez, eram Maria Leonor Felícia da Rosa e Manoel Teixeira de Souza.

Por hora, cabe a nós indagarmos: quem eram estas famílias? O que pretendiam com estas duas uniões? Modesto Antônio e Maria Leonor eram irmãos, filhos do Comendador Fernando Luís Machado de Magalhães, abastado fazendeiro de Mariana. Francisca Carolina e Manoel também eram irmãos, filhos do Sargento-Mor Manoel Teixeira de Souza e Inácia Francelina Cândida da Silva, ele natural de Vila Rica e ela do distrito de Cachoeira do Campo.

Os casamentos acima citados nos fornecem alguns indícios de que foram arrançados entre as duas famílias pelo fato de não terem se contentado em realizar uma união apenas, reafirmando-a e reforçando-a através de um segundo enlace. Os matrimônios arrançados não foram incomuns no Brasil Colonial e Imperial, nem mesmo a realização de duas ou três núpcias entre as mesmas famílias. Mas, quais seriam os

interesses desses grupos familiares? Talvez possamos buscar possíveis respostas no conhecimento das genealogias dos Machado de Magalhães e dos Teixeira de Souza³¹.

Os Machado de Magalhães descendem do tronco Mosqueira, representado no Brasil, pelo Desembargador Manuel Mosqueira da Rosa, batizado a 18 de fevereiro de 1657, natural de Vila Real, em Trás-os-Montes, Província de Portugal. Com sua esposa Páscoa Maria Botelho, tivera um filho, Manuel Botelho da Rosa. Este, casou-se em Minas Gerais com Ana Felícia de Sousa – natural da Freguesia de Candelária, no Rio de Janeiro –, tendo o casal quatro filhos, nascidos no Sumidouro, Comarca de Vila do Carmo, a saber: Manuel Botelho da Rosa, Clara Felícia Rosa da Silva Botelho, Paula Felícia Rosa da Silva Botelho e Maria Leonor Felícia da Rosa. Esta última casou-se com o Capitão Francisco Machado de Magalhães, natural de Vila Real, Portugal, com quem teve oito filhos – Ana Felícia Rosa de São Lourenço, Tenente Manuel Caetano da Rosa Machado de Magalhães, Padre Antônio Carlos Machado de Magalhães Botelho, Francisco Machado de Magalhães, José Mosqueira Machado de Magalhães, Caetano José Machado de Magalhães, João Custódio Machado de Magalhães e Comendador Fernando Luís Machado de Magalhães –, todos nascidos no arraial da Passagem de Mariana, onde vivia o casal. Tendo em vista nossos fins no presente trabalho, nos deteremos em apenas um destes: o Comendador Fernando Luís Machado de Magalhães, referido anteriormente (Ver Figura 1).

Além de Maria Leonor e Modesto Antônio, o Comendador teve mais quatro filhos³²: Antônio Luís Botelho Machado de Magalhães Mosqueira – o Brigadeiro Mosqueira –, Antônia Felícia de Magalhães Rosa, Fernando Luís Machado de Magalhães Júnior e Francisco Machado de Magalhães Botelho Mosqueira. O Comendador foi um grande fazendeiro na Freguesia de Camargos, Comarca de Mariana, onde residia. Também foi membro da Junta Governativa de Minas Gerais logo após a Independência do Brasil. Em 16 de abril do ano de 1821, através de Carta Régia, recebeu uma Comenda da Ordem de Cristo, ficando atestada sua qualidade de homem

³¹ Para realizarmos este esboço das origens destas duas famílias, valemo-nos das informações contidas na genealogia elaborada pelo Cônego Raymundo Trindade e informações extraídas das correspondências, ativas e passivas, de Maria Leonor de Magalhães Teixeira, bem como dos inventários desta e de seu esposo Manoel Teixeira de Souza. Ver: TRINDADE, Cônego Raymundo. *Velhos Troncos Ouropretanos*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1951.

³² Sobre a filiação materna de Maria Leonor e de seus irmãos, não conseguimos encontrar documentos que a explicitasse. Entretanto, descendentes da família afirmam que a mãe de Leonor seria Maria Fortunata Teixeira de Souza, irmã de Manoel Teixeira de Souza, que se casa com a sobrinha Leonor.

notável, prerrogativas que fariam de seus descendentes, noivos elegíveis por outras famílias de elite, como parece ter sido o caso dos Teixeira de Souza, cuja ascendência conheceremos a seguir.

O jovem Coronel Antônio Pimenta da Costa, natural de Basto, no Minho, mudou-se para o Brasil, ainda moço, e estabeleceu-se em Cachoeira do Campo, casando-se em 1719 com Teresa de Jesus da Silva. Um dos netos do casal foi o Capitão Luís da Silva Vale, natural de Cachoeira do Campo, nascido no ano de 1746. Residia em Vila Rica, onde exercia um cargo público na Tesouraria da Fazenda Real, além de ter sido um proeminente comerciante em toda a região. Do seu casamento com Margarida Francisca de Santa Rosa, nascem nove filhos, dentre os quais Inácia Francelina Cândida da Silva. Esta, chegada a idade de se casar, une-se em matrimônio, no ano de 1806, com o Sargento-Mor Manoel Teixeira de Souza, descendente de portugueses e há algum tempo estabelecido em Vila Rica. Desta união nasceriam, além de Manoel Teixeira de Souza e Francisca Carolina Teixeira, João Batista Teixeira de Souza, Maria, Bernardo Teixeira de Carvalho e Domingos Teixeira de Souza. (Ver Figura 2)

Através destes esboços de genealogias, podemos supor que a situação econômico-social de ambas as famílias pode ter sido o elemento definidor para a referida união. Os negócios predominantes entre as pessoas pertencentes a ambos os troncos não eram iguais, mas se complementavam na busca pelo aumento de riqueza e poder político-social, pretendidos por grande parte das famílias de elite no Brasil.

Enquanto a fonte de riqueza dos Machado de Magalhães estava concentrada na posse de terras, a dos Teixeira de Souza encontrava-se no comércio e na posse de várias casas em Ouro Preto. Porém, ambas as famílias se aproximavam, de certa forma, no que tange aos cargos públicos exercidos por alguns de seus membros no oitocentos. O avô de Manoel e Francisca – o Capitão Luís da Silva Vale – atuava na Tesouraria da Fazenda Real, e o pai de Maria Leonor e Modesto Antônio – o Comendador Fernando Luís – compôs a Junta Governativa de Minas na década de 1820. Podemos, entretanto, pensar em ambas as ocupações, não apenas como fonte de renda, mas principalmente como fonte de prestígio junto às mais altas instâncias de poder, qual seja, a própria Coroa portuguesa, no período que antecede à Independência e, posteriormente, a administração do império do Brasil, que estaria a se formar.

A diversificação dos negócios familiares foi, no século XIX, o que permitiu, em grande parte, que as fortunas se ampliassem e se consolidassem. E isso não parece ter passado despercebido às famílias em questão, uma vez que a união de ambas, através de dois casamentos, cumpriu importante papel nesse sentido.

O casamento de Manoel e Maria Leonor, por exemplo, uniria a posse da terra pertencente à família da esposa, à atuação na política por parte do marido. Como chefe do partido conservador em Minas Gerais, Manoel Teixeira de Souza atuou por vários anos em importantes cargos, tais como deputado provincial e geral, vice-presidente da província de Minas Gerais, com exercício em sete períodos. Foi também senador do Império, atuando na corte do Rio de Janeiro até o ano de sua morte, em 1878. Segundo o Cônego Raymundo Trindade, Manoel Teixeira de Souza “foi o político de mais sólido prestígio em Minas”³³. Alguns dos grandes feitos promovidos por este ilustre ouropretano foram a criação da Escola de Minas – juntamente a Henri Gorceix –, o ramal férreo para Ouro Preto e o Tribunal de Relação de Ouro Preto. Como reconhecimento dos labores de Manoel Teixeira, Dom Pedro II lhe concede, no ano de 1871, o título de Barão de Camargos, ponto ao qual retornaremos adiante.

Nesta breve apresentação das famílias Machado de Magalhães e Teixeira de Souza, à qual, explicada sua união, nos referiremos daqui em diante apenas como Teixeira de Souza Magalhães (Ver Figura 3), intencionamos apontar alguns motivos que poderiam ter permitido – e interessado – a junção destas em uma só família. Buscamos mostrar, também, que o casamento funcionava como uma importante estratégia de união de riquezas e prestígio social, tendo em vista o aumento, ou simplesmente a manutenção, do patrimônio familiar.

Porém, para compreendermos esta prática no interior das famílias de elite oitocentistas, é necessário conhecermos o que era e como era se casar no Brasil Imperial. Veremos que os enlaces matrimoniais dependiam menos dos noivos em si do que das famílias às quais estes pertenciam.

³³ TRINDADE, Cônego Raymundo. *Velhos Troncos Ouropretanos*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1951, p. 103.

1.2. Casamentos entre elites: práticas e motivações

O casamento entre elites, no século XIX, significava, além da união de famílias que se estimavam, um grande marco na vida do jovem casal que se formava, uma vez que, casados, constituiriam, a partir de então, um novo núcleo, uma nova família.

Tal providência fora imediatamente tomada pelos recém-casados Manoel Teixeira de Souza e Maria Leonor de Magalhães Teixeira. Os primeiros rebentos viriam ao mundo já na década de 1840, e a família aumentaria progressivamente nas décadas de 1850 e meados de 1860, quando o casal teria seu décimo quinto – e último – herdeiro, a menina Joana Teixeira de Souza Magalhães, nascida em 1865. Se o casal teve outros filhos que não sobreviveram, o que era bastante comum, principalmente se tratando de tão numerosa família, não podemos afirmar. Sabemos apenas que os quinze filhos são citados no inventário de Manoel, datado de 1878, excetuando-se o primogênito Manoel, que já havia falecido à época, e que é representado pelos quatro filhos e pela esposa no documento.

Depois de constituída tão numerosa família, cabia aos pais a criação e a educação dos filhos, bem como a escolha dos pares a quem seus herdeiros se uniriam através do sagrado sacramento do matrimônio. Esta última tarefa era de suma importância, uma vez que a escolha mais acertada garantiria a

continuidade social e familiar da elite oitocentista e originava um novo núcleo que uniria dois troncos anteriormente distintos. Essa união era intencionalmente calculada no sentido de proporcionar a manutenção dessas famílias como parte de um grupo seletivo e privilegiado.³⁴

Por se tratarem de famílias notáveis, após a escolha dos noivos e, uma vez acertada a união, era grande a preocupação com a organização do casamento. As cerimônias brasileiras, em meados do século XIX, ainda traziam muito do costume português. A primeira providência a ser tomada pelos nubentes consistia na abertura de um processo matrimonial – denominado banho matrimonial – junto ao vigário, no qual o casal declarava os motivos pelos quais pretendiam unir-se em matrimônio e a falta de impedimentos para que este enlace ocorresse. Os impedimentos que porventura

³⁴ MUAZE, Mariana. *As memórias da viscondessa: família e poder no Brasil Império*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2008, p. 54.

pudessem existir eram o parentesco dos noivos, do qual falaremos adiante, ou a desaprovação por parte dos pais destes.

No que diz respeito a este último impedimento, Eni de Mesquita Samara atesta, referindo-se ao Brasil Colonial, que a “legalização das uniões [...] dependia do consentimento paterno, cuja autoridade era legítima e incontestável, sendo de sua competência decidir e até mesmo determinar o futuro dos filhos sem consultar suas inclinações e preferências”.³⁵ Porém, se um dos noivos não se agradasse da escolha feita pelos pais, poderia haver o rompimento do noivado, se o pai do noivo insatisfeito assim o consentisse.

A não aceitação do noivo por parte da noiva, ou vice-versa, nos mostra que o filho conseguia opinar, ainda que em proporção pequena, a respeito de seu casamento. Segundo Antonio Manuel Hespanha, o Concílio de Trento já havia iniciado esforços no sentido de conferir aos nubentes maior autonomia na escolha dos cônjuges, restringindo a ação familiar neste sentido, o que nem sempre pôde ser verificado na prática. Nas palavras de Hespanha:

A família tinha o seu princípio num acto cujo carácter voluntário a Igreja não deixava de realçar, sobretudo na sequência do Concílio de Trento (1545-1563), onde se estabeleceu, enfaticamente, que "**a causa eficiente do matrimónio é o consentimento**" (*Conc. Trident.*, sess. 24, cap. 1, nº 7). **Um consentimento verdadeiro e não fictício, livre de coação** e de erro e manifestado por sinais externos, requisitos com os quais se pretendia pôr freio, tanto às pretensões das famílias de substituírem aos filhos na escolha dos seus companheiros, como às tentativas dos filhos de escapar a estes constrangimentos casando secretamente³⁶. [*grifos nossos*]

Tanto o banho matrimonial quanto os demais proclamas exigiam que as famílias dos nubentes despendessem certa quantia em dinheiro. Sobre este processo e as somas pagas por seu cumprimento, o viajante Auguste Saint-Hilaire observou, quando de sua viagem pela província de Minas Gerais em inícios do século XIX:

Ainda que as partes estejam perfeitamente de acordo é necessário que tenha lugar um processo perante o vigário da vara, e o resultado dessa ação bizarra é uma provisão que se paga por 10 ou 12\$000 réis [...] ou

³⁵ SAMARA, Eni de Mesquita. *A família brasileira*. 2ª Ed. São Paulo: Brasiliense, 1986, p. 45.

³⁶ HESPANHA, Antonio Manuel. *Imbecillitas*. As bem-aventuranças da inferioridade nas sociedades de Antigo Regime. Belo Horizonte: UFMG/FAFICH, 2008, p. 78.

mais, e que autoriza o cura a casar os nubentes. Se existe a sombra de um impedimento, então a despesa sobe a 30, 40, 50\$000 réis ou mais. É verdade que não há nada a acrescentar a essas despesas para a cerimônia do casamento propriamente dito, mas é necessário dispender [*sic*] ainda 1\$200 réis com as proclamas.³⁷

Ao contabilizar apenas os gastos oficiais com a Igreja, Saint-Hilaire negligenciara outros gastos que se faziam tão importantes quanto estes, em se tratando das famílias abastadas do Brasil. Elas se preocupavam, também, em organizar uma cerimônia que não devesse em nada às melhores celebrações européias, em geral, e francesas, especificamente. Afinal, estas proeminentes famílias não poderiam fazer feio, uma vez que mesmo sendo o casamento um ato privado, ele se desdobraria num acontecimento público, visível e, portanto, passível de ser criticado, por toda a boa sociedade. Assim, as celebrações tratadas com toda a “pompa e circunstância” constituíam uma forma através da qual estas famílias reafirmavam e demonstravam possuir poder econômico e social.

Para que tal ostentação acontecesse, fazia-se necessária a presença de todas as pessoas do convívio dos pais dos noivos, além de outras figuras importantes com quem se pretendiam criar laços de convívio. Os convites eram feitos poucos dias antes da celebração, através de cartas, que deveriam ser remetidas tanto pelos pais da noiva quanto do noivo, atestando que ambos os nubentes faziam questão da presença do convidado. Aqueles que não eram convidados para a celebração recebiam, poucos dias depois, uma carta de participação do evento.

O Cônego José Inácio Roquette – autor português de um manual de boas maneiras, publicado no ano de 1845 sob o título “*Código do bom-tom, ou, Regras da Civilidade e de bem viver no século XIX*”, e que ganha forte acolhida no Brasil, pela recém-criada nobreza brasileira – assim se manifesta sobre o que era de bom-tom no que concerne à forma de convidar as pessoas a comparecerem às bodas:

Fazem-se os convites por carta, três ou quatro dias antes, rogando às pessoas convidadas que se achem na igreja à hora designada para assistir à bênção nupcial. Quando se quer que a pessoa convidada assista ao jantar ou festa que se deva seguir, é necessário declará-lo expressamente no fim da carta. Manda-se sempre carta dobrada, porque supõe-se que ambas as famílias fazem o convite.

³⁷ SAINT-HILAIRE, Auguste. *Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1975, p. 84.

Aos que não forem convidados ao casamento, dá-se-lhes parte alguns dias depois.³⁸

Sobre o modo como as pessoas deveriam agir, ao receberem tal convite, o cômico complementa: “A boa criação pede que as pessoas convidadas não faltem, e quando tiverem alguma impossibilidade devem pedir desculpa por escrito”³⁹.

Distribuídos os convites, eis que pouco depois era chegado o dia do casório. Segundo Mariana Muaze, a igreja, ou capela da casa de um dos nubentes, quando estes as tinham, era toda ornamentada com velas e flores, e enchia-se com os convidados, todos vestindo seus melhores trajes, suas roupas de gala, tanto mais grandiosas quanto fosse sua situação financeira e social. O noivo, posicionado no altar, vestido elegantemente, aguardava a entrada da noiva, que adentrava a igreja toda vestida de branco, usando um véu que cobrisse sua face e segurando um ramalhete de flores de laranjeiras, geralmente acompanhada pelo pai ou, quando este tivesse falecido, por um tio, ou ainda um irmão mais velho⁴⁰.

Terminadas as bênçãos do padre, feitas após a celebração de uma missa especial para os noivos, todos se dirigiam para a casa dos pais do noivo ou da noiva, onde comemorariam a recente união.

As cerimônias e comemorações de casamento foram, ao longo do século XIX, se sofisticando cada vez mais, incluindo bailes e viagens de lua-de-mel ao evento, ainda segundo Muaze⁴¹.

Porém, dependendo do momento em que o matrimônio ocorresse, como o de uma perda de um ente querido, por exemplo, as famílias achavam por bem realizar apenas uma pequena cerimônia religiosa, sem festas. Este teria sido o caso da família Teixeira de Souza Magalhães, por ocasião do casamento de Leopoldina, filha de Maria Leonor e Manoel, com o seu primo Antônio Mosqueira – filho do Brigadeiro Mosqueira. No mês de março do ano de 1880, Maria Leonor escreve ao seu irmão Francisco, que residia na Itália, participando-lhe da futura união do jovem casal, bem

³⁸ ROQUETTE, José Inácio. *Código do bom-tom, ou, Regras da Civilidade e de bem viver no século XIX*. São Paulo: Cia das Letras, 1997, p. 89.

³⁹ *Idem, ibidem*.

⁴⁰ MUAZE, Mariana. *As memórias da viscondessa: família e poder no Brasil Império*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2008, p. 51.

⁴¹ *Idem, ibidem*, p.55.

como da morte de um irmão de Francisco e Leonor, Antônio Luís – o Brigadeiro Mosqueira –, que era também pai do noivo.

Pela carta de meu filho Antônio foi o mano consciente de que é falecido o nosso caro e estimado irmão Antônio, foi mais um doloroso golpe que sofremos [...]

Deixando de lado este assunto tão triste passo a comunicar-lhe que minha filha Leopoldina está contratada para se casar com o sobrinho Dr. Antônio Mosqueira, e que este casamento se efetuará mas sem festas por estar muito recente o nosso luto.⁴²

A missiva nos permite levantar duas importantes questões concernentes aos casamentos praticados entre as famílias de elite mineiras no oitocentos: os casamentos arranjados, em forma de contratos entre famílias, e os casamentos endogâmicos, dos quais falaremos a partir de agora.

Quando chegava o momento da escolha de pretendentes para desposarem suas filhas, o que os pais das famílias abastadas de Minas Gerais levavam em consideração eram os fatores: riqueza, condição social, cor e religião – na maioria das vezes, interligados. Os casamentos realizados entre grupos sociais diferentes poderiam ocorrer, sendo até mesmo aceitos em alguns casos, mas, quando isto ocorria, eram mal vistos pelos demais membros da família e da boa sociedade. Exatamente para minimizar os riscos de que um casamento não tão desejável socialmente acontecesse, os pais não permitiam que suas filhas e filhos elegessem seus pares, de acordo com seus caprichos. Eles próprios se encarregavam desta tarefa, escolhendo sempre representantes de importantes famílias e que, a seu ver, formariam uma aliança proveitosa com a sua própria família. A seleção do noivo ou noiva era, portanto, uma seleção da família a qual tinham interesse em se unir, sendo esta, quanto mais importante, rica e influente, melhor.

Embora, como dito anteriormente, os casamentos entre membros de grupos sociais diferentes fosse tolerável, muitos pais de família, principalmente nas Minas Gerais, marcada pela “muita mestiçagem durante a era colonial”⁴³, segundo Gilberto Freyre, preferiam trancar suas filhas em conventos a vê-las casadas com rapazes de

⁴² AMI, Ouro Preto. Arquivo Fundo Barão de Camargos. Carta emitida por Maria Leonor de Magalhães Teixeira, ao seu irmão Francisco. OP, 30/mar./1880. Caixa Correspondência e Diversos.

⁴³ FREYRE, Gilberto. *Sobrados e Mucambos*: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano. 15ª Ed. São Paulo: Global, 2004, p. 242.

ascendência duvidosa. Assim, podemos perceber, através das palavras de Freyre, que a condição social poderia até ser aceita, mas a cor representava um impedimento inaceitável: mesmo que não fosse a do próprio nubente, mas a de um ascendente seu, já seria suficiente para eliminá-lo como noivo em potencial. Segundo Eni de Mesquita Samara, “[...] origem, pureza de sangue, raça e riqueza eram fatores relevantes em determinados círculos sociais, ocasionando até a ausência de casamentos, por falta de cônjuges elegíveis”⁴⁴.

Quando as famílias conseguiam, finalmente, encontrar o noivo ou noiva ideal, era necessária, ainda, a aprovação dos demais familiares. Afinal, este enlace representaria muito mais do que uma união entre um rapaz e uma senhorita, seria a consagração da união entre duas famílias.

Buscando alguma palavra de concordância com um casamento que estava prestes a ocorrer, Maria Leonor escreve a seu irmão Francisco – em carta já citada – as seguintes palavras: “Desejo que esta união mereça sua inteira aprovação e da mana Rosina”⁴⁵. Esta consulta da baronesa de Camargos ao seu irmão sugere que a escolha já havia sido feita, porém era de grande importância, ao menos, comunicá-la aos demais familiares.

No ano de 1884, ao receber notícias do casamento de outros dois sobrinhos, Francisco remete uma carta a sua irmã. Nesta, ele faz questão de posicionar-se em relação às uniões, demonstrando sua inteira aprovação: “Felicito a mana assim pelo casamento do Dr. Antônio como também pelo da minha sobrinha Elisa, e sobretudo estimo que ambos encontrassem pessoas muito recomendáveis”⁴⁶.

A referida filha de Maria Leonor, Elisa Teixeira de Souza Magalhães, realmente realizaria um ótimo casamento, com um descendente da importante família Rocha Brandão, o médico Cláudio Alar Bernhauss de Lima. Já o Dr. Antônio, casar-se-ia pela segunda vez, sendo suas núpcias com Maria Angelina Bawden, também integrante de conhecida família mineira.

⁴⁴ SAMARA, Eni de Mesquita. *A família brasileira*. 2ª Ed. São Paulo: Brasiliense, 1986, p. 44.

⁴⁵ AMI, Ouro Preto. Arquivo Fundo Barão de Camargos. Carta emitida por Maria Leonor de Magalhães Teixeira, ao seu irmão Francisco. OP, 30/mar./1880. Caixa Correspondência e Diversos.

⁴⁶ AMI, Ouro Preto. Arquivo Fundo Barão de Camargos. Carta recebida por Maria Leonor de Magalhães Teixeira, de seu irmão Francisco. S/1, 10/mai./1884. Caixa Correspondência e Diversos.

Os casamentos entre as elites se davam em um grupo bastante limitado, estando “sujeitos a certos padrões e normas que agrupavam os indivíduos socialmente”⁴⁷. Desta forma, não é de se estranhar que a família do barão e baronesa de Camargos tenha elegido outros filhos de barões para se unirem a seus herdeiros, o que demonstra uma preocupação na manutenção e aumento do prestígio deste grupo familiar. Interessante observarmos, também, que a instrução trazida pelos rapazes poderia lhes conferir maiores possibilidades de realizar um bom casamento. Fazemos esta ressalva, tendo por base o que ocorreu com os filhos dos barões de Camargos: três, dos quatro filhos que se uniram a cobiçadas filhas de outros barões do Império, eram diplomados.

O primogênito, Manuel Teixeira de Souza, bacharel em Direito pela Faculdade de São Paulo, Juiz de Direito em Ponte Nova, casou-se com Maria Monteiro de Castro, filha dos barões de Congonhas. O diplomado em Direito pela Faculdade de Recife, Fernando Teixeira de Souza Magalhães, agregava as qualidades de ter servido como secretário do governo provincial e como deputado na assembléia geral, abandonando, porém, muito jovem a carreira política para dedicar-se à sua fazenda em Mercês do Pomba e à poesia. Casou-se com Ana Baeta Neves, filha dos barões de Louredo. Era também filha dos barões de Louredo, Amélia Baeta Neves, que se casara com o Coronel José de Calazans Teixeira de Souza Magalhães. Por fim, o outro filho de Manoel e Maria Leonor a desposar a filha de ilustres barões foi o engenheiro Lucas de Souza Magalhães, o qual se destacou ao trabalhar no projeto do prolongamento da Estrada de Ferro Dom Pedro II. Casou-se com Cândida Flora de Queirós, filha dos barões de Santa Cecília⁴⁸.

Como temos ressaltado, as famílias mais abastadas e nobres de nome das Minas oitocentistas, almejavam um bom casamento para suas filhas, com rapazes brancos, ricos, de nomes importantes e reconhecidos socialmente. Porém, muitas das vezes, tornou-se uma tarefa bastante complicada encontrar tão bons pretendentes. Nestes casos, tal problema resolveu-se através da realização de casamentos endogâmicos, ou seja, entre parentes consanguíneos, como o casamento entre primos e o de tios e sobrinhas.

⁴⁷ SAMARA, Eni de Mesquita. Casamentos e papéis familiares em São Paulo no século XIX. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, (37): 17-25, Mai. 1981, p.18.

⁴⁸ Informações extraídas de TRINDADE, Cônego Raymundo. *Velhos Troncos Ouropretanos*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1951.

Segundo Elizabeth Anne Kuznesoff, em seu estudo sobre a família na sociedade brasileira, realizada em São Paulo, as formas de casamentos predominantes em meados do século XIX, eram as endogâmicas⁴⁹. As uniões consangüíneas entre parentes até 4º grau só poderiam ocorrer, no século XVIII, mediante dispensa do papa vinda diretamente de Roma. Este impedimento incluía, além da consangüinidade, o parentesco por afinidade, ou seja, entre parentes indiretos, que pertenciam à mesma família, mas não possuíam o mesmo sangue.

A abundância de enlances consangüíneos entre parentes até 4º grau tornou-se motivo de preocupação de clérigos e governantes, acarretando “em uma bula papal expedida em Roma em 26 de Janeiro de 1790. Esta tinha o intuito de abreviar os processos de permissão para os matrimônios, evitando as demoras e diminuindo os gastos”⁵⁰. A partir de então, ficava a cargo das dioceses provinciais concederem a dispensa, o que acabaria por enraizar ainda mais esta prática entre as famílias de elite no Brasil.

Como vimos anteriormente, em trecho de carta escrita por Maria Leonor ao seu irmão, esta ilustre família também foi adepta dos casamentos endogâmicos. Na falta de outras famílias importantes as quais seria interessante fazer uma união, a escolha mais acertada foi a eleição de um noivo ou noiva dentro da própria família. Assim, aos dezoito dias do mês de maio do ano de 1867, a filha Antônia Joaquina Teixeira de Souza Magalhães realizava suas bodas com seu primo Fortunato Teodoro Ferreira Bretas. O médico Antônio Teixeira de Souza Magalhães, que se tornaria o 2º Barão de Camargos e que atuou como importante político em Mariana, realizou suas primeiras núpcias também com uma prima, Francisca de Magalhães Mosqueira, filha do Brigadeiro Mosqueira. No ano de 1880, em carta citada anteriormente, Maria Leonor anuncia ao seu irmão o casamento de Leopoldina Teixeira de Souza Magalhães com seu primo médico Antônio Luís de Magalhães Mosqueira, também filho do Brigadeiro Mosqueira.

Os casamentos entre membros de uma mesma família apresentavam-se como uma estratégia eficaz para garantir que os bens da família não se dispersassem, como

⁴⁹ KUZNESOFF, Elizabeth Anne. A família na sociedade brasileira: parentesco, clientelismo e estrutura social (São Paulo, 1700- 1980). *Revista Brasileira de História*, n. 17. São Paulo: Marco Zero/ANPUH, 1988/1989, p. 55.

⁵⁰ SAMARA, Eni de Mesquita. *A família brasileira*. 2ª Ed. São Paulo: Brasiliense, 1986, p. 47.

também para a manutenção do prestígio familiar, não incorrendo no risco de manchar a linhagem da família. No caso da família do barão e da baronesa de Camargos, esta escolha se justificaria pelo interesse em manter a propriedade da Fazenda do Tesoureiro, que pertencia anteriormente a Fernando Machado de Magalhães, pai de Leonor. Após o falecimento de Fernando Magalhães, a referida fazenda fora dividida entre seus seis herdeiros, dentre os quais estava Maria Leonor e Antônio Luís (Brigadeiro Mosqueira). Dessa forma, o casamento de um casal de filhos de ambos pode ser pensado como uma forma de impedir que as terras se dissipassem entre muitos herdeiros. Esses matrimônios funcionavam como uma estratégia de concentrar os bens familiares em poucas mãos, possibilitando seu aumento ou, ao menos, sua manutenção. Tal estratégia parece ter funcionado conforme o esperado, uma vez que a fazenda aparece praticamente intacta no inventário do barão de Camargos, datado de 1878, e no da baronesa, de 1902.

A necessidade e prioridade, dos pais, de realizarem bons casamentos para suas filhas, não se traduziria, porém, na urgência em fazê-lo - como vêm demonstrando alguns estudos sobre o tema no Brasil. Contrariando os estudos de Gilberto Freyre⁵¹, para quem a média de idade dos noivos no Brasil oitocentista era de 20 anos, no máximo, estes dados comprovam que não se casava tão jovem assim; não, pelo menos, nas Minas Gerais. A média de idade das noivas em algumas vilas mineiras, entre os anos de 1804 e 1838, segundo Donald Ramos⁵², era de 20,8 anos. Para São João Del Rei, entre 1831 e 1840, Silvia Brügger faz a seguinte estimativa: as mulheres casavam-se com aproximadamente 18,9 anos e os homens com 25,7 anos⁵³.

Nas fontes por nós consultadas, pudemos constatar⁵⁴ que na família de Maria Leonor, os casamentos também não foram tão precoces, alguns ocorrendo até bastante

⁵¹ FREYRE, Gilberto. *Sobrados e Mucambos: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano*. 15ª Ed. São Paulo: Global, 2004.

⁵² RAMOS, Donald. *Apud.*, BRÜGGER, Silvia Maria Jardim. *Minas patriarcal: família e sociedade* (São João Del Rei – Séculos XVIII e XIX). São Paulo: Annablume, 2007 p. 97.

⁵³ BRÜGGER, Silvia Maria Jardim. *Minas patriarcal: família e sociedade* (São João Del Rei – Séculos XVIII e XIX). São Paulo: Annablume, 2007, p. 97.

⁵⁴ Tendo em vista a fragmentação e a ausência de muitos documentos referentes à família em questão, não pudemos realizar uma pesquisa mais sistemática a este respeito. Portanto, usaremos alguns dados obtidos, apenas como forma de exemplificação. Devemos, assim, deixar a ressalva de não estarmos fazendo generalizações e que estas idades podem não ter se repetido por todos os familiares, uns casando mais novos e outros mais velhos. No entanto, tendo em vista as médias de idade citadas pela historiografia (ver notas 51, 52 e 53), não deixa de ser inusitada esta média de idade tão elevada na família Teixeira de Souza Magalhães.

tardamente. Só para citarmos alguns exemplos, a mãe de Manoel Teixeira de Souza (o barão de Camargos), Inácia Francelina, contraiu núpcias aos 28 anos; o barão aos 23 anos; o Comendador João Batista (irmão do barão) aos 27 anos; a filha Elisa, aos seus 29 anos; apenas a filha Leopoldina, pelas informações disponíveis, casou-se jovem, aos 17 anos. Outro dado indica, porém, que os casamentos na família Teixeira de Souza Magalhães poderiam ocorrer sendo os noivos bastante novos. Em carta datada de maio de 1882, Maria Leonor informa a seu irmão Francisco sobre as núpcias de sua neta – filha de Maria Leonor Teixeira Baeta Neves –, que estava para acontecer, explicando, porém, que sua data fora adiada pela pouca idade dos nubentes: “O casamento da filha da Maricota de que já deve ter notícia, foi transferido para o fim do ano com aprovação minha por serem muito crianças os noivos”⁵⁵. Se partirmos da data do casamento de Maria Leonor – filha –, que ocorreu em junho de 1867 e da data da missiva que acabamos de citar (ano de 1882), podemos apreender que a neta da baronesa de Camargos deveria ter, no máximo, 14 anos, idade inferior à maioria das vistas até o momento no interior desta família. A preocupação de Leonor, de serem muito jovens os noivos para contraírem núpcias, pode ser explicada pela sua própria experiência, já que casou-se com apenas 13 anos.

Ainda no que diz respeito às idades dos noivos, é necessário que façamos duas últimas observações. A primeira delas diz respeito à grande diferença etária entre os noivos, que porventura poderia existir, como foi o caso de Manoel e Leonor, cuja diferença de idade era de 10 anos. A disparidade etária não era mal vista pela sociedade, nem em princípios do século XIX, quando o que importava era a aliança econômico-social que o matrimônio acarretava; tampouco em fins do oitocentos, quando o amor romântico, em voga, as justificavam, sendo que então predominava também o interesse pessoal dos noivos, e não mais apenas o familiar⁵⁶.

Percebemos, assim, que com o findar do século XIX, os nubentes poderiam opinar cada vez mais sobre a união que para eles era arranjada, tornando-a satisfatória não apenas para a família. Em suas memórias, assim escreve o mineiro Francisco de

⁵⁵ AMI, Ouro Preto. Arquivo Fundo Barão de Camargos. Carta emitida por Maria Leonor de Magalhães Teixeira, ao seu irmão Francisco. OP, 25/mai./1882. Caixa Correspondência e Diversos.

⁵⁶ BRÜGGER, Silvia Maria Jardim. *Minas patriarcal: família e sociedade* (São João Del Rei – Séculos XVIII e XIX). São Paulo: Annablume, 2007.

Paula Ferreira Rezende, sobre um casal pertencente a sua família, com grande diferença etária:

[...] Meu bisavô, que se casou com uma sobrinha que podia ser sua neta, e que só por este fato poderia ser talvez desgraçado, nem esse mesmo o foi; [...] ele nunca deixou, do que dou testemunho, de ser muito amado e muito estimado por sua mulher [...].⁵⁷

A segunda observação trata-se da educação que as famílias davam a seus filhos, bem como a que a Igreja católica se incumbia de fornecer, a qual colocava o casamento como o único meio de as mocinhas alcançarem, de fato, a felicidade. As meninas eram ensinadas a bordar, costurar, rezar e cozinhar, enfim, a desempenharem todas as funções necessárias a uma boa esposa, mãe e dona de casa. As moças cresciam, assim, com uma espécie de idéia fixa pelo casamento, querendo que este ocorresse o quanto antes, pois eram a todo o momento assombradas pela possibilidade de ficarem solteiras.

A figura das solteironas, mulher que aos 30 anos não havia ainda se casado, ficava sobremaneira estigmatizada pela sociedade à qual pertencia. Seu comportamento perante os homens da família traduzia-se, como acentua Freyre, em certa submissão, em grande medida pela dependência econômica que representava. Em relação às mulheres da casa, principalmente perante sua mãe, seu comportamento era de companheirismo, cumplicidade e ajuda nos afazeres diários; já com suas irmãs, casadas ou casadoiras, ficava à margem dos divertimentos desfrutados por elas. Nos dias de festa ou reuniões familiares, a solteirona ajudava nos preparativos, na confecção dos quitutes, na ornamentação da casa, ficando mais nos bastidores da copa e da cozinha. Ajudava a dar banho nas crianças, arrumar os penteados das irmãs, enquanto as moças casadoiras e casadas tocavam piano, cantavam e encantavam os familiares e convidados⁵⁸. A figura

⁵⁷ REZENDE, Francisco de Paula Ferreira de. *Minhas Recordações*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1987, p. 57.

⁵⁸ Gilberto Freyre considerava “solteironas” as moças que aos 20 anos não haviam se casado. Sobre a figura das solteironas nos embasamos na explanação de Freire em *Sobrados e Mucambos*: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano. 15ª Ed. São Paulo: Global, 2004, p. 243-244. Entretanto, como vimos anteriormente, no núcleo Teixeira de Souza Magalhães esta pouca idade não foi uma constante, sendo possível percebermos uniões matrimoniais com diferenciadas idades dos noivos.

das solteironas, como tantas outras, também não escapou da temida carapuça confeccionada para elas, sob medida, pelo Padre Lopes Gama⁵⁹

As solteiras, quando conversam umas com as outras, nunca se esquecem de meter em reste as suas conhecidas, que estão para casar, ou casarão [sic] de próximo. Umas aprovam a boa eleição, outras reprovam, porque o noivo já não é menino e anda muito à jarreta. Esta acha-o muito feio, aquela diz que é desengraçado, mas é rara a que se não está moendo de inveja.⁶⁰

Os dotes recebidos pelas filhas das famílias de elite certamente contribuíram para tornar muitas senhoritas mais atraentes aos olhos dos rapazes que pretendiam se casar, reduzindo, assim, as fileiras das solteironas.

A prática de conceder um dote às filhas constava nas leis lusitanas, como um dos deveres do pai, que deveria, além de cuidar e alimentar, dotar a filha, ficando desta obrigação dispensado, apenas pela comprovação de falta de condições materiais. Esta prática europeia foi trazida para o Brasil, pelos portugueses, no início da colonização no século XVI⁶¹. Passando por algumas modificações e adaptações, como veremos, o dote sobreviveu até o final do século XIX.

Grande número das famílias proprietárias dotava suas filhas no século XVII. O dote constituía-se, aí, mais pelos chamados bens de produção – “recursos naturais e as ferramentas que o trabalho transforma em um produto para ser consumido ou trocado”⁶² –, que eram terras, ferramentas, maquinário, gado, do que pelos bens de consumo. Porém, estes últimos também se faziam presentes, sendo constituídos por casas, enxoval e jóias. Os escravos e cavalos também compunham os dotes seiscentistas, variando, porém, entre bens de produção e bens de consumo, dependendo para isso do uso que o casal fizesse dos mesmos. O escravo, se usado como parte da mão-de-obra das atividades que conferiam renda à família, era considerado um bem de produção, assim como o cavalo, quando usado no transporte de cargas ou no serviço da

⁵⁹ Miguel do Sacramento Lopes Gama foi um padre pernambucano, mais conhecido como padre Lopes Gama, que realizou um intenso trabalho, nos anos 30 do século XIX, de crítica social dos costumes da sociedade oitocentista usando, para tanto, de um jornal denominado *O Carapuceiro*, de sua autoria.

⁶⁰ GAMA, Padre Lopes Gama. *O Carapuceiro*: crônicas de costumes. São Paulo: Cia das Letras, 1996, p. 104.

⁶¹ MUAZE, Mariana. *As memórias da viscondessa*: família e poder no Brasil Império. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2008, p. 45.

⁶² NAZZARI, Muriel. Dotes paulistas: composição e transformações (1600-1870). *Revista Brasileira de História*, n. 17. São Paulo: Marco Zero/ANPUH, 1988/1989, p. 89.

lavoura. Entretanto, se ambos fossem usados para servir à casa e seus integrantes, eram considerados bens de consumo, segundo Muriel Nazzari.

Ainda no século XVII, o dote cumpriu importante papel no que tange à transmissão de riqueza da família às filhas, assim como o favorecimento destas em relação aos filhos homens da família. As filhas eram claramente protegidas economicamente, uma vez que muitas, mesmo sem se casarem, recebiam uma fatia da herança dos pais superior àquela deixada aos filhos homens. Estes, ao contrário das irmãs, não usufruíam certa segurança financeira nem ao se casarem, uma vez que o dote era concedido em usufruto, ou seja, separando o casal ou falecendo a esposa, o mesmo voltaria a pertencer à família desta. Assim, os rapazes só iniciavam uma vida economicamente independente, no que diz respeito à fortuna dos pais, quando um destes falecia.

No século XVIII, podemos perceber algumas mudanças no que diz respeito à frequência com que os dotes eram concedidos às jovens casadoiras, bem como na sua composição. Esta prática, no setecentos, foi encontrada em menor medida do que na centúria anterior, e o seu conteúdo começava, também, a diferir.

Os dotes compunham-se, essencialmente, por enxovais, jóias, escravos e dinheiro. O enxoval podia conter vestimentas, roupas de cama, mesa e banho, pratarias e mobílias para a casa, sendo, portanto, um bem de consumo. Porém, como atesta a historiadora Muriel Nazzari, que estudou a prática do dote na sociedade paulista entre os séculos XVII e XIX, “[...] quando enxovais valiosos eram dados como dote, os pais estavam pensando tanto em sua utilidade, seu poder de conferir *status*, como em seu possível valor de troca”⁶³. As vestimentas e pratarias eram os itens de maior valor dos enxovais do século XVII; no setecentos predominavam as pratarias, as louças e as roupas de cama, mesa e banho; já no século XIX, o destaque dos enxovais ficava por conta das mobílias. Nazzari atenta para o fato de os enxovais terem praticamente desaparecido dos dotes oitocentistas. A isto, ela atribui a mudança do hábito das famílias de considerarem o enxoval como parte integrante de suas fortunas. A partir de então, o mesmo passa a figurar como uma despesa cotidiana com as filhas, assim como o eram a alimentação, a saúde, a educação e o vestuário.

⁶³ NAZZARI, Muriel. Dotes paulistas: composição e transformações (1600-1870). *Revista Brasileira de História*, n. 17. São Paulo: Marco Zero/ANPUH, 1988/1989, p. 90-91.

No entanto, embora os enxovais deixem de integrar os dotes ao longo do século XIX, todos os objetos dele integrantes deveriam ir à colação quando os pais da recebedora falecessem. As jóias também foram constantes nos dotes feitos pelas famílias abastadas do Brasil. Elas representavam a exaltação do *status* do casal, mas poderiam transformar-se numa reserva monetária, devido à possibilidade de vendê-las caso necessitassem. Os escravos foram doações bastante presentes nos dotes, sendo que no seiscentos predominaram aqueles do sexo masculino, o que pode ser explicado pelo fato de serem uma forte mão-de-obra, que engrossaria a unidade de produção daquela família que os recebessem. Nos dois séculos seguintes prevaleciam as escravas, enquanto parte dos dotes, o que nos dá a entender que a preocupação no momento era a de fornecer muito mais o controle da esposa sobre o seu dote, uma vez que para se desfazer ou alugar os escravos domésticos, o marido deveria possuir o consentimento de seu esposa⁶⁴. Por fim, o dinheiro era o componente do dote que maior liberdade trazia ao marido, uma vez que poderia dispor dele da forma que melhor lhe conviesse.

Os dotes, muitas vezes, serviram como forma de intervenção, e até mesmo controle, por parte dos sogros em relação ao genro. Quando doava terras, de certa forma, arbitrava qual seria o negócio a ser desempenhado a partir de então pelo genro; quando uma casa integrava o dote, era a moradia da filha e seu esposo é que acabava por ser decidida. Segundo Muriel Nazzari, na medida em que a unidade familiar passou progressivamente de uma unidade produtiva a uma unidade de consumo, entre os séculos XVII e XIX, a prática de dote foi tornando-se cada vez mais rara – o que também não quer dizer que tenha desaparecido. Assim, o quadro que podemos vislumbrar em meados do século XIX difere muito dos dois séculos antecedentes: “As filhas não eram mais favorecidas em detrimento dos filhos. Houve algumas poucas legações a moças solteiras, e menos de um terço das famílias proprietárias davam dotes”⁶⁵.

No entanto, independentemente dos bens que compusessem o dote recebido, o seu montante representava um adiantamento da legítima da filha. Assim, quando um dos pais falecia, a dotada que quisesse entrar na partilha da herança deveria devolver metade do dote que havia recebido por ocasião de seu casamento. Este seria agregado

⁶⁴ NAZZARI, Muriel. Dotes paulistas: composição e transformações (1600-1870). *Revista Brasileira de História*, n. 17. São Paulo: Marco Zero/ANPUH, 1988/1989, p. 90-91.

⁶⁵ *Idem, ibidem*, p. 88.

aos demais bens do finado e repartido em montes iguais para todos os filhos. A prática da colação do dote recebido pelas filhas ao inventário tinha como objetivo tornar a partilha mais equitativa, evitando-se que as filhas dotadas tivessem vantagem em relação aos demais herdeiros. Porém, essa igualdade pretendida na partilha nem sempre ocorria, uma vez que a beneficiada pelo dote poderia escolher se queria ou não levar seu dote à colação e participar da legítima.

Para afirmarmos em que medida essa prática, de grande parte das famílias abastadas paulistas estudadas por Muriel Nazzari, de dotar as filhas, assemelha-se às práticas das famílias mineiras de mesmo poder econômico, seria necessário um estudo à parte. Porém, o que podemos, por hora, perscrutar, é o quanto essa prática paulista se afasta ou se aproxima daquela verificada na família Teixeira de Souza Magalhães.

No dia 18 de maio de 1867, por ocasião de seu matrimônio com o primo Fortunato Teodoro Ferreira Bretas, a filha do barão e da baronesa de Camargos, Antônia Joaquina Teixeira de Sousa, receberia o seguinte dote no valor de 7:606\$000 (sete contos seiscentos e seis mil réis):

- Amália, escrava avaliada pela quantia de 700\$000;
- Francelina, escrava avaliada pela quantia de 500\$000;
- Custódio, escravo avaliado pela quantia de 1:200\$000;
- A quantia de 5:000\$000 em dinheiro;
- Um faqueiro, uma salva e um par de castiçais, todos de prata, avaliados pela quantia aproximada de 206\$000⁶⁶.

Alguns aspectos relativos à composição deste dote, bem como dos outros dois que veremos em seguida, nos permitem levantar algumas questões. Num primeiro momento, nota-se o número de escravas superior ao de escravos, o que nos poderia levar a concordar que realmente a composição dos dotes oitocentistas preocupou-se mais em conceder um bem de consumo do que de produção, uma vez que as escravas certamente atuariam no ambiente doméstico. Entretanto, ao observarmos a avaliação destes escravos feita por ocasião da morte do barão de Camargos em 1878, veremos que os valores de ambas as escravas somados, equivalem ao valor do escravo, o que nos

⁶⁶ Informações extraídas de: AMI, Ouro Preto. Arquivo Fundo Barão de Camargos. Inventário *post-mortem* de Manuel Teixeira de Souza, Barão de Camargos. Caixa 28, Auto 312, 1º Ofício. Ano de 1878, folha 38 (frente e verso).

permite pensar, também, que o valor do escravo, e não o seu sexo, é que pode ter determinado esta escolha para o dote de Antônia Joaquina.

Outra questão a ser levantada diz respeito à inclusão da prataria, ou seja, utensílios domésticos, certamente mais destinados à ostentação do luxo do que propriamente ao uso cotidiano. Por fim, a predominância, em termos de valor, do dinheiro em relação aos demais itens, nos leva a pensar que não era do interesse do casal Teixeira de Souza interferir na forma como o jovem casal ganharia o sustento – como ocorria nos séculos anteriores –, e sim em auxiliá-los neste início de vida.

Menos de um mês depois do casamento de Antônia, Manoel Teixeira de Souza despenderia mais uma considerável soma de sua fortuna para dotar outra filha. Maria Leonor Teixeira casou-se no dia 04 de junho de 1867 com Lourenço Baeta Neves, levando junto consigo um dote no valor de 7:706\$000:

- Marcelina, escrava avaliada pela quantia de 1:000\$000;
- José Crioulo, escravo avaliado pela quantia de 1:500\$000;
- A quantia de 5:000\$000 em dinheiro;
- Um faqueiro, uma salva e um par de castiçais, todos de prata, avaliados pela quantia aproximada de 206\$000⁶⁷.

Confirmando, uma vez mais, que a família Teixeira de Souza Magalhães, assim como diversas outras famílias mineiras de elite, usou dos matrimônios entre famílias notáveis como forte estratégia de manutenção de seu *status* social e riqueza, no dia 17 de abril do ano de 1869, ocorre mais uma união desta com a família Baeta Neves. Os nubentes, desta vez, eram Francisca Teixeira de Souza e Antônio Pedro Baeta Neves – irmão do acima citado Lourenço Baeta Neves. O casal levou como dote, no valor de 6:756\$000:

- Januária, escrava avaliada em 1:550\$000;
- A soma de 5:000\$000 em dinheiro;
- Um faqueiro, uma salva e um par de castiçais, todos de prata, avaliados pela quantia aproximada de 206\$000⁶⁸.

⁶⁷ AMI, Ouro Preto. Arquivo Fundo Barão de Camargos. Inventário *post-mortem* de Manuel Teixeira de Souza, Barão de Camargos. Caixa 28, Auto 312, 1º Ofício. Ano de 1878, folha 49 (frente e verso).

⁶⁸ AMI, Ouro Preto. Arquivo Fundo Barão de Camargos. Inventário *post-mortem* de Manuel Teixeira de Souza, Barão de Camargos. Caixa 28, Auto 312, 1º Ofício. Ano de 1878, folha 39.

A avaliação dos dotes, quando estes eram levados à colação, como no caso destas três filhas, não era uma tarefa muito simples, uma vez que raramente o pai ou a mãe faziam um documento por escrito no ato da concessão do dote, especificando seus valores. Muitas vezes os bens eram avaliados por pessoas diferentes, que poderiam atribuir valores distintos aos mesmos bens doados. Portanto, não é de se estranhar que por ocasião da morte da viscondessa de Camargos, no ano de 1902, tenham ocorrido alterações no que tange às avaliações dos mesmos dotes avaliados pelo inventário de Manoel. No que diz respeito aos valores em dinheiro e dos escravos concedidos às filhas não percebemos alteração, porém, em relação à prataria, vemos que os valores se alteram em aproximadamente 100\$000 réis, ou seja, em quase metade da avaliação feita anteriormente.

A prática de dotar as filhas não era exclusiva do pai, podendo ser feita também pela mãe, caso este tivesse falecido antes do casamento da filha. Assim, quando se deu o enlace matrimonial de Elisa Teixeira de Souza Magalhães e Cláudio Alaor Bernhauss de Lima, em meados da década de 1880 – ou seja, posteriormente à morte do pai da noiva –, a responsável por conceder um dote à filha foi Maria Leonor. Na avaliação do dito dote, feita por ocasião do inventário da viscondessa de Camargos, Cláudio declarava trazer à colação “a quantia de dois contos e quinhentos mil réis 2:500\$000, que recebeu de dote da Viscondessa de Camargos”⁶⁹.

Quando da morte do barão de Camargos, a 21 de agosto de 1878, e a subsequente abertura do inventário dos bens do finado, Antônia, Francisca e Maria Leonor, mesmo sem saber se iriam ou não se beneficiar, tendo em vista o grande número de herdeiros, receberam uma quantia maior pela legítima, e optaram por levar metade de seus dotes à colação. Esta metade era referente apenas à parte doada pelo pai, que havia falecido. Quando ocorresse o falecimento da mãe, assim, a outra metade do dote também deveria ser “colada” aos demais bens da família para se efetuar a partilha.

A prática de levar os bens do dote à colação tornara-se relativamente frequente a partir da segunda metade do oitocentos, o que para Mariana Muaze, era “uma demonstração de que o dote estava caindo em desuso”⁷⁰.

⁶⁹ AMI, Ouro Preto. Fundo Barão de Camargos. Inventário *post-mortem* de Maria Leonor de Magalhães Teixeira, Viscondessa de Camargos. Maço 107, 1º Ofício. Ano de 1902, folha 76 (frente e verso).

⁷⁰ MUAZE, Mariana. *As memórias da viscondessa: família e poder no Brasil Império*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2008, p. 47.

Para muitos daqueles que optavam por abrir mão do dote, levando-o à colação, e participar da legítima, esta era uma decisão vantajosa, principalmente quando o número de filhos do finado era pequeno. Assim, apenas a título de exemplificação, Mariana Velho de Avellar – a viscondessa de Ubá – optou por devolver o dote, recebido por ocasião de seu casamento, no valor de 8:900\$000, recebendo em contrapartida como herança, a soma muitas vezes superior de 76:581\$699⁷¹.

Porém, no que diz respeito à numerosa família Teixeira de Souza, pode não parecer, num primeiro momento, ser um bom negócio o praticado pelas irmãs Antônia, Maria Leonor e Francisca, ao optarem pela colação. As irmãs deveriam juntar ao monte mor dos bens do finado barão a metade do dote recebido por ocasião de seus casamentos. A metade dos dotes de todas elas representaria a quantia de quase 4:000\$000 cada, o que, acarretaria em uma desvantagem, caso a parte que lhes coubessem da legítima paterna fosse inferior a este valor. No entanto, como o total dos bens do finado barão foi avaliado pela quantia de 206:487\$614, podemos afirmar que parecia bastante vantajoso o negócio realizado por elas, mesmo em se tratando de uma partilha entre nada menos do que quinze órfãos. Do total dos bens, a viúva baronesa ficara com a metade, ou seja, 103:243\$807, restando igual quantia a ser dividida entre os quinze herdeiros. Após a partilha, Francisca, Maria Leonor e Antônia puderam constatar que a parte de 6:882\$920 que lhes couberam – e aos demais irmãos – foi superior à metade do dote que devolveram, o que explicaria a opção das herdeiras pela colação.

Quando se deu a morte da viscondessa e subsequente abertura de inventário, em 1902, as herdeiras dotadas Francisca e Maria Leonor – Antônia já havia falecido a esta época – também levaram metade de seus dotes à colação, bem como Elisa, que levou seu dote integral, recebendo todas elas e os demais herdeiros a quantia de 5:558\$112⁷², referentes à legítima da mãe, o que demonstra, mais uma vez, que tal prática poderia ser bem vantajosa para aquelas que assim procedessem.

No entanto, é preciso ressaltar que as filhas que, porventura, ficassem com um pequeno déficit ao participarem da legítima – o que não foi o caso das herdeiras do casal

⁷¹ MUAZE, Mariana. *As memórias da viscondessa: família e poder no Brasil Império*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2008, p. 47.

⁷² AMI, Ouro Preto. Fundo Barão de Camargos. Inventário *post-mortem* de Maria Leonor de Magalhães Teixeira, Viscondessa de Camargos. Maço 107, 1º Ofício. Ano de 1902.

Teixeira de Souza Magalhães –, não poderiam desconsiderar que o dote, recebido no início de uma nova vida familiar, possuía um valor inestimável, uma vez que representava o capital com o qual o jovem casal começaria a viver, dando a estes a oportunidade de fazer crescer o montante inicial.

Tendo em vista o que discutimos até o momento, podemos afirmar que o casamento, e suas múltiplas facetas, apresentava-se às famílias de elite do Império, como uma importante estratégia, pois lhes permitiam ampliar seu grupo familiar, unindo-se a outras ilustres famílias, e perpetuar a diferenciação social que tanto prezavam. Porém, o casamento não foi a única forma através da qual este seleto grupo manteve sua condição e distinção. O recebimento dos títulos de nobreza também cumpriria este papel - assunto ao qual nos deteremos a seguir.

1.3. Uma nobreza em formação

A vinda de D. João VI e de toda a Coroa portuguesa para o Brasil, no ano de 1808, traria grandes transformações para a colônia. A estadia da Real Coroa portuguesa, como sabemos, não seria breve. Dessa forma, fez-se necessário criar – mais do que reproduzir – todo um aparato burocrático e administrativo na colônia, que atendesse às necessidades da Coroa portuguesa ali instalada.

Junto ao corpo administrativo para cá “transplantado”, vieram também demandas de outra ordem, tais como a criação de um ambiente digno de abrigar tão civilizada corte européia. Visando proporcionar mais opções em termos culturais e intencionando “civilizar” a colônia, D. João VI criou algumas instituições, tais como o museu e a imprensa régios. Como não poderia faltar, o rei português preocupou-se também em inventar uma nobreza formada por titulares da terra, afinal de contas, um reino sem nobres não poderia existir, ou resistir.

A concessão de títulos de nobreza revelava-se, no oitocentos, uma importante estratégia, tanto para quem os recebia quanto para o rei, que os distribuía. Para este, era interessante agradecer por meio desta concessão a serviços prestados por ilustres homens à Coroa, mantendo sempre indivíduos dispostos a ajudar e a servir em momentos de necessidade, ávidos por tão nobre recompensa. Em contrapartida, aqueles

que mereciam tamanha consideração real, usavam o título para demonstrar a toda a sociedade e legitimar a distinção de suas pessoas.

Os títulos poderiam lhes proporcionar bons relacionamentos em sociedade e até mesmo proporcionar um excelente casamento, que, como vimos anteriormente, era crucial para a manutenção da riqueza e para o aumento do prestígio familiar. Muitos nobres chegaram também a usar de sua condição para selecionarem os indivíduos com os quais manteriam laços, por vezes, se desfazendo dos demais indivíduos ou famílias que não carregavam consigo um brasão. O padre Lopes Gama, em seu *O Carapuceiro*, de 28 de maio de 1839, já condenava esta atitude:

[...] o excesso é em todas as coisas vicioso. E por isso eu da aristocracia só reprovo a fofice, só reprovo que o indivíduo, porque é ou se diz nobre, queira estribar nisto o seu mérito, queira só ele dirigir os negócios da pátria, e trate o resto dos homens com desprezo, sobrançeria e crimeza. E ainda mais me enoja tal filáucia, quando esse título de nobreza é tão duvidoso como a existência dos habitantes da lua, e não passa de mera presunção e fofice.⁷³

A crítica em *O Carapuceiro* demonstra que muitos, mesmo sem possuírem título algum, usavam títulos de antecedentes para atestarem sua distinção. Isto, por si, já nos mostra que o processo de concessão de títulos de nobreza nos trópicos diferiu, pelo menos em parte, daquele existente na Europa.⁷⁴

O processo de titulação transplantado por D. João VI para o Brasil seguiria o modelo lusitano tradicional, realizando, porém, algumas adaptações. A questão da hereditariedade dos títulos é um exemplo. Enquanto as nobilitações dadas aos europeus eram não só vitalícias, mas também hereditárias, em terras brasílicas a titularidade pertencia apenas ao seu legítimo proprietário; extinguiu-se com a morte do titulado, a menos que o rei D. João VI, e futuramente Pedro I ou Pedro II, concedesse o mesmo título a algum outro familiar, como um filho ou esposa, por exemplo.

⁷³ GAMA, Padre Lopes Gama. *O Carapuceiro*: crônicas de costumes. São Paulo: Cia das Letras, 1996, p. 316 - 317.

⁷⁴ Existe uma alentada bibliografia sobre o tema para o Império Português. A título de exemplo ver MONTEIRO, Nuno Gonçalo. O “Ethos” Nobiliárquico no final do Antigo Regime: poder simbólico, império e imaginário social. In: *Almanack brasileiro*, n.02, nov. 2005 e KANTOR, Íris. *Os Ramires de outras eras em outros espaços*: breves comentários sobre as formas de apropriação do ethos nobiliárquico na América portuguesa... . *Almanack Brasileiro*, n.02, nov. 2005. Um dos trabalhos mais representativos sobre o assunto, voltado para a América Portuguesa é MELLO, Evaldo Cabral de. *O nome e o sangue*: uma parábola familiar no Pernambuco Colonial. Rio de Janeiro: Topbooks, 2000. Desnecessário insistir no fato de que tratar do assunto, nos limites desta dissertação, ultrapassa os objetivos aqui pretendidos.

Além da não hereditariedade dos títulos, outra característica distinguia a nobreza tropical brasileira da européia. Enquanto esta recebia as nobilitações “por herança” dos pais, aquela as recebia por um caráter eminentemente meritório. Segundo Lilia Moritz Schwarcz, muitas poderiam ser as motivações das titulações, tais como ““serviços prestados”, “provas de patriotismo”, “por fidelidade e adesão à S.M.I.”, [...] ou até “por trabalhos nas exposições universais””⁷⁵. O Imperador Pedro II, e antes dele D. João VI e D. Pedro I, era o responsável por arbitrar na escolha dos que seriam agraciados com honras e mercês. Mas, feita a escolha, quem eram os responsáveis por formalizar esta concessão?

No ano de 1810 foi instalada na corte do Rio de Janeiro, a Nobre Corporação dos Reis de Armas, responsável pela “formalização das mercês e títulos e cartas de brasões”. Eram quatro funcionários reais os responsáveis por tal ofício, sendo “um rei de armas, um arauto, um passavante e um escrivão dos brasões da nobreza e fidalguia do Império”. A atribuição do rei de armas consistia “em escrever a genealogia dos nobres, orientando-os na elaboração dos brasões”⁷⁶, no que era auxiliado e acompanhado pelo arauto e o passavante. O escrivão dos brasões da nobreza e fidalguia do Império era o responsável pelo registro em livro das concessões de títulos.

Para que o recebimento do título fosse efetuado era necessário, também, o pagamento de algumas taxas referentes à “carta de mercê nova” e ao registro da mesma em livro, o que acabava tornando a “concessão” do Imperador um presente bastante custoso para quem o recebia, tanto mais caro quanto mais elevada fosse a titulação.

Algumas leis e decretos preocuparam-se em estabelecer valores a serem pagos nessas tramitações, sendo que estes variaram ao longo do século XIX. O decreto de 1879, por exemplo, estipulava os seguintes valores, de acordo com os títulos recebidos: um duque deveria pagar 2:450\$000 para usufruir de tão grande honraria; um marquês não desembolsaria menos do que 2:020\$000; um conde, visconde ou barão com grandeza pagaria 1:575\$000, um visconde e um barão despenderiam, respectivamente, de 1:025\$000 e 750\$000 para pertencerem ao grupo da nobreza.⁷⁷

⁷⁵ SCHWARCZ, Lilia Moritz. *As Barbas do Imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo: Cia das Letras, 1998, p. 161.

⁷⁶ *Idem, ibidem*, p. 171.

⁷⁷ *Idem, ibidem*, p. 172.

Porém, mesmo se tratando de quantias relativamente altas, muitos pagariam qualquer preço para usufruírem de tal distinção. Nos anos de 1822 a 1830, D. Pedro I criou 119 títulos, número que se elevou consideravelmente no reinado de D. Pedro II: 570 titulados somente entre os anos de 1870 a 1888. Este elevado número demonstra que, embora pudesse ser bastante custoso o recebimento de um título, não faltaram súditos que pagaram pelo ilustre “presente”.

No entanto, se havia regulamentações e leis que regiam os custos das concessões de títulos, como dissemos acima, o mesmo não ocorreu no tocante à seleção dos nobres. Qualquer um que tivesse prestado serviços ao Estado era um nobre em potencial. Geralmente, os escolhidos atuavam em atividades econômicas rentáveis, como os fazendeiros, por exemplo, ou ocupavam cargos públicos, como os políticos, ou ainda eram grandes negociantes, intelectuais, professores, capitalistas, médicos, banqueiros etc.⁷⁸ Os serviços que estes ricos homens prestavam ao Imperador poderiam ser a acolhida do imperante e de sua família, em suas casas, quando estes passassem por suas cidades, o oferecimento de presentes, de bailes em sua homenagem, de contribuições generosas em dinheiro para obras do Estado e, até mesmo, a participação e apoio nas atividades culturais e científicas tão bem vistas e incentivadas por Pedro II.

O recebimento do título de barão de Camargos por Manoel Teixeira de Souza em decreto imperial de 17 de maio de 1871 parece ter sido motivado por uma junção de vários dos fatores acima citados. Manoel era chefe do partido conservador, foi deputado provincial, vice-presidente da província de Minas Gerais e senador do Império, o que demonstra sua dedicação à política do Império, bem como sua respeitabilidade, visto que atuou politicamente por cerca de 30 anos. Entretanto, Manoel não foi apenas um importante político, possuindo também outros requisitos da “lista” de D. Pedro II para alcançar a posição de nobre. Foi grande proprietário de terras, administrando junto aos seus cunhados a Fazenda do Tesoureiro, herdada por sua esposa Maria Leonor.

A região onde se situava o Tesoureiro, na Freguesia de Camargos, pertencente à cidade de Mariana, foi exatamente o que inspirou D. Pedro II na elaboração do nome que acompanharia o título de nobreza de Manoel. O monarca encarregava-se pessoalmente da escolha dos nomes e, geralmente, usava o nome do lugar onde o

⁷⁸ SCHWARCZ, Lilia Moritz. *As Barbas do Imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo: Cia das Letras, 1998, p. 173.

titulado havia nascido, ou onde atuava politicamente, ou ainda onde detinha alguma propriedade rural etc. - caso este que se aplica ao barão de Camargos.

Manoel Teixeira de Souza enquadrava-se, ainda, num outro grupo de recebedores de títulos, aquele denominado capitalista, ou seja, que viviam de rendas de investimentos em ações e de empréstimos concedidos a terceiros, o que é comprovado no inventário do barão, sendo que grande parte de sua fortuna era daí advinda. Somando-se a todos os fatores mencionados, que enquadravam o político ouropretano no seletivo grupo de merecedores e recebedores de títulos, estava a destacada atuação do ilustre barão nas exposições internacionais, sobremaneira estimuladas por D. Pedro II. Manoel participou de algumas dessas exposições levando o café e o chá cultivados no Tesoureiro para apresentá-los ao mundo, no que teve bastante sucesso, uma vez que ambos os produtos foram premiados em algumas destas, como veremos em capítulo posterior.

Esta pequena “lista” nos leva a crer que, ao que tudo indica, não faltaram motivos para que D. Pedro II concedesse um título de barão a Manoel. Porém, para finalmente convencer aqueles que acreditam ter sido esta concessão despropositada, há ainda um fator crucial para a tomada de decisão do Imperador. O monarca também agraciava um outro grupo de pessoas que não se enquadra, necessariamente, nos anteriores. Este grupo teve o seu merecimento pela muita proximidade que gozou junto a D. Pedro II, ou à Imperatriz D. Teresa Cristina, ou ainda junto às filhas Isabel e Leopoldina.

Em algumas das correspondências trocadas entre Manoel e Maria Leonor, aquele narra alguns episódios em que é visível a proximidade entre ele, alguns integrantes de seu círculo, e o Paço Imperial e seus moradores. Assim, em carta de 14 de julho de 1860, Manoel fala de sua ida ao cortejo que se deu pelo aniversário de 13 anos da Princesa Leopoldina: “Ontem fui ao cortejo de S. Cristóvão pelos anos da Princesa D. Leopoldina e ao dia 29 [irei] a farda no juramento que tem de ir prestar o Senado a Princesa Imperial”⁷⁹. No ano de 1862, Manoel relatava a Maria Leonor a visita recebida por Francisca Carolina de Verna Magalhães da Fonseca, prima do casal, das princesas

⁷⁹ AMI, Ouro Preto. Arquivo Fundo Barão de Camargos. Carta recebida por Maria Leonor de Magalhães Teixeira, de seu esposo Manoel Teixeira de Sousa. RJ, 14/jul./1860. Caixa Correspondência e Diversos.

Isabel e Leopoldina: “Anteontem teve a Chiquinha a honra de uma visita de hora das princesas”⁸⁰.

A família de Manoel mantinha uma relação mais estreita com a família real, principalmente através de uma pessoa muito próxima a ambos os lados; trata-se de Mariana Carlota de Verna Magalhães, a condessa de Belmonte, que fora preceptora de D. Pedro II, acompanhando toda a sua educação e crescimento. A filha da condessa, Maria Antônia de Verna Magalhães, era casada com um primo e grande amigo de Manoel, o médico da Imperial Câmara Luís Carlos da Fonseca. Este, seus irmãos e sua mãe, Ana Rodozinda Vindelina da Silva (irmã de Inácia Francelina, mãe do barão de Camargos), residiam no Rio de Janeiro e mantiveram estreitos laços com o barão, uma vez que este também residia no Rio de Janeiro devido às suas atribuições políticas, como é possível percebermos através da leitura das correspondências trocadas pelo casal Teixeira de Souza.

Assim, o casamento de Luís Carlos com a filha da condessa permitiu que as famílias estivessem sempre em contato, seja nos jantares ocorridos na casa de D. Ana, seja nas visitas feitas pelas princesas à casa de Luís Carlos – que o barão freqüentava quase diariamente –, ou nas visitas à chácara da condessa de Belmonte, onde Luís Carlos e a filha de Mariana Carlota passaram a residir depois de sua morte, em 1855. A respeito da chácara, Manoel assim escreve a sua esposa em 15 de junho de 1862:

[...] hoje fomos fazer um belo passeio ao Engenho Novo [...] à chácara da condessa de Belmonte, onde se acha toda a família do Luís Carlos: agora mesmo 7 da noite, estamos chegando, e vejo a grande diferença que há de clima: ali goza-se de belíssimos ares, entretanto aqui parece que se está no verão. Em todos os jantares da família a que temos assistido nunca sois esquecida bem como as meninas.⁸¹

A proximidade com o Imperador e sua família, seja direta ou indiretamente, através de terceiros, como no caso de Manoel, não era uma exclusividade dos homens, que freqüentavam mais as reuniões sociais. Muito pelo contrário. As mulheres, essencialmente, conseguiram alcançar tais títulos de nobreza, e não apenas pelos laços construídos com a família imperial.

⁸⁰ AMI, Ouro Preto. Arquivo Fundo Barão de Camargos. Carta recebida por Maria Leonor de Magalhães Teixeira, de seu esposo Manoel Teixeira de Sousa. RJ, 10/jun./1862. Caixa Correspondência e Diversos.

⁸¹ AMI, Ouro Preto. Arquivo Fundo Barão de Camargos. Carta recebida por Maria Leonor de Magalhães Teixeira, de seu esposo Manoel Teixeira de Sousa. RJ, 15/jun./1862. Caixa Correspondência e Diversos.

É exemplar, nesse sentido, o caso de Luísa Margarida Portugal e Barros, a condessa de Barral. Além de aia das princesas Isabel e Leopoldina, as quais acompanhou até se casarem, a condessa também manteve estreito laço de amizade – e dizem até que amoroso – com o Imperador, como o comprovam as inúmeras correspondências trocadas por ambos até o ano de suas mortes, em 1891.⁸² Outro caso exemplar de mulher que recebeu o título de nobreza pela proximidade com a família imperial e pelos serviços prestados dentro do Paço Imperial foi a já citada Mariana Carlota de Verna Magalhães, que educou D. Pedro II e participou ativamente de seu desenvolvimento, recebendo como reconhecimento o título de condessa de Belmonte.

No entanto, algumas mulheres engrossaram as fileiras da nobreza brasileira, mesmo sem a intimidade desfrutada pelas condessas de Barral e de Belmonte junto à família do monarca. Segundo Schwarcz, as mulheres foram agraciadas em pequeno número durante todo o Império, sendo que “apenas cerca de trinta mulheres (aproximadamente 2,5% do total de titulados) tiveram seus atos considerados dignos de distinção”⁸³.

As mulheres usufruíram o estatuto de nobreza sob duas formas distintas no Brasil oitocentista. A primeira delas, e talvez a mais recorrente, foi o uso emprestado do título do marido. Quando um homem casado recebia uma mercê honorífica, sua esposa também passava a usar e a responder pelo título, por empréstimo do marido, uma vez que apenas ele, e não o casal, o havia recebido. Como caso exemplar deste costume, temos Maria Leonor que, após o recebimento do título de barão pelo seu cônjuge em 1871, passa a usá-lo também. Em algumas das cartas escritas por Maria Leonor, podemos perceber que esta passou a assinar como baronesa de Camargos de maneira bastante natural. É possível percebermos, ainda, que tal atitude era reconhecida e legitimada socialmente, uma vez que muitos remetentes a ela se dirigiam pelo título de baronesa.

O hábito de tomar emprestado o título do marido era tão arraigado e aceito socialmente que até mesmo D. Pedro II, quando esteve na província de Minas Gerais, no ano de 1881, em sua estadia na cidade de Ouro Preto, refere-se a Maria Leonor como baronesa de Camargos. É interessante notarmos que, mesmo com a morte do barão no

⁸² PRIORE, Mary Del. *Condessa de Barral: a Paixão do Imperador*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008.

⁸³ SCHWARCZ, Lilia Moritz. *As Barbas do Imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo: Cia das Letras, 1998, p. 176.

ano de 1878, a sociedade, e até mesmo o Imperador, continuam a reconhecer sua esposa como baronesa, atestando que o título sobreviveu ao seu proprietário.

Mas, se o monarca ainda considerava Maria Leonor como digna de ser chamada de baronesa, mesmo sem que o título a pertencesse, e mesmo depois do falecimento do barão, após tomar conhecimento de algumas gentilezas desta junto à Imperatriz Teresa Cristina e ao próprio Pedro II, quando estiveram em Ouro Preto, o imperador decidiu por agraciá-la com o título hierarquicamente superior ao de baronesa, ou seja, o de viscondessa de Camargos.

No entardecer de uma quarta-feira, dia 30 de março de 1881, chegava à cidade de Ouro Preto a tão esperada comitiva Imperial, na qual, além de D. Pedro II e da Imperatriz, constavam outros tantos funcionários imperiais. Assim narra o próprio Imperador a sua chegada:

[...] Às 5 ½ chegada a Ouro Preto cuja vista encantou-me. Apareceu-me na imaginação como Edimburgo. A estrada que margeia o ribeirão do Carmo que atravessa em parte uma espécie de túnel é lindíssima. A caleça custou-lhe a subir por estas ruas de aspecto tão original, e temia que se pisasse alguém pois havia imenso povo e cordialíssimo acolhimento.⁸⁴

Após dois dias de intensas visitas pelas igrejas, monumentos, escolas, hospitais, eis que na noite de 1º de abril é oferecido um jantar de despedida ao Imperador – no Palácio do Governador, onde estavam hospedados Pedro II e sua comitiva –, que partiria na manhã seguinte. Neste jantar, em que estava presente também a família Teixeira de Souza Magalhães, o Imperador toma conhecimento do enorme préstimo que Maria Leonor havia feito em sua estadia em Ouro Preto. A viúva do barão de Camargos havia oferecido alguns de seus escravos para servirem na liteira de Teresa Cristina, alforriando-os posteriormente. A este respeito, assim anota o monarca em seu diário:

Jantar e Recepção. Entreguei 3 cartas de alforria a 3 mulheres por intermédio do monsenhor José Augusto e do cura Sta. Ana, e soube que a baronesa que veio com a família alforriou seus escravos que têm servido na liteira da imperatriz.⁸⁵

⁸⁴ PEDRO II. Diário da Viagem do Imperador a Minas. In: *Anuário do Museu Imperial*, vol. XVIII. Petrópolis, 1957, p. 76.

⁸⁵ PEDRO II. Diário da Viagem do Imperador a Minas. In: *Anuário do Museu Imperial*, vol. XVIII. Petrópolis, 1957, p. 79.

Coincidência ou não, apenas dois meses após a data do referido jantar, D. Pedro II concederia, por decreto imperial de 15 de junho de 1881, o título de viscondessa de Camargos a Maria Leonor. Se o que o motivou fora a gentileza dela ao “emprestar” seus escravos à Imperatriz ou, ainda, a sua nobre atitude em alforriá-los em seguida, não poderemos afirmar com certeza. Porém, há que se reconhecer que não faltavam atributos à senhora Teixeira de Souza Magalhães para o merecimento do título. Na carta de 17 de junho de 1881, escrita por Francisco à sua irmã Leonor, encontramos pistas de que as gentilezas e a hospitalidade da viscondessa podem ter se manifestado em outros atos que nos escaparam. Assim escreve Francisco: “Eu estava certo, que a Mana não deixaria de contribuir para a boa acolhença [*sic*] feita aos imperantes, a qual, independentemente de opiniões políticas, devia manifestar a hospitalidade mineira”⁸⁶.

Como a carta citada datava de 17 de junho e o decreto imperial datava de 15 de junho, certamente nesta missiva o irmão Francisco ainda não sabia da notícia do recebimento do título de viscondessa por Maria Leonor. Porém, em carta posterior, de 7 de setembro de 1881, o mesmo pôde manifestar-se a este respeito:

Estimei muito que o Imperador reconhecesse novamente com este ato os serviços que prestou ao País aquele digníssimo homem que foi o Barão de Camargos e honrasse também os merecimentos da mana como ótima e exemplar mãe de família. Os títulos que correspondem a méritos reais, os confirmam em público e na história ao mesmo tempo que dão uma satisfação para quem os recebe e um exemplo para os filhos; cá no velho mundo se diz: noblesse oblige.⁸⁷

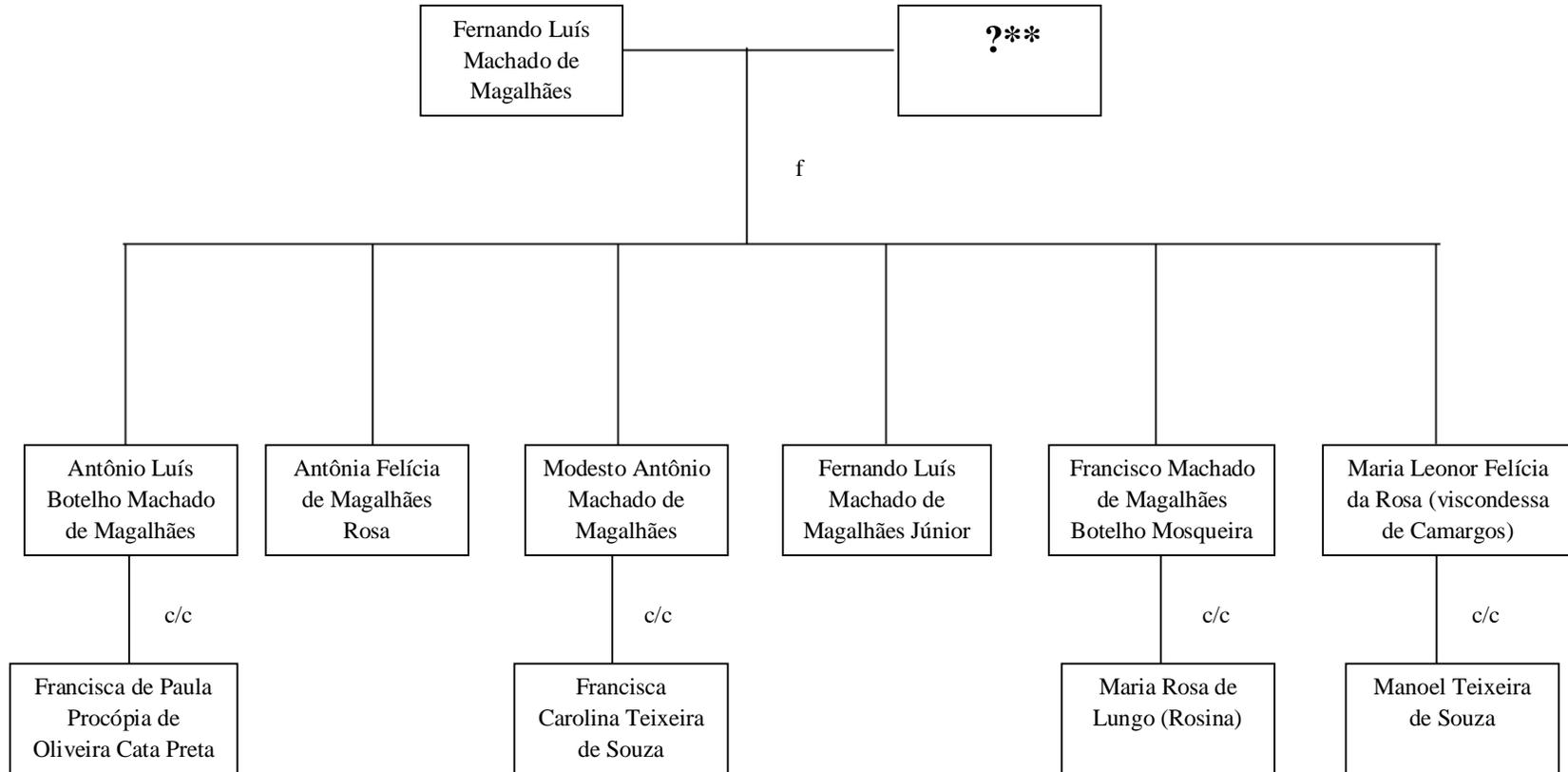
Maria Leonor não seria a última Teixeira de Souza Magalhães a receber um reconhecimento de D. Pedro II em forma de recebimento de títulos de nobreza. O próximo seria o seu filho, o médico Antônio Teixeira de Souza Magalhães, que assumiu os trabalhos políticos deixados pelo pai após sua morte, tornando-se também um prestigioso político mineiro, atuando no Império e na República. Infelizmente não possuímos a data do decreto imperial que o fez tornar-se o 2º barão de Camargos, certamente um dos últimos cidadãos a desfrutar o recebimento de um título imperial,

⁸⁶ AMI, Ouro Preto. Arquivo Fundo Barão de Camargos. Carta recebida por Maria Leonor de Magalhães Teixeira, de seu irmão Francisco. Florença, 17/jun./1881. Caixa Correspondência e Diversos.

⁸⁷ AMI, Ouro Preto. Arquivo Fundo Barão de Camargos. Carta recebida por Maria Leonor de Magalhães Teixeira, de seu irmão Francisco. Florença, 07/set./1881. Caixa Correspondência e Diversos.

uma vez que o Império, e toda a nobreza que nele se criou, já nesta década de 1880, estavam com os dias contados.

FIGURA 1
Genealogia da família Mosqueira*



Legenda

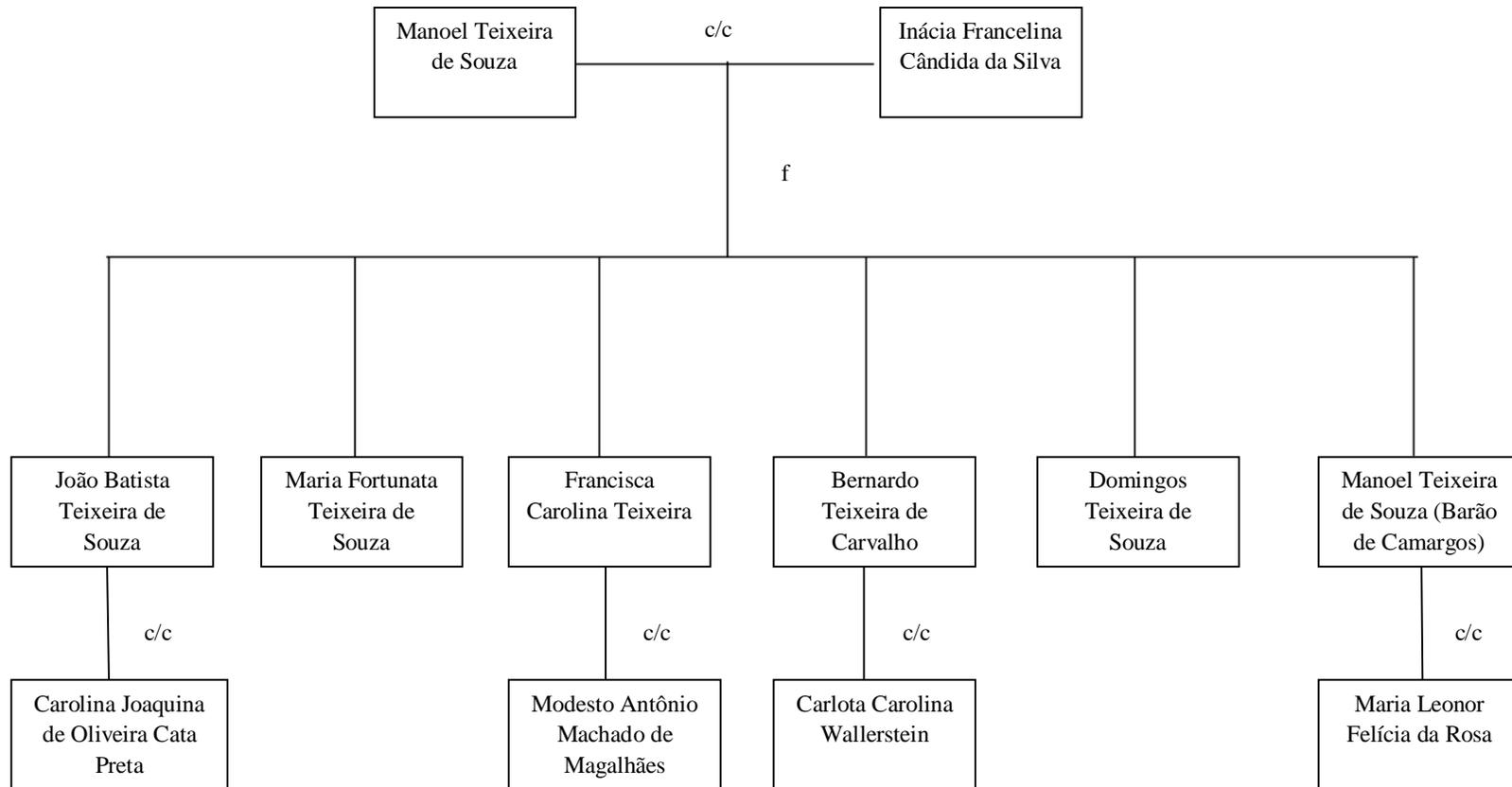
c/c = casou com

f = filhos

* Por ser a família Mosqueira muito numerosa, optamos por abordar sua genealogia a partir do pai de Maria Leonor Felícia da Rosa (Viscondessa de Camargos), por corresponder mais às necessidades do presente trabalho.

** Nenhum documento ou carta consultados faz menção à mãe de Maria Leonor. Entretanto, alguns descendentes da família afirmam que a mãe de Leonor era a irmã de Manoel Teixeira de Souza, Maria Fortunata Teixeira de Souza. Por esta hipótese, Maria Leonor teria se casado com o tio.

FIGURA 2
Genealogia da família Pimenta da Costa*



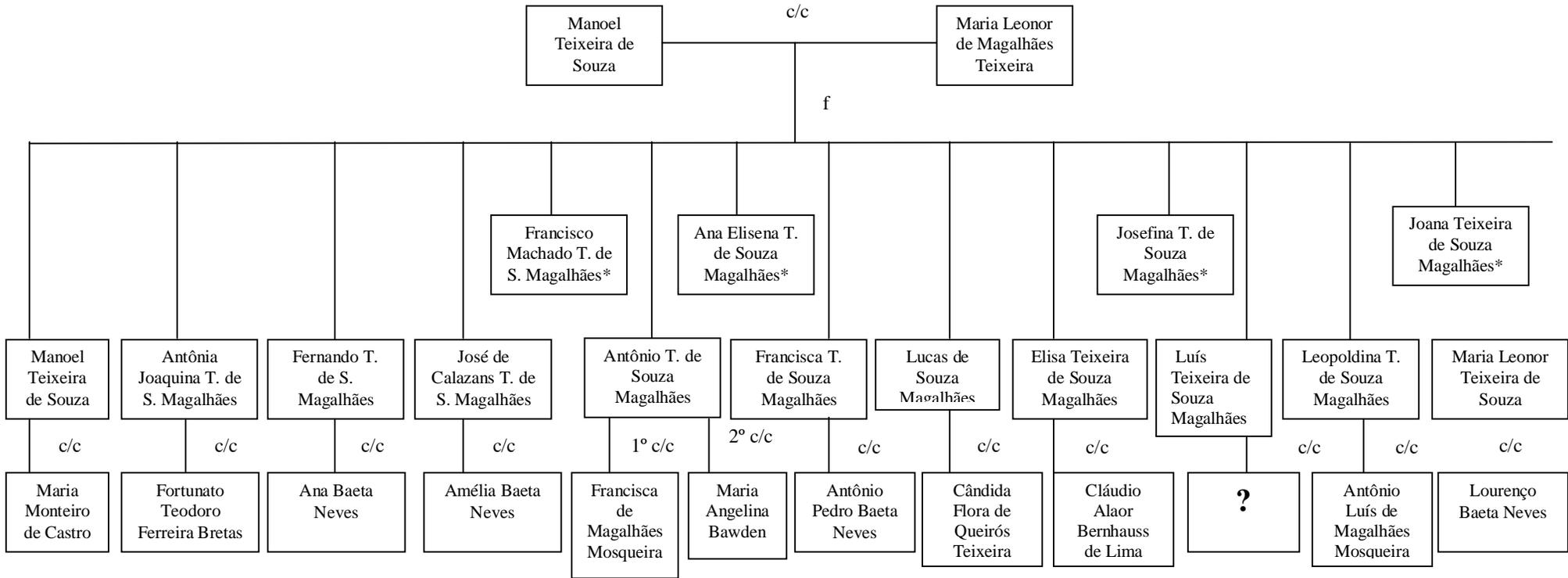
Legenda

c/c = casou com

f = filhos

* Por ser a família Pimenta da Costa muito numerosa, optamos por abordar sua genealogia a partir do matrimônio dos pais de Manoel Teixeira de Souza (Barão de Camargos), por corresponder mais às necessidades do presente trabalho.

FIGURA 3
Família Teixeira de Souza Magalhães



Legenda
c/c = casou com
f = filhos

* Na documentação pesquisada e na genealogia elaborada pelo Cônego Raimundo Trindade sobre a família Teixeira de Souza Magalhães, não encontramos informações sobre casamentos destes quatro filhos.

Capítulo 2: A viscondessa e suas inúmeras atribuições

Enquanto o marido por fora agencia, trabalha, lida e moureja por adquirir meios de subsistência, cumpre que a mulher de portas dentro zele, vigie, guarde e economize.⁸⁸

No número 36 d’*O Carapuceiro*, de 03 de agosto de 1842, intitulado “O que deve ser uma boa dona de casa”, o Padre Lopes Gama parece ter bem definido qual o padrão de comportamento esperado da mulher oitocentista. Ser boa dona de casa, em suas palavras, significava ser uma boa esposa e, por conseguinte, uma boa mãe. Entretanto, se o padre carapuceiro ocupava-se em lembrar às suas leitoras qual seria o comportamento esperado delas, nos parece um sinal de que muitas o haviam esquecido. Dessa forma cabe nos indagarmos: qual seria o comportamento cotidiano de uma mulher, em nosso caso específico da elite, oitocentista? Quais seriam seus papéis desempenhados no âmbito doméstico e em sociedade?

O século XIX foi marcado por alguns processos – tais como a urbanização, a ascensão do individualismo, a europeização de valores, o advento do romantismo e os novos discursos médico-científicos – que, juntos, redefiniriam em grande medida as formas de se viver em família. O Brasil experimentaria estas mudanças de uma maneira bem própria e singular, e que remodelaria, de certa forma, a família brasileira oitocentista. Esta, a partir de então, desempenharia os mesmos papéis dantes, porém de forma diferenciada.

Ao homem, esposo e pai de família, continuaria a atribuição de produtor e mantenedor da riqueza, além de centro irradiador do poder, uma vez que todos os demais integrantes do núcleo familiar se subordinam, ainda que em menor medida, a ele mesmo. Entretanto, o homem aparece auxiliado pela mulher que, por vezes, principalmente na ausência dele, é a responsável por gerir a família, a casa e, até mesmo, os negócios.

O papel desempenhado pelas mulheres se amplia, tirando-a da clausura doméstica, tão criticada pelos viajantes⁸⁹ que por aqui passaram, e permitem o seu

⁸⁸ GAMA, Padre Lopes. *O Carapuceiro*: crônicas de costumes. São Paulo: Cia das Letras, 1996, p. 403.

convívio social e instrução. Sua principal atribuição, a maternidade, ganha ainda mais valorização, e, de sua boa educação e instrução dependerá o bom preparo educacional de seus filhos, ou seja, os futuros cidadãos do Império, a quem se destinariam altos cargos na política. À mulher caberia, ainda, como visto nas palavras do Padre Lopes Gama, o zelo e cuidado com a casa.

Não foram apenas os papéis dos homens e mulheres que sofreram modificações no século XIX, mas o da criança também. A partir da segunda metade do oitocentos, a criança começa a ganhar mais espaço na família, com a valorização da infância. Esta valorização embasava-se na importância de se cuidar dos pequenos brasileiros, para que se tornassem cidadãos preparados para vivenciar toda a modernidade aspirada por D. Pedro II, que era, ele próprio, um exemplo dessa valorização. Dessa forma, a aparência, a saúde e, principalmente, a educação, o preparo intelectual, ganham mais atenção dos pais e de todo o núcleo familiar, dentro e fora dele, com o aparecimento de novos produtos – brinquedos, manuais de educação, roupas, remédios – feitos especialmente para o cuidado de meninos e meninas de elite.

No entanto, os papéis desempenhados pela mulher de elite brasileira não ficaram circunscritos apenas no núcleo mais central da família, ou seja, de mãe, esposa e dona de casa. À mulher era dada, também, a função de manter os laços familiares, criando-os e recriando-os com o passar dos anos. Para cumprir tal tarefa tecia, no que era acompanhada pelo marido, redes de apadrinhamentos visando a criação do parentesco através do batismo, quando o mesmo não existia através do sangue. A manutenção de contato com os parentes, estando estes longe ou perto, através da troca de correspondências, de presentes, de fotografias e de recomendações também funcionavam como ferramentas de conservação da própria família, não permitindo que os elos se enfraquecessem. Outro papel que poderia ser desempenhado por mulheres da elite imperial – e, como veremos adiante, o foi – era o de mediadora da política local com a política imperial. Uma vez que não podiam, e talvez nem quisessem, atuar na

⁸⁹O viajante Auguste de Saint-Hilaire, por exemplo, passando por Minas Gerais, em meados do século XIX, chega a registrar as seguintes palavras a respeito desta clausura, ao observar o interior das casas mineiras: “O interior das casas, reservado às mulheres, é um santuário em que o estranho nunca penetra [...]. Os jardins, sempre situados por trás das casas, são para as mulheres uma fraca compensação de seu cativeiro, e, como as cozinhas são escrupulosamente interditos aos estrangeiros.” SAINT-HILAIRE, Auguste. *Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, 1975, p.96.

política oficial do império, as mulheres poderiam usar de seu prestígio, de seu nome e de sua condição social privilegiada para intercederem por aqueles que as solicitassem, junto às esferas mais altas do poder oficial.

Dessa forma, o presente capítulo tem como objetivo desvendar o cotidiano familiar dos Teixeira de Souza Magalhães e a forma como seus integrantes desempenharam os papéis familiares que lhes cabiam. Para tanto, tomaremos como referencial, em grande parte, as relações e atribuições de Maria Leonor, mãe, esposa, dona de casa e mantenedora dos laços desta numerosa família.

2.1. A gerência da família

A gerência da família foi, indubitavelmente, uma das principais atribuições da mulher de elite oitocentista. O sucesso com que realizaria tal incumbência, sempre ciosa pela manutenção e criação de laços capazes de auxiliar na perpetuação do poder e *status* social de seu grupo familiar, seria determinante para o próprio êxito da família.

A análise das missivas trocadas entre Maria Leonor com o esposo, com os filhos, com os irmãos e com os afilhados nos permite vislumbrar como a viscondessa de Camargos teria desempenhado este papel de gerência da família. Papel esse, certamente, intensificado e acrescido de muitas responsabilidades, uma vez que o marido encontrava-se residindo em outra cidade – Rio de Janeiro – devido às suas obrigações políticas. Dessa forma, desempenhar o papel de uma boa esposa, zelando pelo marido mesmo à distância, fornecer uma boa educação e instrução aos filhos, cuidar da saúde e da aparência destes, bem como encaminhá-los à boa moral e educação cristã, foram algumas das funções exercidas pela senhora Teixeira de Souza Magalhães.

Pouco tempo após casar-se com Manoel, Maria Leonor viu-se obrigada a viver separada do marido alguns meses do ano, de maio a agosto, uma vez que este encaminhava-se para a corte do Rio de Janeiro para cumprir as atribuições que a política lhe incumbira. As epístolas trocadas entre o casal, principalmente na década de 1850 e em princípios da de 1860, nos permitem supor que Maria Leonor e Manoel planejavam a mudança definitiva dela e dos filhos já nascidos à época para a capital do Império, como é possível observar no seguinte trecho de carta escrita por Manoel a Leonor: “Estive ontem em casa de Tia D. Ana, que com as Primas, se recomendam a todos,

desejando que se possa verificar a encantada mudança para cá [grifo nosso].”⁹⁰ No entanto, pudemos constatar que os planos do jovem casal não vingaram, indo a esposa e filhos passarem apenas temporadas no Rio com Manoel. À falta de êxito nesta empreitada podemos atribuir aos negócios, como a fazenda do Tesoureiro, que o casal possuía em Camargos, que deveria ser administrada por um deles. Assim, caberia ao papel de esposa, mãe e dona de casa, o de cuidadora zelosa dos bens do casal, como veremos num próximo tópico. No momento queremos ressaltar mesmo é o quão complexo poderia ser o papel de esposa numa família abastada.

A distância que se impôs ao casal Teixeira de Souza Magalhães permitiu que um rico acervo de documentação privada se formasse, como salientamos em momento anterior, composto de inúmeras correspondências trocadas por eles. Dessa forma, manter o relacionamento e, conseqüentemente, a família de forma harmoniosa dependeria do contato freqüente entre Manoel e Leonor, que se fez possível através das cartas. Nas missivas trocadas entre ambos percebemos a preocupação de Manoel com o bem-estar, principalmente com a saúde, dos filhos e da esposa. Em carta de 26 de junho de 1860, Manoel ocupa-se em demonstrar sua preocupação com a saúde da família, bem como colocar a esposa e demais parentes à par do seu estado:

Com o costumado prazer recebi a sua carta de 20 do corrente, que me certifica da sua saúde e da família, o que é para mim objeto de maior cuidado: eu passo também sem maior incômodo, apenas com algum defluxo, que é geral agora, que tem começado a haver algum frescor.⁹¹

Assim, ao mesmo tempo em que preocupa-se com os seus entes e se alegra com as notícias de boa saúde de todos, procura não dar motivos para que o núcleo familiar se inquiete quando diz que o mal que possui “é geral agora, que tem começado a haver algum frescor”. Porém, apenas esta justificativa talvez não fosse suficiente para tranqüilizar a mulher, os filhos e demais familiares, sendo necessário que em 04 de julho, ou seja, poucos dias depois da carta anteriormente citada, o futuro barão remetesse outra missiva à esposa a fim de fazê-la saber de sua melhora

⁹⁰ AMI, Ouro Preto. Arquivo Fundo Barão de Camargos. Carta recebida por Maria Leonor de Magalhães Teixeira de seu esposo Manoel Teixeira de Souza. RJ, 09/jul./1860. Caixa Correspondência e Diversos.

⁹¹ AMI, Ouro Preto. Arquivo Fundo Barão de Camargos. Carta recebida por Maria Leonor de Magalhães Teixeira de seu esposo Manoel Teixeira de Souza. RJ, 26/jun./1860. Caixa Correspondência e Diversos.

Acuso a tua carta de 28 de junho estimando sumamente saber que vais passando bem, e assim toda a família [...]: eu passo sem novidade, e já estou livre do defluxo que me causou dores de cabeça por alguns dias.⁹²

A troca de cartas acima citada nos permite constatar uma negociação, ou pacto epistolar, do qual falaremos mais detidamente no próximo capítulo, existente entre o casal, que teria como objetivo manter a ambos bem informados com o que se passava: ao barão caberia dissertar sobre sua saúde, sobre seu trabalho e sobre os filhos que residiam com ele – por estudarem no Rio de Janeiro –, além de controlar os negócios e a família à distância, dando algumas coordenadas à esposa. À baronesa ficava a incumbência de dar notícias de si, dos filhos e dos demais parentes, além, é claro, dos negócios da família.

Entretanto, essas constantes escritas não se reduziam apenas no ato de troca de informações. O casal utilizava das missivas como um espaço de vivenciar o casamento, que deveria suportar tão grande distância, e amenizar as saudades através da troca de palavras de demonstração de afeto, cuidado e carinho. Em fins de agosto de 1853, em vias de regressar a sua terra natal, mas tendo-o impedido um imprevisto, Manoel escreve

Recebi a sua estimada carta de 20 do corrente e vi o prazer, que manifestas pela proximidade do meu regresso: eu também o desejo ansiosamente [...]. Tem pois paciência para mais uns dias que depressa passam e não queira que eu fique mal visto como está geralmente o José Agostinho, que safou-se calado, estando o Mello Franco aqui [ilegível] para entrar no seu lugar.⁹³

Como as saudades eram amenizadas através das cartas e já que nem sempre que o momento de se reencontrarem chegava o mesmo se concretizava, como vimos na carta anterior, esta troca deveria ser ininterrupta. Quando um dos dois não recebia a carta esperada aumentavam-se as preocupações que logo eram justificadas em missivas seguintes. Tendo sido cobrada pelo esposo, dada a pouca frequência com que lhe escrevia Maria Leonor, responde: “Não tenho te escrito sempre por muito ocupada

⁹² AMI, Ouro Preto. Arquivo Fundo Barão de Camargos. Carta recebida por Maria Leonor de Magalhães Teixeira de seu esposo Manoel Teixeira de Souza. RJ, 04/jul./1860. Caixa Correspondência e Diversos.

⁹³ AMI, Ouro Preto. Arquivo Fundo Barão de Camargos. Carta recebida por Maria Leonor de Magalhães Teixeira de seu esposo Manoel Teixeira de Souza. RJ, 26/ago./1853. Caixa Correspondência e Diversos.

como sabe”.⁹⁴ A falta da futura viscondessa de Camargos deveria, afinal, ser desculpada, uma vez que não era tarefa fácil ser mãe de uma prole tão extensa, além de esposa e administradora dos bens do casal. Entretanto, ao que parece, Manoel não era tão facilmente desculpado quando sua esposa não recebia as cartas. Ao reclamar por uma carta não recebida, Manoel assim se defende: “Não tenho deixado de escrever-te por um só correio, e para tanto a falta a que te referes deve proceder do correio”.⁹⁵

Certamente as faltas de Manoel na escrita das cartas eram compreendidas por Leonor, principalmente se estas não fossem escritas para que o esposo pudesse se poupar, estando ele com algum incômodo de saúde. Entretanto, como marido zeloso e preocupado, mesmo doente, acamado, Manoel escrevia. Em carta de junho de 1873, Maria Leonor repreende o esposo pelo excesso sem, contudo, se alegrar por tamanha demonstração de estima recebida do marido:

Recebi a tua carta de 16 e fiquei bem contente de saber que te achas melhor, apesar de estares ainda muito fraco mas o que não gostei foi do excesso que se fizeste para escrever-me estando ainda de cama. Peço-te que fiques em sossego até ficares bem forte e não queiras aproveitar o tempo para adiantar correspondências.⁹⁶

Ser boa esposa significava, além da preocupação constante demonstrada pelo cônjuge, também a submissão ao mesmo, uma vez que este representa ainda, em meados do século XIX, o papel de provedor do lar, materialmente e moralmente, além de centro de poder de decisões dentro da casa e da família. As decisões do esposo eram, em grande medida, as leis que regiam a família. É claro que não podemos minorar ou ignorar as constantes negociações que se impunham a este respeito, no entanto, sua autoridade era muito mais respeitada do que contestada.

Assim, embora Maria Leonor tivesse uma margem de liberdade para atuar na casa, na família, nos negócios, a obediência ao marido apresentava-se a ela como um valor, como uma norma, mesmo que nem sempre fosse colocada em prática. Porém, o que nos chama a atenção em carta, de junho de 1873, escrita por Leonor ao marido é

⁹⁴ AMI, Ouro Preto. Arquivo Fundo Barão de Camargos. Carta emitida por Maria Leonor de Magalhães Teixeira, ao seu esposo Manoel Teixeira de Souza. OP, 14/mai./1873. Caixa Correspondência e Diversos.

⁹⁵ AMI, Ouro Preto. Arquivo Fundo Barão de Camargos. Carta recebida por Maria Leonor de Magalhães Teixeira de seu esposo Manoel Teixeira de Souza. RJ, 04/jul./1860. Caixa Correspondência e Diversos.

⁹⁶ AMI, Ouro Preto. Arquivo Fundo Barão de Camargos. Carta emitida por Maria Leonor de Magalhães Teixeira, ao seu esposo Manoel Teixeira de Souza. OP, 20/jun./1873. Caixa Correspondência e Diversos.

exatamente a plena observância de tal lei, ao solicitar a sua permissão para se ausentar de casa por uns dias para passear no sítio onde residia a filha casada Maria Leonor, carinhosamente chamada pelos pais de Maricota: “Mande-me dizer se aprovas o passeio ao Papagaio pois o Lourenço instiu [*sic*] muito comigo e me disse que já tinha te prevenido, e eu fiquei de avisá-lo logo que pede-se para ele vir buscar-me”.⁹⁷ A carta citada nos permite pensar que apenas o pedido de Leonor poderia não ser suficiente para o consentimento do marido, sendo necessário também o pedido – ou prevenção – do genro Lourenço ao barão.

No século XIX o ser boa esposa estava associado, em grande medida, ao ser boa mãe. Ambos os papéis se complementavam e deveriam ser bem desempenhados pela mulher oitocentista. Prerrogativas como o cuidado com a saúde, com a instrução e a educação estavam no rol de funções da boa mãe.

Sempre atenta às dores, constipações e defluxos dos filhos, Maria Leonor afligia-se à menor alteração de saúde de sua numerosa prole e não demorava a remeter uma carta ao esposo relatando todo o mal, no que este providenciava imediatamente a consulta ao médico – geralmente ao primo e amigo Luís Carlos – e remetia a receita médica, os remédios e as explicações pertinentes aos cuidados que a mãe deveria proceder com o filho adoentado.

As missivas trocadas pelo casal nos indicam que as preocupações com a saúde e bem-estar dos filhos eram freqüentes, entretanto alguns filhos e seus estados de saúde mais frágeis parecem ter sido motivos de maiores preocupações que os outros. O filho Francisco, o Chico, por exemplo, nascido na década de 1840, inspirou muitas preocupações dos pais por sofrer de um “incômodo reumático”, que aparece como tema de algumas das cartas enviadas por Manoel a sua esposa. Em junho de 1860, indagando sobre as condições de saúde do filho Chico para viajar para o liceu onde estudaria, o preocupado barão escreve a Maria Leonor a fim de saber sobre o estado do filho “pois nada me tens dito sobre o seu [Chico] incômodo reumático”⁹⁸.

No ano de 1862 é a filha Maria Leonor, a Maricota, que desperta a preocupação da baronesa de Camargos, motivando a escrita de uma carta ao marido para noticiar o

⁹⁷ AMI, Ouro Preto. Arquivo Fundo Barão de Camargos. Carta emitida por Maria Leonor de Magalhães Teixeira, ao seu esposo Manoel Teixeira de Souza. OP, 08/jun./1873. Caixa Correspondência e Diversos.

⁹⁸ AMI, Ouro Preto. Arquivo Fundo Barão de Camargos. Carta recebida por Maria Leonor de Magalhães Teixeira de seu esposo Manoel Teixeira de Souza. RJ, 22/jun./1860. Caixa Correspondência e Diversos.

estado da filha, a qual ele responde: “Recebi a tua de 18 do corrente, ficando certo de que passas bem, e toda a família, a exceção da Maricota, que está de tosse e que desejo tenha melhorado”⁹⁹. A filha Ana Elisena, a Aninha, com apenas três anos é quem causava inquietações à mãe em 1853, sofrendo de dores de ouvido, o que fez com que Manoel consultasse o médico José Agostinho na corte do Rio de Janeiro, o qual recomendou “juntar salsa ao leite por causa do incômodo ouvido”¹⁰⁰.

Em praticamente todas as cartas escritas pelo casal o estado de saúde dos filhos e de ambos mereceu menção e Manoel consolou-se em muitas delas por saber que a esposa passava bem, o que infelizmente não se verificava com os inúmeros filhos, como destaca em junho de 1853: “[...] me dás o consolo de dizer-me que vais passando sem incômodo, com quanto sempre amofinada com moléstias dos meninos”¹⁰¹.

Entretanto, não era apenas a saúde que amofinava a zelosa mãe da família Teixeira de Souza Magalhães. A educação e a instrução dos filhos também ocupariam grande parte do tempo de Maria Leonor.

A educação formal no século XIX apresentava-se como uma realidade para poucos no Brasil Imperial, cuja sociedade era marcadamente hierarquizada, já que ainda pautada na escravidão. Até mesmo entre os grupos sociais mais abastados a leitura e a escrita eram ainda muito restritas. Ser educado e instruído apresentava-se, assim, como uma forma de diferenciação social no interior da própria elite: os detentores de tais saberes seriam um grupo ainda mais selecionado dentro da boa sociedade imperial.

A educação dos meninos de elite foi, até meados do século XIX, feita nos colégios de padres jesuítas, em seminários e, em meados do século XIX, em “colégios oficiais do tipo do Pedro II e com alguns dos particulares. Colégios com nomes de santos [...] mas já sem o ar de seminários. Fundados nas cidades mais importantes do Império e não isolados nas montanhas”¹⁰². O Caraça é exemplar a respeito desses seminários isolados nas montanhas. Nas Minas Gerais, o Seminário dos Lazaristas

⁹⁹ AMI, Ouro Preto. Arquivo Fundo Barão de Camargos. Carta recebida por Maria Leonor de Magalhães Teixeira de seu esposo Manoel Teixeira de Souza. RJ, 24/ago./1862. Caixa Correspondência e Diversos.

¹⁰⁰ AMI, Ouro Preto. Arquivo Fundo Barão de Camargos. Carta recebida por Maria Leonor de Magalhães Teixeira de seu esposo Manoel Teixeira de Souza. RJ, 08/jul./1853. Caixa Correspondência e Diversos.

¹⁰¹ AMI, Ouro Preto. Arquivo Fundo Barão de Camargos. Carta recebida por Maria Leonor de Magalhães Teixeira de seu esposo Manoel Teixeira de Souza. RJ, 26/jun./1853. Caixa Correspondência e Diversos.

¹⁰² FREYRE, Gilberto. *Sobrados e Mucambos: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano*. 15ª Ed. São Paulo: Global, 2004, p. 186.

aparece como lugar de destino de muitos meninos brasileiros. As notícias que se tinham sobre a rigidez do lugar eram tamanhas que, segundo Gilberto Freyre, muitos pais usavam da frase “Mando-te para o Caraça” como forma de educar e amedrontar os filhos desobedientes.

Lugar isolado, no alto das montanhas, o Caraça foi o responsável pela educação e instrução moral-religiosa de muitos jovens oitocentistas. Seminário marcado pela rigidez (incluindo o uso da violência na prática pedagógica), pela precariedade em termos de higiene (não havia banheiros e os banhos davam-se em poços externos ao prédio) e pelo uso de argumentos religiosos para a prática excessiva do jejum, não era o destino sonhado pelos rapazes das boas famílias.

Entretanto, os meninos que se educaram nestes colégios de padres acabaram por cumprir o papel de agentes propagadores dos hábitos civilizados quando retornavam para suas casas, nas fazendas ou na cidade. Ainda segundo Freyre

Esses alunos de colégios de padres foram, uma vez formados, elementos de urbanização e de universalização [...]. Nas modas de trajar e nos estilos de vida, eles, alunos dos colégios de padres, representavam aquela tendência para o predomínio do espírito europeu e de cidade sobre o meio agreste ou turbulentamente rural.¹⁰³

A partir da segunda década do século XIX surgem os primeiros colégios privados leigos no Brasil, coexistindo, assim, com os colégios de padres. Entre 1809 e 1821, no Rio de Janeiro, existiam cerca de 19 instituições de ensino particular anunciadas na Gazeta do Rio de Janeiro. No entanto, segundo Maria Beatriz Nizza da Silva, não era tão simples abrir um colégio, uma vez que deveriam possuir licença régia para funcionarem. Para obter tal licença, deveriam comprovar que esta instituição de ensino estaria em consonância com “a moral e os bons costumes”.¹⁰⁴

Em meados do século XIX, estas casas de educação tornaram-se muito importantes como propagadoras de instrução para os brasileiros e diminuem pouco a pouco a predominância dos colégios de padres antes verificada. Entretanto, quer nos colégios particulares ou nos seminários, a criança era matriculada pelos pais ainda bem

¹⁰³ FREYRE, Gilberto. *Sobrados e Mucambos: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano*. 15ª Ed. São Paulo: Global, 2004, p. 187.

¹⁰⁴ SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *História da família no Brasil Colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998, p. 223.

nova. Na verdade, a iniciação da instrução no que diz respeito à leitura e à escrita é que começava cedo. As primeiras letras – o chamado “ABC” – eram ensinadas por professores particulares contratados pelos pais quando a criança não tinha ainda 5 anos!

As cartas de Maria Leonor e Manoel nos permitem perceber a precocidade do início da vida estudantil das crianças da elite oitocentista e do quanto esta classe abastada valorizava a instrução dos membros de suas famílias. Os Teixeira de Souza Magalhães, por exemplo, não abriram mão de educar e instruir seus 7 filhos e 8 filhas, o que torna essa valorização da educação ainda mais significativa, uma vez que estendeu-se também às mulheres.

Ainda no que diz respeito à idade com que as crianças começavam a serem alfabetizadas, uma carta escrita por Manoel a Leonor em junho de 1853 nos parece bastante esclarecedora. No intuito de saber notícias sobre os estudos dos filhos, no que Manoel cumpre seu papel de cobrar deles e de Maria Leonor o dos empenhos necessários ao cumprimento das tarefas escolares, como o de controlar mais de perto tudo a este respeito (mestres, horários das aulas, comportamento dos filhos, e a evolução e aproveitamento do aprendizado), ele escreve: “E como vão os meninos com o nosso mestre? O Chico ainda estará no ABC? Diga a ele se na minha volta eu não o achar tendo escrito, não lhe darei um só brinquedo”.¹⁰⁵ O trecho nos permite supor que o filho Francisco, nascido nos anos finais da década de 1840, teria entre 5 e 6 anos, o que demonstra que as crianças começavam a aprender o “ABC” ainda bem jovens, sendo cobradas a saberem escrever já nesta idade. Manoel demonstra que, mesmo distante, não deixava de controlar e se inteirar da educação dos meninos, usando da prática de puní-los caso o resultado esperado para uma dada idade não seja alcançado. As crianças começavam a ter com o mestre as primeiras letras, como já dito, aos 6 anos e aí permaneciam até os 11 ou 12 anos, ou até estarem preparadas para ingressarem nos liceus, assim como procederiam Chico e seu irmão Antônio.

Atento ao período de matrículas no liceu e visando lembrar Maria Leonor a ocupar-se da tarefa de inscrever os filhos no mesmo, Manoel escreve em fins de junho de 1860: “Lembro-me que estando a findar-se o mês de Junho parece que o Chico e o Antônio devem saber das escolas para matricular-se no liceu em Julho, se é que estão

¹⁰⁵ AMI, Ouro Preto. Arquivo Fundo Barão de Camargos. Carta recebida por Maria Leonor de Magalhães Teixeira de seu esposo Manoel Teixeira de Souza. RJ, 20/jun./1853. Caixa Correspondência e Diversos.

prontos em primeiras letras [...]”¹⁰⁶ As crianças, após terem uma preparação com os professores particulares, iam para as escolas, onde terminavam esta formação das primeiras letras. Tendo vencido a última etapa, poderiam, então, matricular-se nos liceus, que eram estabelecimentos de ensino secundário, último degrau antes de ingressarem em uma faculdade. Quando D. Pedro II fez sua viagem por Minas Gerais, em 1881, assim descreveu um liceu que visitou em Ouro Preto: “Liceu. Casa Pequena. Os alunos interrogados agradaram-me”¹⁰⁷.

O pai de Francisco e Antônio pretendia, na missiva citada, se inteirar da situação atual dos filhos, uma vez que ingressar num liceu era um grande passo na vida estudantil dos meninos. Ao constatar que os filhos ainda não estavam preparados nas primeiras letras e, por conseguinte, não poderiam entrar para o liceu, Maria Leonor escreve ao marido dissertando sobre o estágio em que os filhos se encontravam, bem como da opinião do mestre a este respeito, ao que Manoel decide: “[...] que o Chico e o Antônio continuam na Escola, assim que aproveitem bem a boa vontade do mestre”¹⁰⁸.

O trecho citado demonstra que, embora coubesse à mãe zelar pela educação dos filhos, participando de perto de todo o processo a ela concernente, era o pai quem tomava a decisão final. No entanto, não podemos diminuir a sua função, uma vez que era a sua observância e parecer em relação aos rebentos o que contava na decisão final do pai.

A carreira estudantil dos Teixeira de Souza Magalhães não se encerraria no liceu. Em 1873 temos notícias de Antônio, com 24 anos, estudando medicina no Rio de Janeiro e residindo em companhia do pai. Outros filhos também estudaram em faculdades, como visto no capítulo 1: Manoel estudou Direito em São Paulo; Fernando fez o mesmo curso, porém em Recife; Lucas formou-se em Engenharia.

Porém, como dito anteriormente, a instrução na casa do barão e baronesa de Camargos não se restringiu apenas aos rapazes, como se deu em muitas famílias, até mesmo de elite, do Império. As meninas também seriam ensinadas na leitura e na

¹⁰⁶ AMI, Ouro Preto. Arquivo Fundo Barão de Camargos. Carta recebida por Maria Leonor de Magalhães Teixeira de seu esposo Manoel Teixeira de Souza. RJ, 22/jun./1860. Caixa Correspondência e Diversos.

¹⁰⁷ PEDRO II. Diário da Viagem do Imperador a Minas. In: *Anuário do Museu Imperial*, vol. XVIII. Petrópolis, 1957, p. 78.

¹⁰⁸ AMI, Ouro Preto. Arquivo Fundo Barão de Camargos. Carta recebida por Maria Leonor de Magalhães Teixeira de seu esposo Manoel Teixeira de Souza. RJ, 04/jul./1860. Caixa Correspondência e Diversos.

escrita, não chegando, entretanto, a atingir graus mais elevados da educação formal, o que era bastante aceitável, em se tratando de senhoritas oitocentistas. A educação das filhas estava mais voltada a uma espécie de lapidação destas, ou seja, aprendiam além da leitura e da escrita, tudo o que tornaria uma jovem refinada e encantadora aos olhos dos futuros pretendentes a desposá-las. Aprendiam artes, música, em especial o piano, línguas, principalmente a francesa, matemática, afinal uma boa dona de casa deveria saber fazer cálculos para comandar o “orçamento doméstico”, e literatura.

Assim, as herdeiras da família Teixeira de Souza Magalhães se aplicariam em todas as matérias comuns às moças das melhores famílias. E era bom que o fizessem com bastante afinco, pois seus pais continuariam a vigilância pela boa educação de sua prole. Ficavam atentos aos menores detalhes, tais como no formato das letras, na evolução das meninas ao piano e o aprendizado da gramática francesa.

Manoel incumbia-se de enviar as instruções e palpites a Maria Leonor em relação ao que as meninas deveriam fazer e em que deveriam melhorar, enquanto a esposa atentava-se para executar sua função de mãe-educadora com muito zelo. Em carta de agosto de 1853, Manoel escreve:

Muito estimei, saber que Manoel continua a estudar com o Jorge, ele que se aplique ao Inglês com toda a força, por que um mestre que aqui arranjamos para o Ouro Preto não ensina Inglês. As meninas que se vão preparando para aprenderem o Francês e o desenho, com a mulher do tal mestre: entretanto não seria mal que elas fossem dando a gramática Francesa com o Jorge.¹⁰⁹

O trecho acima é bem ilustrativo das matérias que ficavam a cargo de estudo das meninas, o francês e o desenho, enquanto os rapazes estudavam inglês.

O estudo de música pelas meninas, especialmente o piano, disseminou-se no Brasil em meados do século XIX, instrumento pouco conhecido até pelas melhores famílias até então. A partir da década de 1850, segundo Luís Felipe de Alencastro, “uma virada na música e nas danças imperiais sucede [...] com o aumento das importações de

¹⁰⁹ AMI, Ouro Preto. Arquivo Fundo Barão de Camargos. Carta recebida por Maria Leonor de Magalhães Teixeira de seu esposo Manoel Teixeira de Souza. RJ, 26/ago./1853. Caixa Correspondência e Diversos.

piano”¹¹⁰. Uma vez adquirido o instrumento, as abastadas mocinhas logo se empenhavam a aprender a tocá-lo. A casa de Maria Leonor possuía um destes desejados instrumentos já na década de 1860 e, ao que parece, Antônia e Maricota já estavam bem familiarizadas com ele: “Aí remeto por este correio a música que pede a Antônia, e bem assim outras para a Maricota escolher outra, visto que achou muito fácil a que remeti”¹¹¹. Entretanto, o barão não se incumbiria apenas em remeter músicas às filhas, mas também o de efetuar os reparos no instrumento: “vejam se podem mandar-me medidas dos bordões que faltam no piano [...], pois só assim poderei levar outros”¹¹².

No processo de educação dos filhos, enquanto a mãe acompanhava dia-a-dia os estudos, o pai apenas ficava sabendo dos resultados, seja quando Leonor escrevia contando, como ocorreu em 1873 – “As meninas vão hoje fazer exame hoje e apresentar trabalhos que fizeram os quais irão para a exposição de S. Francisco de Paula. Diz o Pinheiro que a Leopoldina tem muita habilidade para o desenho, mas por hora muito poucas lições tem aproveitado”¹¹³ –, seja quando as próprias meninas escreviam ao pai, dando-lhe subsídios para avaliá-las, como acontece em carta enviada por Francisca ao pai, em que este responde à esposa: “[...] Chica, cuja letra achei muito pior do que era à primeira vista pensei que era do Lucas ou do Luizinho”¹¹⁴.

A boa educação e a aparência dos filhos apresentavam-se, no Brasil Imperial, como uma forma de diferenciação social. A moda foi um dos principais símbolos de *status* social e riqueza no Brasil oitocentista, afinal não bastava ser abastado, devendo também parecê-lo. Fazer com que todos conhecessem o lugar que os filhos ocupavam na sociedade também era uma atribuição materna, cumprida com a constante preocupação com a aparência dos filhos, o que explicaria as inúmeras menções ao tema nas cartas trocadas entre Maria Leonor, o marido e os filhos.

¹¹⁰ ALENCASTRO, Luis Felipe de. Vida privada e ordem privada no Império. In: NOVAIS, Fernando A. (coord.); ALENCASTRO, Luiz Felipe de (org.) *História da vida privada no Brasil*. Império: a corte e a modernidade nacional. SP: Cia das Letras, 1997, p. 45.

¹¹¹ AMI, Ouro Preto. Arquivo Fundo Barão de Camargos. Carta recebida por Maria Leonor de Magalhães Teixeira de seu esposo Manoel Teixeira de Souza. RJ, 09/jul./1860. Caixa Correspondência e Diversos.

¹¹² AMI, Ouro Preto. Arquivo Fundo Barão de Camargos. Carta recebida por Maria Leonor de Magalhães Teixeira de seu esposo Manoel Teixeira de Souza. RJ, 13/jun./1862. Caixa Correspondência e Diversos.

¹¹³ AMI, Ouro Preto. Arquivo Fundo Barão de Camargos. Carta emitida por Maria Leonor de Magalhães Teixeira, ao seu esposo Manoel Teixeira de Souza. OP, 20/jun./1873. Caixa Correspondência e Diversos.

¹¹⁴ AMI, Ouro Preto. Arquivo Fundo Barão de Camargos. Carta recebida por Maria Leonor de Magalhães Teixeira de seu esposo Manoel Teixeira de Souza. RJ, 15/jun./1862. Caixa Correspondência e Diversos.

Grande parte da correspondência passiva da viscondessa de Camargos fazia menção à roupas, chapéus, sapatos, cortes de tecido, quase sempre ligadas à forma de apresentação dos filhos. Ao que parece, a mãe da família Teixeira de Souza preocupava-se muito mais com a aparência e vestimentas dos filhos do que de si mesma. Raramente ela recebe alguma missiva que cite encomendas de roupas para si, enquanto que, para os filhos, são muitas as citações. O marido de Leonor exercia o papel de tomar nota, pelas cartas, de tudo o que os filhos precisavam e se encarregava de ir até o centro da cidade para comprar tudo. Em 20 de julho de 1853, Manoel inquietava-se por ter que sair para comprar um chapéu para o filho Manoel e, só então, dar-se conta de que não dispunha da medida da encomenda, o que cobraria a Leonor em carta de mesma data, em que diz: “Não me mandaste medida do chapéu do Manoel”¹¹⁵.

O filho Manoel parecia mesmo ser bem preocupado com sua apresentação pessoal e com as modas para homens. Em fins de janeiro de 1854, ele escreve à mãe, de Congonhas, onde residia à época, fazendo o seguinte pedido: “Peço a minha mãe para mandar camisa de chita que aqui se usam muito tanto que furtaram a minha”¹¹⁶.

Contra as modas masculinas o padre Lopes Gama desferiu ferrenhas críticas em seu jornal. No número 3, de 26/04/1837, d’*O Carapuço*, intitulado “Os mártires das modas”, Lopes Gama coloca a seguinte carapuça nos moços oitocentistas, ao descrever suas indumentárias: “A calça é tão justa [...] que não ajoelharão, nem que os queimem, e as mangas da casaca tão estreitas e apertadas, que de força todos ficam com os braços em atitude de quem toca rabeça”¹¹⁷. Seguir as modas era preocupação de toda a boa sociedade do século XIX, pois conferia aos seus seguidores um *status* de riqueza e civilidade. Vestir-se com roupas inspiradas, quando não copiadas, nas vestes européias, principalmente as francesas, era uma forma de importar não apenas elegância, mas um *habitus* civilizado propriamente dito. No entanto, a inadequação destas roupas ao nosso clima fez com que estes modismos caíssem nas críticas de muita gente, estrangeiros e brasileiros. Aqueles se espantavam, como Saint-Hilaire, ao se depararem com mulheres usando trajés tão parecidos com os das francesas, o que para ele “podia oferecer matéria

¹¹⁵ AMI, Ouro Preto. Arquivo Fundo Barão de Camargos. Carta recebida por Maria Leonor de Magalhães Teixeira de seu esposo Manoel Teixeira de Souza. RJ, 20/jul./1853. Caixa Correspondência e Diversos.

¹¹⁶ AMI, Ouro Preto. Arquivo Fundo Barão de Camargos. Carta recebida por Maria Leonor de Magalhães Teixeira de seu filho Manoel Teixeira de Souza. Congonhas, 31/jan./1854. Caixa Correspondência e Diversos.

¹¹⁷ GAMA, Padre Lopes. *O Carapuço: crônicas de costumes*. São Paulo: Cia das Letras, 1996, p.160.

à crítica de um francês recentemente chegado de Paris”¹¹⁸. Os brasileiros, entretanto, foram os que mais opinaram em relação à forma com que homens e mulheres se vestiam nos trópicos. O médico oitocentista Correia de Azevedo, por exemplo, alertava sobre o perigo da criação e crescimento da moça “envolvida sempre em vestuários comprimentos, prejudiciais ao desenvolvimento das vísceras”¹¹⁹. Já o padre Lopes Gama não se cansava de criticar o espartilho, tão usado pelas mulheres naquela centúria. Segundo o padre “[...] as senhoritas antes querem expor-se a morrer tísicas, caquéticas, marasmadas [...] etc, do que largarem por mão um atavio da moda, que lhes estreita as cinturas, e sem o qual deixariam de ficar bem pentiparadas e garbosas”¹²⁰.

Se as modas ocupavam tanto o pensamento das senhoritas oitocentistas, as filhas de Maria Leonor e Manoel, como moças de elite que eram, não deixariam também de observar o que estava em uso para não fazerem feio. Maria Leonor incumbia Manoel de comprar tudo e remeter a Ouro Preto, o que era feito através de conhecidos que para lá se dirigiam ou através de um portador pago e até pelo próprio barão, quando era chegado o tempo de retornar a sua cidade natal. Entretanto, se, por um lado, Manoel observava a moda, a pedido das filhas, por outro, ponderava o que mais compensava comprar, como fez em agosto de 1860. Nesta ocasião saiu de casa para comprar chapéus, desta vez para as meninas, e fez a seguinte observação: “Há uns [chapéus] de palha à amazonas [...] que estão muito em moda, mas não serve para tudo, e por isso prefiro levar os de seda”¹²¹.

O casal Teixeira de Souza demonstrava aos filhos o carinho e estima que por eles possuíam, ao zelarem pelos detalhes na criação de seus herdeiros, tais como na educação, na saúde e na forma de se vestirem. Entretanto, em outros momentos este cuidado e zelo eram demonstrados através de palavras escritas nas missivas, enviadas para amenizar as saudades e as preocupações de uma mãe que estava distante dos filhos.

Tendo enviado algumas encomendas, dentre as quais biscoitos, ao filho Manoel, Leonor recebe as seguintes palavras do primogênito, em carta de 1854: “Recebi as

¹¹⁸ SAINT-HILAIRE, Auguste. *Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, 1975, p. 74.

¹¹⁹ Correia de Azevedo, citado por FREYRE, Gilberto. *Sobrados e Mucambos: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano*. 15ª Ed. São Paulo: Global, 2004, p. 235.

¹²⁰ GAMA, Padre Lopes. *O Carapuço: crônicas de costumes*. São Paulo: Cia das Letras, 1996, p. 159-160.

¹²¹ AMI, Ouro Preto. Arquivo Fundo Barão de Camargos. Carta recebida por Maria Leonor de Magalhães Teixeira de seu esposo Manoel Teixeira de Souza. RJ, 06/ago./1860. Caixa Correspondência e Diversos.

encomendas que meu pai e minha mãe me mandaram [...]. Ainda não mandei as latas que vieram com biscoitos, por falta de portador”¹²². O trecho nos mostra que Maria Leonor não descuidava dos filhos nem quando estavam distantes, na verdade, a distância poderia ser um fator que aumentava ainda mais estes cuidados maternos.

Com uma família tão numerosa, a baronesa de Camargos possuía mais filhos que residiam fora de Ouro Preto, a trabalho, a estudo, ou simplesmente para residir na cidade do cônjuge, como Antônia que morava em Caldas; Fernando, em Mercês do Pomba; Antônio, em Mariana; Maria Leonor, em Queluz, aos quais a mãe nunca deixava de escrever e receber cartas para obter notícias, que eram repassadas ao marido Manoel. Ao receber carta da filha Francisca, Leonor apressa-se em transmitir as notícias para o marido, em maio de 1873: “Tive ontem carta da Chica, pelo José Ângelo, vão indo bem, perguntei-lhe pela Maricota mas ele não soube dizer-me”¹²³. Por vezes, o portador que trazia a carta complementava as notícias da missiva, uma vez que estivera com o seu remetente. Ocupava-se também, em muitas vezes, de levar uma resposta àquele.

Tendo recebido carta da filha Elisa, Maria Leonor apressa-se em respondê-la, felicitando-a pelas boas notícias enviadas: “Estimei infinitamente saber que estão todos com saúde e contentes, sei também que vocês estão morando em uma casa vasta e boa [...]”. Porém, o que mais chama a atenção nesta missiva é a relação de cumplicidade entre mãe e filha, demonstrada por Leonor através do desabafo feito a Elisa: “Eu não tenho tido nenhum incômodo de saúde, mas ando estes dias com uma melancolia, com um mal-estar tão sem explicação, que eu mesma não sei o que é, tudo me aflige, e me entristece, enerva”. O trecho citado demonstra que a relação de mãe e filha, por vezes, se transformava numa relação de amizade, principalmente após estas se casarem, reafirmada pela forma como a viscondessa assina a epístola e se despede: “Tua mamãe e amiga do coração”¹²⁴.

Escrever cartas aos filhos, aos irmãos, aos apadrinhados e demais parentes foi uma das formas encontradas por Leonor, no núcleo dos Teixeira de Souza Magalhães,

¹²² AMI, Ouro Preto. Arquivo Fundo Barão de Camargos. Carta recebida por Maria Leonor de Magalhães Teixeira de seu filho Manoel Teixeira de Souza. Congonhas, 31/jan./1854. Caixa Correspondência e Diversos.

¹²³ AMI, Ouro Preto. Arquivo Fundo Barão de Camargos. Carta emitida por Maria Leonor de Magalhães Teixeira, ao seu esposo Manoel Teixeira de Souza. OP, 14/mai./1873. Caixa Correspondência e Diversos.

¹²⁴ AMI, Ouro Preto. Arquivo Fundo Barão de Camargos. Carta emitida por Maria Leonor de Magalhães Teixeira, a sua filha Elisa Teixeira de Souza. OP, 29/abr./1885. Caixa Correspondência e Diversos.

de cumprir mais um papel destinado às mulheres da elite oitocentista: o de aumentar e manter os laços familiares sempre firmes.

O estabelecimento de laços familiares dava-se através de casamentos, como abordamos em capítulo anterior, e de relações de compadrio. Estas se destacavam, uma vez que ampliava os laços sociais para além da consangüinidade.

O batismo, principal sacramento da religião católica por representar a iniciação do indivíduo na comunidade cristã, passa a contar com os padrinhos como presença obrigatória, já no século IX. Estes deveriam ser criteriosamente escolhidos pelos pais da criança, uma vez que tinham como atribuição principal ensinar a doutrina cristã e os bons costumes aos afilhados, além de representarem segundos pais para estes, caso os pais naturais um dia lhes faltassem¹²⁵.

Entretanto, não era apenas o fator religioso que determinava a escolha dos padrinhos no Brasil oitocentista. Muitos pais eram guiados por critérios econômicos e de condição social e política na eleição daqueles que seriam os “pais espirituais” de seus filhos. Decerto, quanto mais dinheiro, prestígio e influência social o sujeito tivesse, mais seria um padrinho elegível. Muitas famílias usavam desta estratégia, ou seja, a escolha de padrinhos abastados e destacados na sociedade para unirem-se a outra ilustre família, com quem passariam a ter um parentesco ritual. É dessa sorte que Januária Francisca Xavier e José Pinto de Sousa elegem Modesto Antônio Machado de Magalhães e Maria Leonor de Magalhães Teixeira como padrinhos de sua filha Januária, batizada a 19 de Dezembro de 1835¹²⁶. Infelizmente não podemos afirmar assertivamente qual teria sido o motivo do convite aos irmãos da família Machado de Magalhães. Entretanto, esta prática arraigada de ligar-se a proeminentes famílias através do batismo, nos fornece a hipótese de que este caso não seria diferente.

Se o batismo anteriormente citado nos deixa alguma dúvida sobre a motivação do convite, outro nos é mais esclarecedor a este respeito. No ano de 1869, Maria Leonor batizaria mais uma criança em Ouro Preto, desta vez acompanhada do marido, este no papel de padrinho. A criança era Maria, filha de Filomena Vidigal Rodrigues Pereira e

¹²⁵BRÜGGER, Silvia Maria Jardim. *Minas patriarcal: família e sociedade* (São João Del Rei – Séculos XVIII e XIX). São Paulo: Annablume, 2007, p. 283.

¹²⁶Banco de Dados da Freguesia de Nossa Senhora do Pilar de Ouro Preto. Projeto Coordenado pela professora Dr.^a Adalgisa Arantes Campos. Departamento de História/ Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Rolo 104, Vol. 498, ID Batismo 6015. Agradeço à Professora Adalgisa Arantes Campos por disponibilizar este banco de dados para esta pesquisa e a Adriano Toledo Paiva por tê-lo gentilmente consultado para mim.

Benjamim Rodrigues Pereira¹²⁷. A profissão do pai da batizanda, “doutor”, nos permite afirmar que o casal ocuparia um lugar de destaque e prestígio na sociedade mineira. Desta forma, a união entre famílias importantes, provavelmente motivou o convite de Benjamim. Entretanto, a relação estabelecida poderia ser acentuada ainda mais quando os pais da criança homenageavam a madrinha ou o padrinho colocando seus nomes na criança batizada, o que podemos supor que ocorreu com a pequena Maria, cujo nome representava o primeiro nome de sua madrinha.

Já outras famílias, usavam das relações de compadrio a serem criadas, como uma forma de fortalecer ainda mais os laços familiares já existentes. Foi, certamente, esta a intenção de Fernando Evaristo Machado de Magalhães, sobrinho de Manoel e Leonor, ao convidar o barão para batizar “um filho, ou filha, que espera ter”, convite ao qual Manoel responde, dizendo que “talvez tenha de mandar procurações, por não me ser possível dar tal volta, salvo se o puder fazer sem maior transtornos *[sic]*”¹²⁸.

Como o sobrinho residia em São João Del Rei, o barão via dificuldades de ir até aquela cidade para realização da cerimônia. Nestes casos, o bastante comum, dado as distâncias dentre outros empecilhos, foi o uso das procurações. O padrinho ou madrinha enviava uma procuração aos pais da criança ou a um parente ou conhecido, permitindo que outra pessoa os representasse. No batizado de Anna, filha de Francisca de Paula Mosqueira e Antônio Luís Magalhães Mosqueira, ocorrido em 11 de maio de 1867, Maria Leonor representou, munida de procuração, a madrinha Ana Leopoldina Rosa do Carmo¹²⁹.

Nos batismos intra-familiares, como no de Anna, sobrinha de Maria Leonor, acima citado, pode-se pensar que a procuração poderia ser dispensada. Entretanto, como o batismo era uma cerimônia de extrema importância na vida do batizando, por representar também o seu registro, as formalidades, dentre elas a procuração, deveriam ser obedecidas.

¹²⁷ Banco de Dados da Freguesia de Nossa Senhora do Pilar de Ouro Preto. Projeto Coordenado pela professora Dr.^a Adalgisa Arantes Campos. Departamento de História/ Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Vol.10, ID Batismo 15580.

¹²⁸ AMI, Ouro Preto. Arquivo Fundo Barão de Camargos. Carta recebida por Maria Leonor de Magalhães Teixeira de seu esposo Manoel Teixeira de Souza. RJ, 15/jul./1860. Caixa Correspondência e Diversos.

¹²⁹ Banco de Dados da Freguesia de Nossa Senhora do Pilar de Ouro Preto. Projeto Coordenado pela professora Dr.^a Adalgisa Arantes Campos. Departamento de História/ Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Vol.10, ID Batismo 15450.

Maria Leonor soube criar e recriar laços mesmo quando não era a madrinha do batizando. O simples fato de representá-la já lhe conferia certa importância e consideração por parte da família da criança, no caso, seu irmão Antônio Luís, e junto a madrinha que não pôde comparecer e a quem prestou tal gentileza.

Desta forma, os elos familiares poderiam ser criados através do batismo e do casamento e, uma vez estabelecidos, fortalecidos através de práticas sociais tais como a troca de presentes (ver capítulo 3), de cartas, de fotografias e de recomendações.

A futura viscondessa de Camargos se utilizaria da escrita epistolar para manter o contato e a força dos laços com os irmãos e demais familiares, principalmente quando estes residiam em outra cidade e seria difícil encontrá-los pessoalmente. Foi o caso do irmão Francisco, residente em Florença, na Itália, de quem não se distanciou nunca por causa das constantes trocas de correspondências. As palavras usadas na escrita também auxiliariam na manutenção do laço entre os irmãos, como em carta de janeiro de 1879, em que Maria Leonor atesta que “[...] nunca me esqueço do meu caro Francisco [...]. Não perdi ainda a esperança de nos vermos [...], pois é um dos meus maiores desejos”¹³⁰. Leonor também manteve coesos os laços com o irmão Antônio Luiz, com quem trocava muitas correspondências quando se ausentava de Ouro Preto. Nestes momentos, o irmão se encarregava de mantê-la informada sobre a cidade e os negócios da família, bem como de demonstrar seu afeto e saudades: “Eu tenho estado com muitas saudades de todos”¹³¹.

Através das cartas, os familiares trocavam palavras de afeição e lembrança, ainda que não as escrevessem, por meio das recomendações. As missivas funcionavam, na boa sociedade imperial, como uma forma eficaz de confirmar e consolidar os laços de família e amizade. Quando o sujeito enviava recomendações a outro, mandava, na verdade, a lembrança de que o recomendado não fora esquecido e de que era muito estimado.

Esta prática pôde ser percebida nas cartas recebidas por Maria Leonor. Muitos dos familiares e amigos que residiam na corte enviavam, através do barão, as suas “visitas” à futura viscondessa: “A Tia D. Ana, parentes, bem como o compadre Luiz e

¹³⁰AMI, Ouro Preto. Arquivo Fundo Barão de Camargos. Carta emitida por Maria Leonor de Magalhães Teixeira, ao seu irmão Francisco. OP, 31/jan./1879. Caixa Correspondência e Diversos.

¹³¹AMI, Ouro Preto. Arquivo Fundo Barão de Camargos. Carta recebida por Maria Leonor de Magalhães Teixeira de seu irmão Antônio Luiz. OP, 15/jun./1850. Caixa Correspondência e Diversos.

família te mandam sempre recomendações, bem como aos meninos [...]”¹³². Noutros momentos, Manoel era quem mandava recomendações a amigos e familiares nas cartas escritas a Leonor, como na de 08 de junho de 1853, em que estimava “[...] saber das melhoras da D. Elena: não te esqueças de visitá-la da minha parte quando lá fores, recomendando-me também ao Antônio Lucas”¹³³.

O envio de fotografias também funcionou como forma de demonstração de estima e lembrança àqueles que as recebiam, além de “importante meio de fortalecimento das reciprocidades familiares e laços de amizade no interior da classe senhorial”¹³⁴.

O daguerreótipo, inventado em meados do século XIX, difunde-se no Brasil, principalmente, na década de 1860. A fotografia aparece como um símbolo de modernidade e de *status* social, o que permite a sua rápida difusão entre a elite imperial. Esta, ávida por participar de tudo o que estava ligado à civilização e a distinção social, transforma-se na principal consumidora dos retratos. Assim, populariza-se, entre a boa sociedade, o hábito de trocar ou presentear, a amigos e parentes, com fotografias. Segundo Lilia Moritz Schwarcz, uma dúzia de fotos custava, em média, 5\$000 réis, na década de 1870¹³⁵.

Mariana Muaze acredita que a fotografia, em sua versão mais individualizada, difundiu-se mais no século XIX por estar mais “ligada a uma dimensão individual, já que o homem moderno necessitava reforçar uma identidade singular numa sociedade em constante transformação”¹³⁶.

Como a família Teixeira de Souza Magalhães acompanhou e vivenciou boa parte das novidades advindas, principalmente da Europa, em relação às fotografias não seria diferente. Em junho de 1862, Manoel contava a Leonor, por carta, que levava à Chiquinha “[...] retratos das meninas que foram muito apreciados, admirando-se todos

¹³² AMI, Ouro Preto. Arquivo Fundo Barão de Camargos. Carta recebida por Maria Leonor de Magalhães Teixeira de seu esposo Manoel Teixeira de Souza. RJ, 22/jun./1860. Caixa Correspondência e Diversos.

¹³³ AMI, Ouro Preto. Arquivo Fundo Barão de Camargos. Carta recebida por Maria Leonor de Magalhães Teixeira de seu esposo Manoel Teixeira de Souza. RJ, 08/jun./1853. Caixa Correspondência e Diversos.

¹³⁴ MUAZE, Mariana. *As memórias da viscondessa: família e poder no Brasil Império*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2008, p.149.

¹³⁵ SCHWARCZ, Lilia Moritz. *As Barbas do Imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo: Cia das Letras, 1998.

¹³⁶ MUAZE, Mariana. *As memórias da viscondessa: família e poder no Brasil Império*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2008, p.148.

de que em Ouro Preto se consiga tanta perfeição na fotografia”¹³⁷. No ano de 1883, era Leonor quem escrevia ao irmão Francisco agradecendo-o “[...] pela boa lembrança que teve de enviar-me a sua fotografia e da querida mana que avivando-me as saudades que sinto de vocês, causaram-me entretanto grande alegria por ver que estão bem conservados”. Em seguida, Leonor justifica a não retribuição da lembrança, alegando que “presentemente não há aqui retratista bom mas logo que pareça *[sic]* lhes remeterei não só o meu retrato como de mais algumas pessoas da nossa família que os manos ainda não conhecem”¹³⁸.

Algumas fotografias da família Teixeira de Souza Magalhães

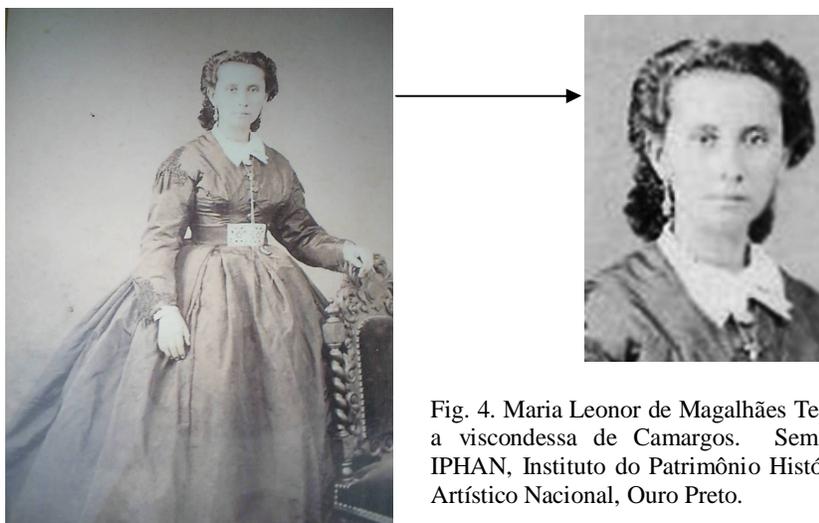


Fig. 4. Maria Leonor de Magalhães Teixeira, a viscondessa de Camargos. Sem data. IPHAN, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Ouro Preto.



Fig. 5. Manoel Teixeira de Souza, o barão de Camargos. JF Guimarães e Cia Phot. Rio de Janeiro (RJ). Sem data. APM, Arquivo Público Mineiro.

¹³⁷ AMI, Ouro Preto. Arquivo Fundo Barão de Camargos. Carta recebida por Maria Leonor de Magalhães Teixeira de seu esposo Manoel Teixeira de Souza. RJ, 15/jun./1862. Caixa Correspondência e Diversos.

¹³⁸ AMI, Ouro Preto. Arquivo Fundo Barão de Camargos. Carta emitida por Maria Leonor de Magalhães Teixeira, ao seu irmão Francisco. OP, 14/fev./1883. Caixa Correspondência e Diversos.



Fig. 6. O casal Teixeira de Souza Magalhães, Maria Leonor e Manoel, viscondessa e barão de Camargos. Sem data. IPHAN, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Ouro Preto.



Fig. 7. Maria Leonor Teixeira Baeta Neves, filha de Maria Leonor e Manoel. Sem data. IPHAN, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Ouro Preto.



Fig. 8. Elisa Teixeira de Souza Magalhães, a filha do casal, já nas primeiras décadas do século XX, e seu esposo Cláudio Alaor Bernhauss de Lima. Disponível em <http://www.padrevaz.hpg.ig.com.br/avo.htm> Acesso em 12/03/2010.

Os trechos de ambas as cartas representam, a princípio, certo descompasso nas falas de Leonor e Manoel, uma vez que o marido afirma que as fotografias foram admiradas por sua perfeição, enquanto a esposa diz não ter bom retratista em Ouro Preto. O descompasso pode ser explicado pelo fato de que os retratistas normalmente não se fixavam nas cidades do interior da Província; geralmente, andavam de cidade em cidade oferecendo seus serviços.

Através de algumas práticas do núcleo Teixeira de Souza Magalhães, cujos papéis foram em grande parte intermediados e executados por Maria Leonor, pudemos conhecer como se davam as estratégias de manutenção, criação e consolidação dos fios que formavam a mais sólida teia do Brasil imperial: a família. Entretanto, cabe colocarmos, ainda, mais dois dos papéis desempenhados pela mãe desta numerosa

família: a de responsável pelo cuidado dos negócios familiares, o que a obrigou a distância do marido em alguns meses do ano e a viuvez na década de 1870; o outro papel, o de intermediação política, se fez possível exatamente pela condição política privilegiada do marido – e depois do filho Antônio –, como veremos nos dois subcapítulos seguintes.

2.2. O governo da casa e dos negócios

Como foi dito anteriormente, após o casamento de Maria Leonor e Manoel, o casal planejava a ida da esposa e dos filhos para residir junto do marido no Rio de Janeiro, uma vez que Manoel não poderia dar maior assistência à família devido ao seu comprometimento com a política do império, que o obrigava a residir na corte por alguns meses do ano. Entretanto, como também foi salientado, os planos não vingaram e ambos viram-se obrigados a permanecer distantes por alguns períodos, o que foi contornado com a constante troca epistolar entre ambos.

A ausência do marido em alguns momentos obrigou que Leonor assumisse mais de perto os assuntos concernentes à manutenção e cuidado dos bens da família, o que fez, num primeiro momento, dividindo as responsabilidades com o marido Manoel, quando ambos cuidaram juntos dos interesses de seu núcleo familiar: ele, quando estava no Rio de Janeiro, enviava à esposa suas sugestões e ordens por meio de cartas e ela, estando em Ouro Preto, cuidava de colocá-las em prática, além de mantê-lo sempre a par de tudo. No final da década de 1870, após a morte do barão forçosamente, exerceu a função de cuidar da preservação dos bens da família contando com a ajuda dos filhos mais velhos.

Neste subcapítulo, veremos como se deu a administração dos bens feita por Maria Leonor, que ocupava-se desde as tarefas como o acompanhamento da obra de reforma de sua casa em Ouro Preto, ao controle das dívidas que deveriam ser pagas ou cobradas. Também era parte de seu papel o de supervisionar a forma como os filhos maiores de 21 anos, solteiros, estavam fazendo uso de sua herança paterna, além de tutelar os filhos menores de idade. Através da análise das tarefas desempenhadas por Leonor, sozinha ou auxiliada pelo marido e filhos, e da comparação dos inventários do

casal, poderemos apreender, ainda que em parte, o quão satisfatório fora o cumprimento deste papel.

No ano de 1853, o casal Teixeira de Souza realizava a reforma da casa em que moravam, em Ouro Preto (Ver Fig. 9). Leonor desempenhava a função de acompanhar tudo de perto, desde os materiais necessários para a execução da obra até os problemas surgidos, procurando narrar tudo para o esposo nas cartas que lhe escrevia. Manoel, sempre atento às solicitações da esposa, ocupava-se por providenciar tudo e remeter à cidade de Ouro Preto. Entretanto, nem sempre Leonor agia com muita objetividade e, em maio daquele ano, remete uma carta ao marido dizendo que a obra encontrava-se com problemas, porém esquece-se do mais importante: o de narrar que problemas eram esses, no que é respondida pelo esposo, em 02 de junho, da seguinte forma: “Fico certo em tudo quanto em dizer sobre dificuldades da nossa obra, e como não explicastes quais são essas dificuldades, nada posso dizer em sentido de removê-las [...]”¹³⁹. Na mesma missiva, Manoel questiona a esposa sobre o que mais poderia levar para a reforma, além dos vidros que já iria providenciar, os quais seriam enviados no mês seguinte: “Já comprei os vidros para a nossa obra os quais seguirão”¹⁴⁰. O uso do vidro na reforma da casa da família Teixeira de Souza não deixa de ser notável, uma vez que o mesmo significava a ostentação do luxo e exigia, segundo Gilberto Freyre, “[...] verdadeiras audácias de transporte, através de caminhos horrivelmente maus e perigosos”¹⁴¹.



Fig. 9. Residência da Família Teixeira de Souza Magalhães, localizada na Praça Tiradentes, em Ouro Preto (MG).

Outra constante preocupação de Manoel era a de saber se a mulher possuía dinheiro suficiente para dar andamento à reforma, tendo em vista os seus altos custos e a pressa que tinha de vê-la concluída. Em 20 de junho, por exemplo, a citação que fez da

¹³⁹AMI, Ouro Preto. Arquivo Fundo Barão de Camargos. Carta recebida por Maria Leonor de Magalhães Teixeira de seu esposo Manoel Teixeira de Souza. RJ, 02/jun./1853. Caixa Correspondência e Diversos.

¹⁴⁰AMI, Ouro Preto. Arquivo Fundo Barão de Camargos. Carta recebida por Maria Leonor de Magalhães Teixeira de seu esposo Manoel Teixeira de Souza. RJ, 20/jul./1853. Caixa Correspondência e Diversos.

¹⁴¹FREYRE, Gilberto. *Sobrados e Mucambos*: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano. 15ª Ed. São Paulo: Global, 2004, p. 444.

obra em sua carta foi: “Muito estimo que a nossa obra vá adiante: se te faltar dinheiro avisa-me por providenciar”¹⁴².

A ausência de menção à reforma da casa após o mês de julho daquele ano nos permite supor que a tarefa já estava concluída a esta data, dando espaço a outras preocupações como, por exemplo, uma dívida que o Domiciano teria contraído com Manoel. Assim, em maio de 1873, Leonor se preocupa com o recebimento do tal dinheiro, ficando em dúvida se teria ou não cobrado a quantia, ao que confessa sua negligência ao esposo, talvez na tentativa de que este a pudesse lembrar do tal fato: “Tenho procurado a carta do filho do Domiciano e não a achei, mas o Fernando vai passar uma ressalva para ver se recebe agora no fim do mês”¹⁴³. Após constatar que, realmente, o dinheiro não havia sido cobrado, Leonor se encarrega de dar as últimas notícias sobre o assunto ao esposo: “Estou vendo que não cobramos o dinheiro do Domiciano pois ele mandou a procuração ao Carlos de Andrade para cobrar a última quantia que tinha de receber, e não mandou ordem para pagar-nos, e nem ao Albergaria a quem deve maior quantia”¹⁴⁴.

Em alguns momentos, por estar distante do marido, que era o responsável pelo provimento da casa, era Leonor quem precisava recorrer a empréstimos, os quais eram cobrados, depois, diretamente ao barão, após o aviso que a esposa lhe remetia por carta, como ocorreu em junho de 1873: “Acabo de receber do compadre Assis 130.000 que serão pagos aí à sua ordem [...]”¹⁴⁵.

No que diz respeito à fazenda do Tesoureiro, Maria Leonor também encarregava-se de cuidar de alguns assuntos relacionados à propriedade, bem de perto, tais como a compra de remédios para os escravos e de utensílios para uso geral. A propriedade, situada na freguesia de Camargos, requeria muita atenção e cuidado por parte de seus proprietários, uma vez que lá se plantava o produto que, certamente, muito deu orgulho à família Teixeira de Souza Magalhães: o chá. Este produto parecia destacar-se na fazenda, como bem salientado pelo Imperador D. Pedro II quando esteve

¹⁴² AMI, Ouro Preto. Arquivo Fundo Barão de Camargos. Carta recebida por Maria Leonor de Magalhães Teixeira de seu esposo Manoel Teixeira de Souza. RJ, 20/jun./1853. Caixa Correspondência e Diversos.

¹⁴³ AMI, Ouro Preto. Arquivo Fundo Barão de Camargos. Carta emitida por Maria Leonor de Magalhães Teixeira, ao seu esposo Manoel Teixeira de Sousa. OP, 27/mai./1873. Caixa Correspondência e Diversos.

¹⁴⁴ AMI, Ouro Preto. Arquivo Fundo Barão de Camargos. Carta emitida por Maria Leonor de Magalhães Teixeira, ao seu esposo Manoel Teixeira de Sousa. OP, 10/jun./1873. Caixa Correspondência e Diversos.

¹⁴⁵ AMI, Ouro Preto. Arquivo Fundo Barão de Camargos. Carta emitida por Maria Leonor de Magalhães Teixeira, ao seu esposo Manoel Teixeira de Sousa. OP, 20/jun./1873. Caixa Correspondência e Diversos.

em Minas Gerais, no ano de 1881. Em seu diário, o monarca revela que havia avistado a fazenda e suas plantações de chá, ao passar por Camargos: “Depois do arraial de Camargos, avistei na encosta de uma montanha à direita a casa que pareceu-me grande da fazenda do Tesoureiro do barão de Camargos, e pés de chá”¹⁴⁶. Decerto o imperador não se esqueceria daquele produto, responsável por trazer algumas medalhas e honras ao Brasil nas exposições internacionais, participações tão incentivadas pelo monarca.

As exposições universais surgem no final do século XVIII, disseminando-se, porém, em meados do século XIX, alavancadas pelo capitalismo industrial. Segundo Lilia Schwarcz, em 1844 as exposições já se apresentam organizadas em âmbito nacional, sendo que em 1851 “se transformam em mostras internacionais, contando com a participação de representantes europeus, americanos, orientais e africanos”¹⁴⁷. As feiras internacionais contavam, assim, com a participação de vários países, podendo apresentar-se em quatro categorias, a saber: manufaturas, matéria-prima, maquinaria e belas artes.

D. Pedro II, sempre atento a elevar o Brasil ao mais alto degrau de civilização e modernidade, aderiu a estas exposições, incumbindo-se de organizar os brasileiros que estivessem aptos para delas participar, levando o que de melhor se produzia nos trópicos, tais como chá, tabaco, algodão, guaraná, representando nossa flora, e maquinários e armamentos, representando nossa indústria. O monarca encarregava-se pessoalmente de escolher os produtos nacionais que iriam representar o Brasil nas feiras internacionais. Para tanto, organizava prévias destas exposições, realizando feiras provinciais e nacionais, nas quais inúmeros brasileiros apresentavam seus produtos ou invenções. Os prêmios distribuídos pelo imperador iam de medalha de cobre, medalha de prata à menção honrosa e prêmio extraordinário.

O futuro barão de Camargos e sua família, como representantes da boa sociedade imperial, sempre preocupada em dar todos os passos que as colocassem numa condição de mais civilidade e modernidade, também participaram de muitas destas exposições. Certamente, a posse de um produto de qualidade, o chá, também contribuiu, e muito, para que esta ilustre família representasse o Brasil.

¹⁴⁶ PEDRO II. Diário da Viagem do Imperador a Minas. In: *Anuário do Museu Imperial*, vol. XVIII. Petrópolis, 1957, p. 99.

¹⁴⁷ SCHWARCZ, Lilia Moritz. *As Barbas do Imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo: Cia das Letras, 1998, p.388.

Das feiras nacionais, em que se escolhiam os melhores produtos brasileiros, que iriam para as exposições internacionais, Manoel participou de duas delas. A primeira foi no ano de 1873, que certamente fora uma prévia para a exposição de Viena, ocorrida no mesmo ano. Na exposição, ocorrida no Rio de Janeiro, o chá do Tesoureiro recebera uma medalha de prata (Ver Fig. 10). A outra feira nacional, também ocorrida na corte, no ano de 1875, seria, certamente, uma pré-seleção para a exposição da Filadélfia, que aconteceria no ano seguinte. Desta exposição, Manoel “colheu bons frutos”, uma vez que recebera uma medalha de progresso (Ver Fig. 11) pelo excelente chá que apresentara e uma vaga para participar da exposição da Filadélfia (Ver Fig. 12), para a qual se dirigiu no ano seguinte. Ainda no que diz respeito à participação do chá do Tesoureiro, nas exposições internacionais, este produto tivera a oportunidade de representar o Brasil em outro momento, no ano de 1862, quando foi premiado na exposição de Londres, como noticiado por Manoel a Leonor, em Agosto de 1862: “Diga ao mano Antônio que o nosso chá foi premiado com medalha na exposição de Londres como verá no jornal de hoje: foi o único do Brasil”¹⁴⁸.



Fig. 10. Diploma da Exposição Nacional de 1873. “Exposição Nacional do Brasil. O Jury Geral da 3ª Exposição Nacional inaugurada na Capital do Império [...] conferio ao Ex.º Sr. Barão de Camargos uma medalha de prata como premio de 1ª classe merecido pela perfeição do chá que exhibio. Rio de Janeiro 21 de Maio de 1873.” AMI, *Ouro Preto*. Arquivo Fundo Barão de Camargos.

¹⁴⁸ AMI, *Ouro Preto*. Arquivo Fundo Barão de Camargos. Carta recebida por Maria Leonor de Magalhães Teixeira, de seu esposo Manoel Teixeira de Souza. RJ, 18/ago./1862. Caixa Correspondência e Diversos.



Fig. 11. Diploma da Exposição Nacional de 1875. “Exposição Nacional de 1875. O Jury de qualificação conferiu ao Sr. Barão de Camargos Minas Gerais pelo Chá que exibiu a Medalha de Progresso. Rio de Janeiro 14 de Maio de 1876.” AMI, Ouro Preto. Arquivo Fundo Barão de Camargos.

Fig. 12. Diploma da Exposição Internacional da Filadélfia de 1876. “International Exhibition. 1876. Certificate of Award. Fazenda do Thezoureiro. Minas Gerais. Tea. [...] Philadelphia September 27th 1876.” AMI, Ouro Preto. Arquivo Fundo Barão de Camargos.



As exposições eram verdadeiras “feiras de civilização”, em que os países participantes tinham a oportunidade de mostrar ao mundo – e ostentar – o quão civilizados e desenvolvidos eram. Entretanto, esta intenção do imperador de conferir ao Brasil o *status* de civilizado e desenvolvido, colocando-o nas grandes exposições, não surtiu o efeito esperado. Apesar de ter incentivado o desenvolvimento do Brasil e de seus produtos, o que sempre se destacou e aguçou a curiosidade dos estrangeiros nestas exposições foi o lado exótico da nossa flora e do nosso povo.

O chá do Tesoureiro foi presença constante nas exposições internacionais, sempre levado por Manoel Teixeira de Souza, que acreditava na qualidade do produto de sua fazenda. Entretanto, após a sua morte, em 1878, não temos notícias de participação do produto do Tesoureiro nas feiras internacionais.

A morte do barão de Camargos trouxe, indubitavelmente, algumas conseqüências não apenas para a fazenda da família, que a partir de então ficaria nas

mãos dos seus herdeiros, mas também para Leonor que teria que controlar o uso que seus filhos fariam desta herança paterna.

É dessa sorte que, já em inícios do ano de 1879, a baronesa de Camargos viu-se impelida a procurar o juiz de órfãos de Ouro Preto para tentar controlar o que já havia fugido, de certa forma, do seu alcance, ou seja, o filho Luis Teixeira de Souza. Maria Leonor pretendia fazer uma justificação na intenção de interditar o filho de 22 anos que, desde a morte do pai, “[...] deixou a casa paterna para quando não está viajando por mera recreação, viver recolhido na Freguesia de Camargos, onde em nada se ocupa, e só despende e com largueza”¹⁴⁹. A mãe de Luis argumentava que pela pouca idade e experiência do filho, era notória “a prodigalidade, e incapacidade daquele herdeiro para administrar seus bens”¹⁵⁰. Sobre o pródigo, Antonio Manuel Hespanha se utiliza do jurista português, do século XIX, Lobão, que assim definia o sujeito incapaz de administrar seus bens: “[...] aquele que dissipa os seus bens dilapidando-os, sem ter nem regra nem tempo nas despesas; ou o que fala como sensato, mas actua como insensato”¹⁵¹.

Segundo algumas testemunhas ouvidas pelo juiz, e segundo a própria justificante, Luis estaria realizando péssimos negócios e, conseqüentemente, desbaratando a fatia da herança paterna que acabara de receber, no valor de quase 7:000\$000 de réis. Como exemplo destas más transações, temos a compra de “[...] duas bestas por novecentos e cinqüenta mil réis, quando a metade valiam”¹⁵² ou a contratação “[...] com diversos, a juros elevados, empréstimos de dinheiro, só para gastar improdutivamente”¹⁵³.

Outra testemunha alegava, o que era confirmado pela própria baronesa, “que o dito seu filho, a quinze dias alforriava gratuitamente a Querino, escravo avaliado no inventário de seu pai por um conto e seiscentos mil réis [...], quando ao menos que seja

¹⁴⁹AMI, Ouro Preto. Arquivo Fundo Barão de Camargos. Auto de Justificação, Códice 442. Auto 9261, 1º Ofício, p. 03.

¹⁵⁰AMI, Ouro Preto. Arquivo Fundo Barão de Camargos. Auto de Justificação, Códice 442. Auto 9261, 1º Ofício, p.16.

¹⁵¹LOBÃO, Citado por HESPANHA, Antonio Manuel. *Imbecillitas*. As bem-aventuranças da inferioridade nas sociedades de Antigo Regime. Belo Horizonte: UFMG/FAFICH, 2008, p. 57.

¹⁵²AMI, Ouro Preto. Arquivo Fundo Barão de Camargos. Auto de Justificação, Códice 442. Auto 9261, 1º Ofício, p.04.

¹⁵³AMI, Ouro Preto. Arquivo Fundo Barão de Camargos. Auto de Justificação, Códice 442. Auto 9261, 1º Ofício, p.05

sabido, não havia motivo razoável [...] que o impelisse a um ato de tanto sacrifício”¹⁵⁴. O mais interessante nesta última justificativa para a interdição foi exatamente a explicação de uma das testemunhas, que ouvira do próprio Querino, que havia sido alforriado, pois dissera ele ao justificado que como escravo não podia servi-lo, mas apenas à justificante, que era a sua senhora. Salientou, ainda, que só poderia servi-lo como forro, o que teria ocasionado a sua alforria.

Devemos salientar que a intenção de Leonor não era a de recuperar a herança de seu filho que, mal a havia recebido, já a havia toda consumido. Segundo o próprio juiz, “[...] a justificante não teve em mira salvar a módica herança paterna que coube a seu filho, pois a mesma já se acha comprometida pelo ônus que ele em tão pouco tempo e tão imprudentemente tomou. Procura sim evitar que outro tanto suceda com a materna”¹⁵⁵. Leonor, certamente, estaria preocupada com a reputação do filho, uma vez que a prodigalidade, nas palavras de Manuel de Almeida e Sousa de Lobão, advogado e tratadista português setecentista, poderia destruir a sua “fama pública”, como é possível apreendermos no seguinte trecho: “[...] a prodigalidade é uma depravação da mente que leva ao dispêndio da própria substância [da pessoa], afastando-a da razão e do juízo e destruindo a sua fama pública, tornando-se o pródigo candidato à impotência de alma que é própria dos animais selvagens”¹⁵⁶.

Avaliando, assim, a pouca capacidade de Luis em administrar qualquer negócio, bem como a reputação de Leonor de “mãe e mãe que sabe cumprir seus deveres”, o juiz profere a seguinte sentença para Luis: “[...] julgado o justificado Luis Teixeira de Souza Magalhães interdito para que pessoa alguma possa com ele fazer transação, sob pena de nulidade, nomeio curador o Comendador João Batista Teixeira de Souza, que [...] administrará a sua fortuna na forma da lei”¹⁵⁷.

Dessa forma, Leonor conseguiu impedir, através da lei, que o filho dissipasse sua fortuna, com a intenção de protegê-lo. Entretanto, como teria lidado a baronesa de Camargos com a sua própria herança?

¹⁵⁴ AMI, Ouro Preto. Arquivo Fundo Barão de Camargos. Auto de Justificação, Códice 442. Auto 9261, 1º Ofício, p.06.

¹⁵⁵ AMI, Ouro Preto. Arquivo Fundo Barão de Camargos. Auto de Justificação, Códice 442. Auto 9261, 1º Ofício, p.44 (verso) e 45.

¹⁵⁶ LOBÃO. *Notas de uso práticas e críticas [...] a Melo*. I, ad I, tit. 12, § 9. Lisboa, 1818. Citado por HESPANHA, Antonio Manuel. *Imbecillitas*. As bem-aventuranças da inferioridade nas sociedades de Antigo Regime. Belo Horizonte: UFMG/FAFICH, 2008, p. 57.

¹⁵⁷ AMI, Ouro Preto. Arquivo Fundo Barão de Camargos. Auto de Justificação, Códice 442. Auto 9261, 1º Ofício, p.52 (verso) e 53.

Do inventário de Manoel, datado de 08 de abril de 1879, totalizando uma fortuna de 206:487\$614 réis, ficou estabelecido que cada herdeiro arremataria um quinhão de 6:882\$920 réis e Leonor, como meeira do casal, ficaria com os seus 103:243\$807 réis¹⁵⁸.

Entretanto, muitas foram as crises capazes de afetar a economia do Brasil, que ocorreram entre a morte do barão e a morte da viscondessa de Camargos, em 1902. Como exemplo de acontecimentos que abalaram a economia do país, temos a abolição da escravidão, em 1888, e a proclamação da república, em 1889. Decerto, o primeiro deve ter abalado, enormemente, as fortunas das famílias da elite oitocentista, principalmente a dos Teixeira de Souza Magalhães, que possuíam uma propriedade rural. É sob este prisma, ou seja, destes dois acontecimentos, que devemos enxergar, pelo menos em parte, o desgaste da fortuna deste núcleo familiar. Esta totalizava, no inventário de Maria Leonor, o montante de 55:581\$120¹⁵⁹, o que representaria, aproximadamente, a metade do total herdado pela viscondessa. À primeira vista, podemos afirmar que a administração de Leonor dos bens do casal teve um insucesso, entretanto, ao pensarmos nas transformações ocorridas no Brasil e nos próprios quase 25 anos desta administração, veremos que ela teve sim seu êxito.

2.3. Mudanças no jogo político: a intervenção feminina numa rede clientelista

De todo o acervo documental de Maria Leonor, um grupo de cartas se destaca, de certa forma, das demais, não pela concentração, mas pelo assunto que continham. Tais missivas referem-se a pedidos dirigidos a baronesa e viscondessa de Camargos requerendo favores políticos e econômicos. É sabido que o barão de Camargos encenou uma vida política – como deputado, senador e vice-presidente da província de Minas Gerais – de bastante relevância na história mineira, atraindo um exorbitante número de pedidos de favores através de correspondências. O que nos salta aos olhos, ao observarmos as correspondências da baronesa, é que não foi somente a ele que se dirigiram tais pedidos, sendo parte deles dirigido a ela (66,7 % das correspondências

¹⁵⁸ AMI, Ouro Preto. Arquivo Fundo Barão de Camargos. Inventário *post-mortem* de Manuel Teixeira de Sousa, Barão de Camargos. Caixa 28, Auto 312, 1º Ofício. Ano de 1878.

¹⁵⁹ AMI, Ouro Preto. Arquivo Fundo Barão de Camargos. Inventário *post-mortem* de Maria Leonor de Magalhães Teixeira, Viscondessa de Camargos. Maço 107, 1º Ofício. Ano de 1902.

recebidas de pessoas que não eram familiares tinham como motivação o pedido de favores). Isto nos permite acrescentar às diversas atribuições de Maria Leonor, também, a de intervenção e atuação numa teia política. Assim, o que nos cabe investigar através das fontes é até que ponto os remetentes consideravam Maria Leonor capaz de intermediar essa rede de pedidos de forma satisfatória. A pergunta que se apresenta é: por que estes emitentes não se dirigiram diretamente ao barão? Uma vez que a ela se dirigiam, cabe também indagar, como poderia uma mulher de família tradicional mineira ajudá-los, quando a ordem das coisas dizia que às mulheres não caberia a interferência no espaço público? Assim, munidos dessas questões, e também das fontes, tentaremos analisá-las na tentativa de encontrarmos as possíveis respostas e entender como se dava o cumprimento de mais este papel encenado pela futura viscondessa de Camargos.

É sabido que a política exercida no Império foi marcada pelas práticas clientelistas, como o comprovam pesquisas de alguns historiadores¹⁶⁰. Por clientelismo entendemos as “trocas entre partes desiguais envolvendo bens públicos”¹⁶¹, sejam eles cargos, aumentos (salariais ou de pensão), liberação de verbas, obtenção de baixa ou dispensa de funções militares, entre outros. Tal manifestação política foi uma prática bastante arraigada, o que o demonstram as inúmeras correspondências recebidas diariamente pelo barão de Camargos, estando este na corte do Rio de Janeiro:

Tenho me visto em apuros com os pedidos daí e de todos os pontos da província sobre tudo quanto se pode imaginar, nem que eu tivesse em minhas mãos todo o governo do estado: obriga-me isto a escrever diariamente 10, 12 cartas em resposta, e nem assim tenho podido pôr em dia a minha correspondência que tem ainda atraso de mais de 150 cartas, e tenho respondido mais de 500 depois que estou aqui!¹⁶²

¹⁶⁰ Richard Graham analisou os pedidos feitos a quatro políticos do império, sob a lógica do clientelismo (1997); José Murilo de Carvalho elaborou um estudo desta prática na transição Império-República, analisando a correspondência passiva de Rui Barbosa (2000) e Marcella Marques Bonsembiante investigou a rede clientelista que se formou em torno do Barão de Camargos (2006), apenas para citar alguns deles.

¹⁶¹ CARVALHO, José Murilo de. Rui Barbosa e a razão clientelista. *Dados*, vol.43, n.1, Rio de Janeiro, 2000.

¹⁶² AMI, Ouro Preto. Arquivo Fundo Barão de Camargos. Carta recebida por Maria Leonor de Magalhães Teixeira, de seu esposo Manoel Teixeira de Souza. RJ, 11/jul./1860. Caixa Correspondência e Diversos.

Que um importante político do Império como o foi Manoel Teixeira de Souza figure numa rede clientelista de tamanha amplitude é, de certa forma, de se esperar. O que nos causou certa estranheza, num primeiro momento, foi encontrarmos em meio às correspondências de Maria Leonor, um número razoável de pedidos dirigidos a ela. (Ver Quadro 4)

Quadro 4
Número de Pedidos em relação ao número de correspondências recebidas (exceto de familiares)¹⁶³

	Pedidos	Outros Assuntos	Total
Nº de cartas	6	3	9
%	66,7	33,3	100,0

Fonte: Arquivo Museu da Inconfidência (AMI).

Dessa forma analisaremos, a partir de agora, as missivas escritas com a intenção de obter favores, buscando compreender como os remetentes consideravam a baronesa capaz de intermediar essa rede de forma eficaz.

Em carta datada de junho de 1860, o barão responde a correspondência enviada por sua esposa a ele, na qual ela comenta um pedido de emprego que recebera, bem como a ocupação que tais pedidos têm causado em seu dia a dia: “Fico certo em tudo quanto em dizer em sua carta, e estimarei que arranjes o emprego para o genro do senhor Pinto: **eu me vejo também por cá atarantado de pedidos e empenhos** [grifo nosso], e que já não estranho pois é a minha mofina”¹⁶⁴. Os pedidos a baronesa pareciam tantos que, em 1872, ela escreve ao barão comentando sobre as cartas que recebia: “Tenho me visto atropelada com cartas e pedidos; o que me põem em apuros, assentam que eu também sou chefe de partido”¹⁶⁵.

É interessante perceber como uma mulher se insere numa trama política clientelista, na qual entra sem perceber, uma vez que aqueles que escrevem as cartas pedindo que ela interceda por eles são quem a integram a essa rede. Ora, mas uma vez

¹⁶³ Desconsideramos as cartas recebidas por familiares por constarmos que, nesta documentação, os pedidos eram provenientes apenas de outros grupos que não os familiares. No século XIX eram considerados familiares também os afilhados, compadres e comadres.

¹⁶⁴ AMI, Ouro Preto. Arquivo Fundo Barão de Camargos. Carta recebida por Maria Leonor de Magalhães Teixeira, de seu esposo Manoel Teixeira de Souza. RJ, 16/jun./1860. Caixa Correspondência e Diversos.

¹⁶⁵ AMI, Ouro Preto. Arquivo Fundo Barão de Camargos. Carta emitida por Maria Leonor de Magalhães Teixeira, ao seu esposo Manoel Teixeira de Souza. OP, 02/set./1873. Caixa Correspondência e Diversos.

inserida, a baronesa tinha por opção não ouvir e não atender aos apelos, não sendo isso o que aconteceu.

Alguns dias depois da carta acima citada, Manoel volta a responder a Maria Leonor, desta vez tratando de outro pedido que ela, em nome de terceiros, fizera a seu esposo. O pedido referia-se a um aumento de pensão almejado por Francisco Mateus que solicitara à baronesa que fizesse chegar ao Ministro, através da fala do barão, o seu pedido de reajuste de pensão. À carta de sua esposa Manoel responde: “Nada posso por ora dizer quanto à pretensão do Xico Mateus, pois nem ânimo tive ainda de falar ao Ministro, por ver as dificuldades que há hoje por aumento de despesas: farei entretanto a diligência na primeira ocasião oportuna”¹⁶⁶. Pouco mais de uma semana depois, o barão escreve voltando a falar no assunto, desta vez alegando ser “impossível obter o aumento de sua pensão, pois é muitas *[sic]* intenções de seus, que não tem sido atendidas em consequência do déficit do s. esposo isto mesmo lhe podes dizer”¹⁶⁷. Manoel Teixeira deixa claro que, devido ao aumento de despesas do governo do Império, seria impossível atender ao pedido de Francisco Mateus, incumbindo Maria Leonor de lhe dar a infeliz notícia. O barão de Camargos, como percebemos nas correspondências emitidas a sua esposa, reclamava periodicamente dos excessivos pedidos que recebia, como também o fazia a baronesa, o que nos faz suspeitar que recebera mais pedidos do que pudemos constatar em seu acervo pessoal.

No ano de 1861 quem remetia à baronesa uma epístola requerendo favores era a sua amiga Josefina Nunan. A forma como se dirige a Maria Leonor “Minha prezada amiga”, bem como a forma que se despede “De Vossa Excelência sincera e atenciosa amiga”, nos permitem concluir de antemão que o laço que as unia era de amizade, o que teria permitido à Josefina fazer o seguinte pedido:

Confiada na sua amizade, e bondade para comigo e minha família animei-me a dirigir-lhe esta pedindo-lhe para por mim pedir ao Excelentíssimo Senhor Teixeira toda a sua valorosa proteção a favor de meu primo Carlos Calisto Andrade, que pretende a um dos lugares de terceiros Escriurários, que se acham vagos na Tesouraria desta Província. Eu conheço a merecida influência, que o Excelentíssimo

¹⁶⁶ AMI, Ouro Preto. Arquivo Fundo Barão de Camargos. Carta recebida por Maria Leonor de Magalhães Teixeira, de seu esposo Manoel Teixeira de Souza. RJ, 02/jul./1860. Caixa Correspondência e Diversos.

¹⁶⁷ AMI, Ouro Preto. Arquivo Fundo Barão de Camargos. Carta recebida por Maria Leonor de Magalhães Teixeira, de seu esposo Manoel Teixeira de Souza. RJ, 11/jul./1860. Caixa Correspondência e Diversos.

Senhor Teixeira goza nesta corte, e assim creio que ele poderá por seu intermédio, ou por dos seus numerosos amigos obter do Ministro da Fazenda a nomeação do meu primo. Peço a Vossa Excelência para empregar todos os seus esforços a fim de alcançar do Excelentíssimo Senhor Teixeira todo seu apoio, e proteção a favor de meu primo. Ele já fez exame e resultado mesmo creio, que vai por este mesmo correio são muitos os pretendentes e com alguma proteção; mesmo eu quase que tenho certeza de que só a proteção de Excelentíssimo Senhor Teixeira seja suficiente para que meu primo seja nomeado¹⁶⁸.

A carta acima nos permite observar um dado interessante: a intervenção de uma mulher – Josefina – em favor de um homem da família – Carlos Calisto –, denotando uma aparente inversão de papéis. Numa sociedade patriarcal, como era a oitocentista, ver uma mulher tomando partido de um homem é minimamente inusitado. Porém, através da leitura da carta, percebemos que a relação de proximidade e de amizade da destinatária e da remetente explica a iniciativa de Josefina. Esta, por possuir maior intimidade com Maria Leonor – embora use de alguma formalidade na missiva – tinha mais possibilidades de ser atendida do que seu primo Carlos Calisto.

Outras mulheres também dirigiram cartas a Maria Leonor, considerando ser esta capaz de intervir junto ao barão e alcançar favores de forma mais eficiente. Parece ter sido o caso da comadre de Leonor, Maria Thereza, que escreve pedindo sua intercessão junto ao compadre barão, para que este escreva ao Juiz dos Órfãos, a fim de que não proceda a partilha dos bens de seus filhos na data estipulada. Maria Thereza parecia preocupada com o futuro dos filhos e também com as dívidas que seu esposo contraía em seu nome, mas em benefício de terceiros, e solicita ajuda da baronesa para impedir a partilha dos bens dos órfãos.

[...] Eu tenho passado mal desde o dia 7 deste dia em que por ordem do Senhor Juiz de Órfãos, que citada para no prazo de 8 dias ia mandar proceder a partilha do meu casal ora se não fosse as complicações que a de seu finado compadre ter tomado quantias para outras pessoas e ser responsável como fiador de alguns, ora em liquidar estas contas não pudesse sem grande prejuízo, ou para melhor dizer quase que nada fica para os órfãos¹⁶⁹.

¹⁶⁸AMI, Ouro Preto. Arquivo Fundo Barão de Camargos. Carta recebida por Maria Leonor de Magalhães Teixeira, de sua amiga Josefina Nunan. OP, 06/mai./1861. Caixa Correspondência e Diversos.

¹⁶⁹AMI, Ouro Preto. Arquivo Fundo Barão de Camargos. Carta recebida por Maria Leonor de Magalhães Teixeira, de sua comadre Maria Thereza. Boa Vista 10/abr./1867. Caixa Correspondência e Diversos.

Assim, Maria Thereza pretende, através do seu pedido, evitar que a herança de seus filhos seja usada para cobrir dívidas de terceiros, a quem o seu finado esposo quis ajudar.

Mesmo após a morte do barão de Camargos, em 1878, os pedidos à baronesa não cessam. A partir de então os requerentes dirigem-se a Maria Leonor – agora viscondessa de Camargos – pedindo sua intercessão junto ao seu filho Antônio Teixeira de Souza – o segundo barão de Camargos. Em carta cuja data não é visível, mas nos permite afirmar que é posterior ao falecimento do barão, Eugênia da Silva Gomes escreve uma súplica a Maria Leonor para que esta conseguisse junto ao segundo barão de Camargos a baixa de Antônio Moraes, seu filho, da Infantaria a qual servira por quase vinte anos. Da carta de Eugênia Gomes podemos apreender o lugar que a remetente ocupava na hierarquia social, pela forma humilde e submissa que se dirige à Leonor – “Excelentíssima Senhora a vossos pés venho submissamente valer-me do patrocínio de Vossa Excelência” – e que se despede – “ficando eu sempre eternamente agradecida a Vossa Excelência como humilde serva”. Na tentativa de convencer Maria Leonor, a mãe do soldado da infantaria alega que:

Este tem requerido por vezes a sua baixa e não lhe tem sido possível alcançar por meio algum, posto que com o tempo que serviu na campanha [Guerra do Paraguai], já passou do tempo em que foi recrutado na passagem de Mariana, e este trabalhando para sustentar a mim e as suas irmãs, e sendo meu filho o único arrimo que tenho em meu socorro e de minhas filhas, e além disso hoje casado, peço a Vossa Excelência para fazer-me com que meu filho possa obter a baixa por interseção do Excelentíssimo Senhor Barão, pois que o mesmo Senhor nada quisera fazer que não faça, e nem também as suas palavras deixarão de ser atendidas, assim como eu espero na benigna bondade de Vossa Excelência me ouvir as minhas súplicas [...]; pois que isto é uma grande esmola que Vossa Excelência faz a uns infelizes e desgraçados.¹⁷⁰

Por fim, é do ano de 1881, o último pedido dirigido à baronesa de Camargos, remetido pelo Bispo de Diamantina. O sacerdote pedia a ajuda de Maria Leonor para a liberação de uma verba que a Assembléia Provincial teria votado em favor de uma igreja de Diamantina, que só se efetivaria com o aval de seu filho barão de Camargos

¹⁷⁰ AMI, Ouro Preto. Arquivo Fundo Barão de Camargos. Carta recebida por Maria Leonor de Magalhães Teixeira, de Eugênia da Silva Gomes. S/d. Caixa Correspondência e Diversos.

Chegou-me a Vossa Excelência um favor, que, me asseguraram, alcançarei. A Assembléia Provincial este ano votou um auxílio de vinte contos de réis para obras do templo do Sagrado Coração de Jesus desta cidade, mas para obter-se esta quota é necessário que o Excelentíssimo Senhor Vice-Presidente da Província dê ordem para que se entregue esta quantia ¹⁷¹.

A análise das correspondências nos permite afirmar que Maria Leonor possuía uma influência que sobrevivera com a morte de seu cônjuge. Da mesma forma, podemos afirmar que a importância política de sua família também perpetuou-se, tendo passado de pai para filho, o que permitiu a continuidade dos pedidos e sua atuação, de certa maneira, na esfera pública da sociedade. Essa atuação foi possível, certamente, pela extrema quantidade de cartas recebidas por seu esposo e posteriormente por seu filho. Os remetentes a elegeram como uma forma de encurtar as distâncias que os separavam dos políticos, bem como uma intercessora capaz de persuadir marido e filho, se assim quisesse, alcançando de forma satisfatória os pedidos que lhes eram conferidos.

¹⁷¹ AMI, Ouro Preto. Arquivo Fundo Barão de Camargos. Carta recebida por Maria Leonor de Magalhães Teixeira, de João, Bispo de Diamantina. Diamantina, 05/out./1881. Caixa Correspondência e Diversos.

Capítulo 3:

O cotidiano impõe seu ritmo: vivência e intimidade da boa sociedade

O presente capítulo procura fornecer ao leitor, através de alguns fragmentos das missivas de Maria Leonor, pistas de como a família Teixeira de Souza Magalhães vivia a sua rotina. As várias mensagens entrelaçadas, embora sem a preocupação de dispô-las em qualquer ordem cronológica, nos permitem vislumbrar o ritmo desse cotidiano no passar dos dias.

Numa primeira parte das epístolas, trataremos de questões de ordem cotidiana, vislumbrando as ações, relações e vivências próprias da intimidade tanto da viscondessa, quanto daqueles que a cercavam. Enunciaremos temas corriqueiros, que aparecem com frequência nas cartas, tais como as relações de Maria Leonor com seu cônjuge, barão de Camargos, com quem trocou grande parte das correspondências pesquisadas, dada a distância que separava o casal, pela vida de político atuante do barão na corte do Rio de Janeiro. Com ele trocava palavras de demonstração de saudades e afeto – muito sutilmente, deve-se salientar – bem como a constante preocupação com os filhos (educação, saúde, etc), haja vista que alguns deles estudavam fora de Ouro Preto e outros residiram por algum tempo na corte com o barão.

Outros temas recorrentes nas missivas são os nascimentos, falecimentos, doenças e prescrições médicas – note-se que à distância –, diversões do dia a dia (jantares, bailes, saraus, viagens curtas), as modas da corte – o barão se encarregava de reparar nos vestidos, chapéus que desfilavam as senhoritas no Rio de Janeiro, remetendo todas as notícias da última moda para a esposa e filhas –, festas religiosas, as preocupações e menções ao clima e, finalmente, as intermináveis encomendas feitas da corte bem como o envio de presentes – que se davam principalmente entre madrinhas e afilhadas.

As cartas não narram somente temas, narram também um tempo do cotidiano vivido. Este tempo nos leva a conhecer vários meandros de uma mesma família: seus relacionamentos, preocupações, tristezas, melancolias, mas também recordações e alegrias. É também um espaço de aproximação de entes que se estimam, de comemorações, de envio de boas notícias, enfim um espaço que faz viverem os fragmentos da vida de cada dia.

3.1. A escrita das cartas: definindo um pacto epistolar

O século XIX foi marcadamente o século em que o Brasil caminhava a passos largos rumo à modernidade. A vinda da corte para o Brasil, em 1808, trouxe consigo novos hábitos de consumo e vivência que não passariam despercebidos pelas elites, ávidas por estarem em consonância com os modos de ser europeus.

Até fins do século XIX as atenções, no que diz respeito aos novos – e modernos – hábitos de viver, estavam voltadas para o Rio de Janeiro, capital Imperial. Saber o que estava se passando na corte – moda, festas, músicas, política – era o desejo de todas as famílias abastadas.

Visando atender a estas expectativas, bem como ligar de maneira mais eficiente a corte às demais cidades do Império, a rede de correios amplia-se e estrutura-se. No caso específico de Minas Gerais, foram criadas várias agências na primeira metade do oitocentos, visando diminuir “a carência de comunicação regular e institucionalizada entre a capital do império com Minas Gerais, e principalmente, com seu maior centro político e econômico Ouro Preto”¹⁷².

A implantação crescente de agências dos correios em Minas Gerais era determinada, em grande medida, pelos avanços ocorridos na província. O aumento das instalações dos trilhos ferroviários, a implantação de fábricas dos mais diversos segmentos e o aumento populacional podem explicar, por exemplo, o expressivo crescimento do número de agências dos correios entre 1830 e 1896, resultando num salto de 18 para 632 agências, como podemos visualizar no quadro abaixo, demonstrando que num espaço de tempo de pouco mais de 60 anos o número de estabelecimentos foi multiplicado, aproximadamente, por 35.

Quadro 5
Aumento das agências dos correios em Minas entre 1830 e 1896

Ano	População (Minas Gerais)	Agências
1830	900.000	18
1861	-	72
1865	1.620.190	-
1870	-	123

¹⁷² RODARTE, Mário Marcos Sampaio. O caso das Minas que não se esgotaram: a pertinácia do antigo núcleo central minerador na expansão da malha urbana da Minas Gerais oitocentista. Belo Horizonte: CEDEPLAR, 1999. Dissertação/ FACE/UFMG.

1882	2.647.845	-
1888	3.018.807	557
1896	3.424.330	632

Fonte: LIMA, Kléverson Teodoro de. *Práticas missivistas íntimas no início do século XX*. Belo Horizonte: FAFICH, 2007, p. 50. Dissertação de Mestrado

Aproveitando-se dessa disseminação de empreendimentos que tinham por função, pelo menos em parte, fazer a palavra circular através das correspondências, uma parcela da população ouropretana não se fez de rogada e arraigou nesta sociedade o hábito de escrever cartas. Isto pode ser demonstrado pelos dados que apontam para o grande número de cartas que chegavam e saíam da capital da Província de Minas Gerais. No ano de 1857, das 98.205 correspondências que saíram da administração do correio de Ouro Preto, 34.962 (35,60%) eram documentos oficiais, 25.532 (26,00%) eram jornais e outros impressos, e nada menos do que 37.711 (38,40%) eram cartas. Para o mesmo ano, o número de cartas sobre as correspondências totais que chegaram à administração dos correios desta cidade, são ainda mais significativos. De um total de 78.879, 20.059 (25,43%) correspondiam a ofícios, 23.851 (30,24%) a jornais e outros impressos e nada menos que 34.969 (44,33% e, portanto, quase a metade do total) consistiam em cartas. No final da década de 1860, no ano de 1869, os dados demonstram que o número de cartas que chegaram na administração de Ouro Preto (104.290, portanto 44,5 %, de um total de 234.380 correspondências) continua superando o número de 17.117, portanto 7,3 %, de ofícios expedidos. Estes números são bastante significativos quando nos questionamos se as agências dos correios haviam se multiplicado para atender essencialmente às demandas do governo provincial e imperial, visando ligar diferentes pontos, mantendo-os comunicáveis, ou se estariam também a serviço de outras práticas não tão ligadas à administração do Império. Tomando por base os quadros 6 e 7, podemos afirmar que grande parte das correspondências eram sim destinadas às esferas governamentais, afinal, se tratava da capital provincial, mas não todas elas. Considerando, ainda, o expressivo número de cartas que chegaram a Ouro Preto entre os anos de 1852 a 1869, podemos supor que outros interesses impulsionaram estes elevados números: o estabelecimento de redes sociais, de vínculos pessoais e estreitamento de relações de amizade, o que nos permite afirmar que os correios trabalharam muito a serviço de inúmeras atividades sociais.

Quadro 6
Correspondências que Chegaram na Administração do Correio de Ouro Preto¹⁷³

Anos	Ofícios		Cartas		Jornais e Outros Impressos		Total	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%
1852	11.567	12,95	46.497	52,04	31.285	35,01	89.349	100
1853	12.192	12,52	48.208	49,51	36.970	37,97	97.370	100
1857	20.059	25,43	34.969	44,33	23.851	30,24	78.879	100
1858	22.709	28,93	35.843	45,65	19.957	25,42	78.509	100
1859	23.225	29,18	39.804	50,00	16.573	20,82	79.602	100
1860	27.326	29,21	48.416	51,75	17.820	19,05	93.562	100
1869	17.117	07,30	104.290	44,50	112.973	48,20	234.380	100

Fontes:

APM, Códice SP 509, Carta da Administração dos Correios de Ouro Preto ao Presidente de Província, datada de 23 de fevereiro do ano de 1854;

APM, Códice SP 833, Carta da Administração dos Correios de Ouro Preto, assinada por Antônio Xavier da Silva, ao Presidente de Província Conselheiro Carlos Carneiro Campos, datada de 3 de abril do ano de 1860;

APM, Códice SP 509, Carta da Administração dos Correios de Ouro Preto, assinada por Antônio X. da Silva, ao Presidente de Província, datada de 23 de fevereiro do ano de 1854;

APM, Códice SP 776, Carta da Administração Geral do Correio de Ouro Preto, 19 de Fevereiro de 1859;

APM, Códice SP 898, Carta da Administração Geral dos Correios de Ouro Preto, 4 de Junho de 1861;

APM, Códice SP 1.380, Carta da Administração Geral dos Correios de Ouro Preto, 29 de Janeiro de 1870.

Quadro 7
Correspondências que Saíram da Administração do Correio de Ouro Preto¹⁷⁴

Anos	Ofícios		Cartas		Jornais e Outros Impressos		Total	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%
1852	18.670	11,10	44.047	26,19	105.495	62,72	168.212	100
1853	18.171	9,47	47.209	24,61	126.477	65,92	191.857	100
1857	34.962	35,60	37.711	38,40	25.532	26,00	98.205	100
1858	40.084	40,53	38.152	38,58	20.665	20,89	98.901	100
1859	43.280	43,29	40.881	40,89	15.812	15,82	99.973	100
1860	44.988	41,23	46.106	42,26	18.012	16,51	109.106	100
1869	28.152	10,58	95.941	36,07	141.905	53,35	265.998	100

Fontes:

APM, Códice SP 509, Carta da Administração dos Correios de Ouro Preto ao Presidente de Província, datada de 23 de fevereiro do ano de 1854;

APM, Códice SP 833, Carta da Administração dos Correios de Ouro Preto, assinada por Antônio Xavier da Silva, ao Presidente de Província Conselheiro Carlos Carneiro Campos, datada de 3 de abril do ano de 1860;

APM, Códice SP 509, Carta da Administração dos Correios de Ouro Preto, assinada por Antônio X. da Silva, ao Presidente de Província, datada de 23 de fevereiro do ano de 1854;

APM, Códice SP 776, Carta da Administração Geral do Correio de Ouro Preto, 19 de Fevereiro de 1859;

APM, Códice SP 898, Carta da Administração Geral dos Correios de Ouro Preto, 4 de Junho de 1861;

¹⁷³ RODARTE, Mário Marcos Sampaio. O caso das Minas que não se esgotaram: a pertinácia do antigo núcleo central minerador na expansão da malha urbana da Minas Gerais oitocentista. Belo Horizonte: CEDEPLAR, 1999. Dissertação/ FACE/UFMG.

¹⁷⁴ *Idem, ibidem.*

APM, Códice SP 1.380, Carta da Administração Geral dos Correios de Ouro Preto, 29 de Janeiro de 1870.

A rede de sociabilidade – família, amigos, compadres – de Maria Leonor escrevia, e escrevia muito. Tudo era motivo para de pena em punho, remeter uma missiva a alguém narrando nascimentos, falecimentos, doenças, festas, solicitando encomendas, pedidos, enfim, tudo o que dizia respeito à vida cotidiana figurava nas cartas.

O ato de remeter uma carta implicava necessariamente numa resposta. Criava-se um pacto, uma relação de reciprocidade que uma vez iniciada, não deveria ser quebrada, incidindo mesmo em obrigatoriedade. A prática missivista, assim, encurtava distâncias e unia laços conjugais, de amizade, familiares, na medida em que o sujeito que escreve espera, obriga, impele o outro a responder.

Assim, quando o barão de Camargos escreve a sua esposa percebemos o tom da reciprocidade: “escrevo-te esta sem ter alguma tua a que deva resposta, pois a de 20 respondi ontem, e pelo correio que ontem chegou não tive carta tua nem de pessoa alguma de Ouro Preto; parece que todos se apostaram ao não escreverem-me”¹⁷⁵. Podemos abstrair deste trecho dois sentimentos que envolviam o Barão no ato da escrita: a cobrança e o ressentimento. O primeiro pode ser notado na fala “escrevo-te esta sem ter alguma tua a que deva resposta”, o que demonstra a falta de Maria Leonor para com seu cônjuge: ela devia ter escrito, mas não escreveu; ou denota o desprendimento do Barão que, mesmo sem ter carta a que responder, animou-se a escrever a Maria Leonor dando notícias suas. O segundo sentimento que apreendemos na escrita de Manoel Teixeira, o ressentimento, pode ser percebido no trecho “parece que todos apostaram ao não escreverem-me”, o que demonstra a expectativa daquele de receber notícias de sua província a cada mala dos correios que dela chegava. O descontentamento do barão pela falta de notícias da família também nos permite pensar a troca intensa de correspondências entre o casal e o estabelecimento do pacto epistolar como uma forma de manter o controle da casa e da família, mesmo a distância. Mas, ao que tudo indica, estas tentativas de controle nem sempre eram eficazes, o que fica comprovado pela falta de respostas da esposa, o que tanto amofinava o barão. Esta falta

¹⁷⁵ AMI, Ouro Preto. Arquivo Fundo Barão de Camargos. Carta recebida por Maria Leonor de Magalhães Teixeira, de seu esposo Manoel Teixeira de Souza. RJ, 27/jun./1860. Caixa Correspondência e Diversos.

para com o barão, tão assíduo em suas respostas, bem como sua cobrança podem ser apreendidas em carta emitida em 1862.

Ontem não recebi carta tua nem de pessoa alguma da família, o que podendo ser devido a qualquer esquecimento da hora do Correio, não deixou contudo de amofinar-me, pois quando não recebo ao menos duas linhas de casa fico sempre receoso de ter havido algum incômodo o que permita Deus não tenha acontecido.¹⁷⁶

Ao mesmo tempo em que nota-se uma clara expressão de descontentamento e preocupação do remetente, por não ter recebido carta de seus familiares, este se consola por um possível esquecimento de postar a carta por parte daqueles e demonstra mais uma vez seu desprendimento dentro do pacto epistolar: mesmo sem carta a responder ele escreve. Assim o fizeram outros tantos que mesmo sem nada receber, deram o primeiro passo para o início do ciclo, remetendo sua cartinha. Referimo-nos, como exemplo, a missiva de Antônio Luis, irmão da futura baronesa e viscondessa de Camargos, residente em Ouro Preto e que escreve a ela, quando esta encontrava-se na corte do Rio de Janeiro passando uma temporada. A carta inicia-se praticamente com um apelo, pois ele escreve: “ainda não lhe mereci uma só cartinha”¹⁷⁷ e conclui dizendo que a vai esperar, senão Maria Leonor ficará sem notícias do sobrinho Antônio “já de dentinhos querendo gaguejar algumas palavras e principiando andar”. Observamos nesta outra missiva um aspecto interessante. Ora, o irmão quer notícias da irmã e dos sobrinhos: “mande-me dizer se a minha Maricota ainda está tão bonitinha como foi d’aqui, a Antonica se ainda está gorda, o Manuelzinho os outros todos, quero uma citação de todos um por um”¹⁷⁸. Ele deixa claro que se a “mana” não lhe responder ele não mais mandaria notícias do sobrinho e que perderá os momentos de maiores transformações – e mais velozes – do desenvolvimento, qual seja a infância. Dando esse gostinho à irmã, ele espera poder contar com sua resposta. Ao que parece a tática surtira efeito, já que em carta posterior (15/06/1850) Antônio Luis acusa “a recepção da sua apreciável cartinha”.

¹⁷⁶ AMI, Ouro Preto. Arquivo Fundo Barão de Camargos. Carta recebida por Maria Leonor de Magalhães Teixeira, de seu esposo Manoel Teixeira de Souza. RJ, 13/jun./1862. Caixa Correspondência e Diversos.

¹⁷⁷ AMI, Ouro Preto. Arquivo Fundo Barão de Camargos. Carta recebida por Maria Leonor de Magalhães Teixeira, de seu irmão Antônio Luis. OP, 20/jan./ 1850. Caixa Correspondência e Diversos.

¹⁷⁸ AMI, Ouro Preto. Arquivo Fundo Barão de Camargos. Carta recebida por Maria Leonor de Magalhães Teixeira, de seu irmão Antônio Luis. OP, 15/jun./ 1850. Caixa Correspondência e Diversos.

3.2. A sociedade das gentilezas: trocas de presentes e intermináveis encomendas

As cartas remetidas a baronesa, tendo como destino a cidade do Rio de Janeiro eram raras, visto que a mesma passava pouco tempo na corte, permanecendo maior parte do tempo em Ouro Preto. Mas quando, acompanhada dos filhos, ia ao Rio passar uma temporada junto ao barão – que lá habitava quatro meses por ano, de maio a agosto, cumprindo obrigações políticas – não faltavam cartas, principalmente quando o assunto eram as encomendas. Aproveitando que Maria Leonor encontrava-se na corte, lugar por excelência cercado de bom gosto e bons produtos, muitos solicitavam que esta lhes trouxesse coisas: “passo a incomodar-lhe para fazer-me obséquio de trazer-me três xales de casimira azul [...] e não se aborreça com estes incômodos que eu moro em um lugar que não tenho remédio se não ocupar a quem pode me servir”¹⁷⁹.

Quando a baronesa regressava a Ouro Preto quem ficava incumbido das encomendas, tanto dela quanto de terceiros, era o barão. Ao que parece este não gostava muito, como notamos em seu desabafo:

Se porém passo bem de saúde, não deixo de viver amofinado pelas saudades e pela falta de tempo para cuidar de cartas incontinuas, e das encomendas.[...] Estou vendo que para arranjar as encomendas me será preciso falhar ao Senado algum dia, o que por ora não tenho podido fazer.¹⁸⁰

Em carta anterior já podíamos notar o desagrado que as intermináveis encomendas causavam a Manuel Teixeira: “vingo em destruir-me com as compras das encomendas”¹⁸¹. Talvez não seja difícil ao leitor entender as lamentações do esposo de Maria Leonor, tendo em vista o teor das encomendas. Em carta enviada ao barão a 2 de setembro de 1873, Maria Leonor encomenda, para uma amiga, “uma trança para cabelo que tenha dois palmos de comprimento e de cor castanho escuro” e ainda faz uma

¹⁷⁹ AMI, Ouro Preto. Arquivo Fundo Barão de Camargos. Carta recebida por Maria Leonor de Magalhães Teixeira, de sua amiga. 18/ago./1850. Caixa Correspondência e Diversos..

¹⁸⁰ AMI, Ouro Preto. Arquivo Fundo Barão de Camargos. Carta recebida por Maria Leonor de Magalhães Teixeira, de seu esposo Manoel Teixeira de Souza. RJ, 09/ago./1860. Caixa Correspondência e Diversos.

¹⁸¹ AMI, Ouro Preto. Arquivo Fundo Barão de Camargos. Carta recebida por Maria Leonor de Magalhães Teixeira, de seu esposo Manoel Teixeira de Souza. RJ, 14/ago./1853. Caixa Correspondência e Diversos.

ressalva que, sem dúvida, desafiaria a capacidade de observação do barão: “mas que seja a imitação de cabelo”¹⁸².

Nesta sociedade Imperial, marcada pelos pedidos de encomendas, devido a precariedade do comércio de algumas cidades e das longas distâncias, é perceptível também outra marca: a das gentilezas. Em várias cartas pudemos notar o quão arraigado era o hábito de agradar com presentinhos, acompanhados de cartas, ora partindo de Maria Leonor, ora a ela se destinando. Em uma das missivas pudemos constatar ambas as situações, em que a baronesa recebe um agrado de sua afilhada Eulália Silva: “tomo a liberdade enviar a Vossa Senhoria essa toalha despida de perfeição, para nela limpar os pés, e rogo aceitar, e não reparar a insignificância da oferta pois é só uma prova de amor”¹⁸³, e remete outro acompanhado de uma cartinha rascunhada na carta recebida, em que demonstra sua gratidão:

Também recebi o delicado mimo de toalha [...] o qual muito aprecio não só por ser mais uma prova de sua amizade, como pelo bordado, que bem mostra a perfeição dos seus trabalhos. [...] Rogo-lhe o favor de aceitar esse insignificante corte de tecido, que é apenas um sinal de lembrança.¹⁸⁴

Segundo José Inácio Roquette, cônego português que escreveu um código de boas maneiras e etiqueta no século XIX, “depois das visitas e da comunicação, o laço social mais extenso e variado é a comunicação epistolar”¹⁸⁵. Se o estabelecimento desse pacto epistolar viesse acompanhado da troca de presentes e gentilezas, então é que manteria bastante coesas as redes de sociabilidade, quer envolvendo familiares ou não.

Em alguns casos, aquele que enviava um presente ao destinatário da carta, aproveitava também para enviar outro para alguém que daquele estivesse próximo. Este foi o caso de Maria da Conceição Monteiro de Castro, sobrinha da baronesa que, ao enviar “um casal de pombos para Josefina”, filha de Maria Leonor, aproveitava para

¹⁸² AMI, Ouro Preto. Arquivo Fundo Barão de Camargos. Carta emitida por Maria Leonor de Magalhães Teixeira, ao seu esposo Manoel Teixeira de Souza. OP, 02/set./1873. Caixa Correspondência e Diversos.

¹⁸³ AMI, Ouro Preto. Arquivo Fundo Barão de Camargos. Carta recebida por Maria Leonor de Magalhães Teixeira, de sua afilhada Eulália Silva. Gualaxo, 01/mar./1855. Caixa Correspondência e Diversos.

¹⁸⁴ AMI, Ouro Preto. Arquivo Fundo Barão de Camargos. Rascunho de resposta a carta recebida por Maria Leonor de Magalhães Teixeira, de sua afilhada Eulália Silva. Gualaxo, 01/mar./1855. Caixa Correspondência e Diversos.

¹⁸⁵ ROQUETTE, José Inácio. *Código do bom-tom, ou, Regras da Civilidade e de bem viver no século XIX*. São Paulo: Cia das Letras, 1997, p. 266.

remeter “outro para minha tia fazer o favor de mandar entregar a tia Chiquinha que é para minha afilhada”¹⁸⁶. Embora não possamos afirmar qual a verdadeira finalidade do presente remetido, uma vez que os pombos não são aves canoras e, geralmente, nem eram mantidos em gaiolas, devemos salientar que no século XIX, a posse de pássaros pelas mulheres era muito bem vista pelos cânones civilizatórios, o que pode ter motivado Maria da Conceição Monteiro de Castro a enviar tal presente. Roquette, ao se referir às práticas apreciadas pela boa sociedade, em seu manual de etiqueta, aconselha

Uma gaiola bonita e asseada, habitada por um lindo cantor dos bosques, cujas brilhantes cores e mavioso gorjeio anunciam perenemente uma das maravilhas da criação, um aviário em que se admire a variedade destes engraçados animais, são, não só um objeto de diversão permitido às senhoras, mas um emprego mui louvável de seus desvelos.¹⁸⁷

O trecho citado nos permite supor que a boa sociedade da qual Maria Leonor era parte preocupava-se, assim, em estar em consonância com a educação e os modos ditos civilizados que figuravam na Europa, até mesmo no que tange aos presentes que enviava.

Mas Maria Leonor não era apenas a destinatária dos mimos, sendo na maior parte das vezes a emitente. A baronesa, porém, não se mostrava gentil apenas com seus familiares, como no caso em que envia um amável cartão acompanhado de cento e sessenta mil réis a uma escola dirigida pelo Padre Domingos Alvanelle, situada em Cachoeira do Campo, que de imediato remete-lhe os agradecimentos: “em tempo recebi o amável cartão de Vossa Senhoria de 17 do corrente e mais 160\$000 de esmola para as Escolas Dom Bosco”¹⁸⁸.

Escrevendo de Florença, na Itália, seu irmão Francisco lhe agradecia, em 17 de junho de 1886, os presentes que esta lhes (a ele e a sua esposa Rosina) enviava, suvenires com um significado todo especial, já que provenientes da Fazenda do

¹⁸⁶ AMI, Ouro Preto. Arquivo Fundo Barão de Camargos. Carta recebida por Maria Leonor de Magalhães Teixeira, de sua sobrinha Maria da Conceição Monteiro de Castro. Boa Vista, 17/jul./1863. Caixa Correspondência e Diversos.

¹⁸⁷ ROQUETTE, José Inácio. *Código do bom-tom, ou, Regras da Civilidade e de bem viver no século XIX*. São Paulo: Cia das Letras, 1997, p. 394-395.

¹⁸⁸ AMI, Ouro Preto. Arquivo Fundo Barão de Camargos. Carta recebida por Maria Leonor de Magalhães Teixeira, do padre Domingos Alvanelle. Cachoeira do Campo, 30/set./1896. Caixa Correspondência e Diversos.

Tesoureiro, que pertencia aos irmãos¹⁸⁹ Maria Leonor, Fernando, Francisco e Antônio Luis.

Fico muito agradecido a mana pelo seu gentil pensamento de enviar-me um presente [ilegível] do Tesoureiro [...]. O chá puro e bom é muito difícil encontrar-se no mercado. Hei de fazer-me muita honra a goiabada de Minas e por tanto muito obrigado a mana.¹⁹⁰

Em carta escrita no mês seguinte, Francisco ainda faz menção à tamanha delicadeza de sua irmã ao remeter os presentes que, sem dúvida alguma, seriam inesquecíveis por muitos anos já que enviara “7 grandes latas dele [chá]; e 12 latas de goiabada”. Francisco menciona ainda o grande sucesso que o chá fizera na Europa: “[o chá] tem agradado muito às pessoas a quem dei um pouco para (tomarem) idéia de um produto brasileiro, que uma irmã minha faz fabricar com tanta perfeição” e acrescenta, com ares de nostalgia “eu porém o acho muito mais saboroso pelo que não posso tomar um taça dele sem provar saudades”¹⁹¹.

O chá, ao qual Francisco se refere, era cultivado na fazenda da família – o Tesoureiro – como produto principal. Numa época em que nas fazendas mineiras as atenções estavam voltadas para a pecuária e agricultura – com ênfase em outros gêneros alimentícios que não o chá –, não deixa de ser curiosa tal produção. E não era uma produção qualquer, deve-se acrescentar, já que o dito chá fora premiado até no exterior, tal era sua qualidade, como vimos no capítulo anterior.

A fazenda do Tesoureiro era uma propriedade que o pai de Maria Leonor – Fernando Luis Machado de Magalhães – havia deixado aos filhos. Estes se revezavam para cuidar das terras que situam-se no distrito de Camargos, em Mariana. Numa carta já citada, Antônio Luis escreve a sua irmã contando as novidades: “o nosso Thesoureiro está agora muito bom com o maquinismo novo. [...] Tem engenho de serra [...] temos 40 e tantos carneiros [...] e vai-se fazer [...] assim mais 2 teares para as pretas tecerem

¹⁸⁹ Através do esforço do Cônego Raimundo Trindade, de realizar uma primorosa genealogia das ilustres famílias ouropretanas em seu livro *Velhos Troncos Ouropretanos* (Revista dos Tribunais, 1951), tomamos conhecimento de que Maria Leonor possuía 5 irmãos: Antônio Luís, Antonia Felícia, Modesto Antonio, Fernando Luis Júnior e Francisco. Porém, através de toda a documentação consultada, tivemos mais conhecimento apenas dos três irmãos Fernando, Francisco e Antônio Luís, o que nos leva a crer que Maria Leonor tivera mais contato com estes, ou que os outros dois faleceram mais cedo.

¹⁹⁰ AMI, Ouro Preto. Arquivo Fundo Barão de Camargos. Carta recebida por Maria Leonor de Magalhães Teixeira, de seu irmão Francisco. Florença, 17/jun./ 1886. Caixa Correspondência e Diversos.

¹⁹¹ AMI, Ouro Preto. Arquivo Fundo Barão de Camargos. Carta recebida por Maria Leonor de Magalhães Teixeira, de seu irmão Francisco. Florença, 11/ago./ 1886. Caixa Correspondência e Diversos.

algodão”¹⁹². Ao que se sabe, e que fica ratificado com a leitura das cartas, apesar de possuir um engenho e atividades agrícolas, predomina o cultivo de chá em terras do Tesoureiro.



Fig. 13. Ruínas da Fazenda do Tesoureiro. Camargos, Distrito de Mariana. Foto: Janine Ojeda. IPHAN, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Ouro Preto. Ano de 2009.

O cultivo de chá foi ganhando importância gradualmente ao longo do século XIX. Como afirmamos anteriormente, encontrar fazendas em Minas Gerais como a do Tesoureiro, cuja agricultura predominante era o plantio de chá, era incomum. No entanto, a existência de poucas plantações de chá em outras propriedades não deve ser atribuída a uma suposta pequena importância se comparada a outros produtos. No que diz respeito ao incentivo dos poderes públicos para o estabelecimento das lavouras mineiras, Francisco Iglésias atesta que

Apesar dos obstáculos, a lavoura conseguiu impor-se. Embora pequeno, não se pode negar o auxílio dos poderes públicos – provincial e imperial – ao trabalho do campo. A assistência aparece com os pedidos feitos pelo Conselho da Província desde 1825; [...] Aparece nas isenções tributárias para incremento de certas espécies, como se viu em 1839 com o chá [...]. No Jardim Botânico de Ouro Preto uma cadeira de ensino agrícola é criada, especialmente para a cultura do chá, em 1840.¹⁹³

Em carta datada de 1836, Fernando Pereira de Vasconcelos – diretor do Jardim Botânico de Ouro Preto – alertava a Antônio da Costa Pinto – presidente da província de Minas – sobre a necessidade de elaboração de um regimento interno, para ajudá-lo a monitorar as visitas e distribuição de plantas e chás, visto que a procura destas era

¹⁹² AMI, Ouro Preto. Arquivo Fundo Barão de Camargos. Carta recebida por Maria Leonor de Magalhães Teixeira, de seu irmão Antônio Luis. OP, 15/jun./1850. Caixa Correspondência e Diversos.

¹⁹³ IGLÉSIAS, Francisco. Minas Gerais. In: HOLANDA, Sérgio Buarque e CAMPOS, Pedro Moacyr (dir.). *História Geral da Civilização Brasileira*. O Brasil Monárquico. Dispersão e Unidade. 4ªed. Rio de Janeiro/São Paulo: Difel, 1978, p. 393.

grande, sendo impossível ele conseguir estar ao mesmo tempo lidando com a terra e com a documentação e papéis relativos ao funcionamento do dito Jardim em dias de grande movimento. O naturalista ouropretano também atentava para a dificuldade de aumentar a produção do chá, visto que a procura pelo mesmo era tão grande que tornava-se impossível atender a demanda e fazer crescer a sua cultura. Tal reclamação do diretor do Jardim Botânico pode ser percebida através do trecho:

[...] algum chá tenho fabricado e parte delle tenho dado por amostra [...]. Devo informar a V. Ex.^a que pouco chá tem sido feito porque não é possível aproveitar a sua folha, e ao mesmo haver a semente necessária para aumentar a sua cultura e distribui-la pelos particulares, que as exigem em grande porção.¹⁹⁴

Com o aumento e incentivo da produção de chá, esta bebida ganha popularidade, entre as elites, de tal forma que, em 25 de Outubro de 1848, o *Jornal do Commercio* anunciava: “Vende-se uma preta de nação a qual sabe cortar e coser tanto camisas de homem como costuras de senhora as mais difíceis, engomma, lava, cosinha, faz doces de calda de todas as qualidades, [...] aprompta um chá e tudo que é servido a uma perfeita mucama”¹⁹⁵. Esta nota de jornal nos permite pensar que eram tarefas básicas pré-estabelecidas a uma boa escrava, além de cozinhar, lavar e costurar, a de fazer um chá, o que demonstra que esta atividade vinha se tornando corriqueira nas melhores casas do Império.

Nas missivas em que a fazenda do Tesoureiro é citada, pouco se fala da presença de escravos, mas uma particularmente, nos mostra alguns aspectos do tratamento dado a eles, pelo menos em um contexto no qual a instituição já não contava com inteira legitimidade. No ano de 1881, Francisco escreve da Itália, onde residia, a sua irmã dando algumas recomendações. Como um dos irmãos – Antônio Luis – havia falecido no ano anterior, tinha restado à então viscondessa de Camargos os cuidados com a propriedade, visto que Francisco morava no exterior e Fernando, ao que parece, começou a ter sérios problemas de saúde – supomos problemas mentais¹⁹⁶ – ainda na

¹⁹⁴ APM, Arquivo Público Mineiro. Informações sobre o Jardim Botânico em 1836. Belo Horizonte. Edição: Imprensa Oficial de Minas Gerais, volume 17, páginas 436-438, data de publicação: 1912.

¹⁹⁵ FREYRE, Gilberto. *Sobrados e Mucambos*: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano. 15ª Ed. São Paulo: Global, 2004, p. 337.

¹⁹⁶ No ano de 1853, as cartas recebidas por Maria Leonor, de seu esposo, apontam para uma desavença familiar entre a baronesa e o irmão Fernando, motivada por alguma partilha de bens na família

década de 1860, indo residir no Rio de Janeiro. As recomendações consistiam na concessão de liberdade a alguns cativos pertencentes a Francisco

Envio a mana as respectivas cartas de liberdade a fim de entregar aos destinatários no dia 7 de setembro [...]. Eu desejo porém que a carta de liberdade destinada ao Joaquim crioulo e sua mulher seja logo entregue a eles, e bem assim os duzentos mil réis que a Maria Antonia obteve de munificência imperial para sua liberdade, renunciando eu a indenização, porque eu já tinha em mente libertar os meus escravos. Se a mana ou algum dos meus sobrinhos quisesse encarregar-se desse dinheiro para ir dando a eles, a medida que precisassem, seria o melhor, e ao mesmo tempo uma obra de caridade a eles[...]. Recebendo de uma só vez a quantia, é de [ilegível] que a terminem no mesmo dia em um copioso brinde a [ilegível] liberdade¹⁹⁷.

Francisco, que já tencionava libertar seus escravos desde 1878, “temendo que a minha liberdade assanhasse os outros escravos”, não o fizera naquela ocasião. Porém, um dos cativos, Firmino, conseguiu sua liberdade antes de 1881, sob a condição de que empregasse os duzentos mil réis correspondentes à compra da alforria numa obra de caridade. O “mano” de Maria Leonor a aconselha, nesta mesma carta, que liberte também os escravos dela já que “depois que os escravos vão pensando senão em antecipar o dia da liberdade, trabalham o menos que podem” e a conservação do Tesoureiro “não pode ser onerosa”¹⁹⁸. Esta correspondência menciona também os

envolvendo a fazenda do Tesoureiro e, posteriormente, o adoecimento do irmão, indo residir no Rio de Janeiro. Nestas cartas, Manoel envia palavras de consolo e calma à esposa, tais como “[...] vejo que muito trás sofrido teu espírito: queira Deus não sofras também na sua saúde atento o teu estado eu te peço que te eleves acima desses excessos já são previstos” (RJ, 08/jun./1853). Em outra missiva, Manoel desabafa: “Sinto que o mano Fernando ainda se lembra do Tesoureiro, e melhor seria ele elevasse o seu espírito a coisas que lhe fossem mais honrosas, isto me desgosta profundamente” (RJ, 20/jul./1853). Na década seguinte, no ano de 1860, as citações de Fernando nas cartas são sempre fazendo referência ao seu estado de saúde e às visitas feitas por Manoel a ele no Rio de Janeiro: “O Luiz [médico e primo do barão] informa-me que o mano Fernando vai passando na mesma, isto é bom de saúde, mas no estado de indiferentismo e hesitação de costume” (RJ, 01/jun. 1860). Em outras cartas, Manoel dá notícias do irmão de Leonor: “Ainda não pude ir ver o mano Fernando [...]: sei entretanto que ele vai passando na mesma, isto é pacífico, mas no mesmo estado de esquecimento”(RJ, 08/jul./1860). Finalmente, é de 15 de Julho de 1860, a última carta que faz menção a Fernando, quando o barão relata a esposa o seu estado: “Fui hoje visitar o mano Fernando, o qual não tem sofrido alterações em seu estado de saúde [...]; falei-lhe da família e ele pouco interesse mostrou, suas ideias acodem-lhe a custo mas está tranquilo. Não vejo por hora esperanças de melhoras, que garantam o seu antigo estado: ao menos nada lhe falta”(RJ, 15/jul./1860).

¹⁹⁷ AMI, Ouro Preto. Arquivo Fundo Barão de Camargos. Carta recebida por Maria Leonor de Magalhães Teixeira, de seu irmão Francisco. Florença, 17/jun./1881. Caixa Correspondência e Diversos.

¹⁹⁸ AMI, Ouro Preto. Arquivo Fundo Barão de Camargos. Carta recebida por Maria Leonor de Magalhães Teixeira, de seu irmão Francisco. Florença, 17/jun./1881. Caixa Correspondência e Diversos.

planos dos dois irmãos de vender a propriedade, o que não parece ter acontecido, visto que ela consta no inventário da viscondessa, de 1902.

Quando a fazenda era citada nas cartas, o que foi feito inúmeras vezes, o assunto que mais se destacou foi uma epidemia que teria grassado entre os moradores da propriedade em 1862, e que teria feito com que muitos caíssem doentes, cessando apenas três meses depois do seu início. Essa constante menção às doenças também pode ser constatada em outras correspondências, mostrando que, num tempo em que se estava tão vulnerável às moléstias, devido à precariedade da medicina e dos cuidados com a higiene pessoal e pública, as pessoas preocupavam-se em relatar umas as outras como andava a saúde de todos os familiares e das demais pessoas do convívio. Antônio Luis, anos antes da epidemia que sofrera o Tesoureiro, afirmava que embora a corte devesse ter muitos divertimentos “cá é melhor, e não se está tão exposto as epidemias, não há dúvida alguma”¹⁹⁹, no que, os fatos depois o demonstraram, estava equivocado.

3.3. Enfermidades e falecimentos: as más notícias também chegam pelas cartas

Os anos 1850 e 1860 foram marcados, no que diz respeito à saúde, ou à falta dela, sobretudo, pelos surtos de febres que, segundo Luis Felipe de Alencastro, agravavam-se com as chuvas de verão²⁰⁰. É nesse contexto que cria-se o hábito, entre a boa sociedade residente na corte, de ir-se passar o veraneio em Petrópolis. A viagem “surgia como uma solução de sanitarismo urbanístico, como uma medida profilática em benefício da família real e da elite da corte”²⁰¹.

Em praticamente todas as cartas trocadas entre Manoel Teixeira e Maria Leonor (56 cartas, no total), as doenças e estado de saúde (deles, dos filhos, amigos, parentes) eram os primeiros temas das missivas:

Andava desde o correio passado sumamente aflito com a notícia da sua constipação, em que já não me falas, sinal de que ficastes dela bem: ainda bem, pois na verdade é mortificante para quem está

¹⁹⁹ AMI, Ouro Preto. Arquivo Fundo Barão de Camargos. Carta recebida por Maria Leonor de Magalhães Teixeira, de seu irmão Antônio Luis. OP, 15/jun./1850. Caixa Correspondência e Diversos.

²⁰⁰ ALENCASTRO, Luis Felipe de. Vida privada e ordem privada no Império. In: NOVAIS, Fernando A. (coord.); ALENCASTRO, Luiz Felipe de (org.) *História da vida privada no Brasil*. Império: a corte e a modernidade nacional. SP: Cia das Letras, 1997, p. 67-68.

²⁰¹ *Idem, ibidem*, p.68.

ausente saber de incômodos cuja gravidade se não pode calcular pelas simples exposições de uma carta²⁰².

A combinação do casal de trocar cartas praticamente todos os dias (com intervalos de apenas um ou dois dias) tinha a intenção justamente de se tranquilizarem em relação à saúde, já que era grande a distância que os separava. Em julho de 1860, Manoel escreve: “eu passo também otimamente, e admiro mesmo a boa saúde que aqui [Rio de Janeiro] tenho gozado, a exceções de algum defluxo que tive, e dores de cabeça por uns 8 dias”²⁰³.

Dessa forma, mesmo à distância, era possível saber de quase tudo que se passava. É interessante, nesse aspecto, o trecho de uma carta em que o barão, sabendo da desconfiança de Leonor de estar grávida, faz recomendações em relação a sua saúde: “Muito estimei saber que não tens sofrido maior incômodo, com o quanto estejas desconfiada de que te achas de esperanças: recomendo-te que tenhas toda a cautela, evitando principalmente alguma contrariedade ocasionando o mal.”²⁰⁴. Apenas dois dias depois, Manoel volta a escrever: “vejo que estás passando melhor dos teus incômodos, atribuindo-o à (abstenção) do vinho do Porto; não o duvido, mas seria preciso que fizesse algum exercício pois é o melhor remédio para teus incômodos”²⁰⁵. A tentativa de controlar a família, a que nos referimos anteriormente, é bem demonstrada nestes trechos em que o barão sugere a sua esposa que faça exercícios físicos, supondo ser a falta destes a causa de seus males. Este controle da mulher pelo homem fica visivelmente expressado em algumas das cartas que veremos a seguir, em que Manoel envia receitas e conselhos médicos à esposa, elucidando também uma tentativa de controle sobre o corpo.

Não era raro, no século XIX, que as pessoas trocassem receitas de chás, xaropes, etc para acabar com as enfermidades. No caso das correspondências de Maria Leonor

²⁰² AMI, Ouro Preto. Arquivo Fundo Barão de Camargos. Carta recebida por Maria Leonor de Magalhães Teixeira, de seu esposo Manoel Teixeira de Souza. RJ, 08/jun./1853. Caixa Correspondência e Diversos.

²⁰³ AMI, Ouro Preto. Arquivo Fundo Barão de Camargos. Carta recebida por Maria Leonor de Magalhães Teixeira, de seu esposo Manoel Teixeira de Souza. RJ, 09/jul./1860. Caixa Correspondência e Diversos.

²⁰⁴ AMI, Ouro Preto. Arquivo Fundo Barão de Camargos. Carta recebida por Maria Leonor de Magalhães Teixeira, de seu esposo Manoel Teixeira de Souza. RJ, 14/jun./1860. Caixa Correspondência e Diversos.

²⁰⁵ AMI, Ouro Preto. Arquivo Fundo Barão de Camargos. Carta recebida por Maria Leonor de Magalhães Teixeira, de seu esposo Manoel Teixeira de Souza. RJ, 16/jun./1860. Caixa Correspondência e Diversos.

vemos uma variável dessa prática: a consulta a médicos por correspondência. A baronesa remetia carta ao barão enumerando e explicando os sintomas, quer dela quer dos filhos, e ele procurava os médicos no Rio de Janeiro – dois de seus amigos – para analisarem os sintomas. A seguir o barão enviava a receita médica e, quando fosse o caso, os medicamentos.

Durante o século XIX na Europa Ocidental ocorreu uma tendência a substituição das práticas não médicas tradicionais por uma progressiva medicalização das doenças. No Brasil Imperial essa tendência também foi ganhando espaço, mesmo que timidamente. A chegada da família real, no início do século, atraiu a vinda de profissionais europeus para os trópicos, dentre os quais estavam os médicos. Estes foram se enraizando e, na medida em que conseguiam adentrar na rede parafamiliar tradicional, foram ganhando a confiança dos brasileiros e prestígio enquanto profissionais. Porém, em terras brasileiras, não foi apenas essa medicina tradicional que vingou. Muito pelo contrário, sendo possível perceber uma heterodoxia no que concerne às práticas médicas mais comuns entre os brasileiros. Estes viviam com “um pé” nas práticas ortodoxas, outro na homeopatia e pode-se dizer que até aos santos se recorria quando o assunto era doença: São Brás, contra as doenças da garganta; São Sebastião, contra as epidemias da varíola, etc²⁰⁶.

À luz dessa diversidade de práticas de cura que permeavam o Império, é que devemos ler as trocas de informações médicas entre Maria Leonor e Manoel Teixeira. Em carta datada de 8 de junho de 1853, o barão escreve: “conversei com o Dr. José Agostinho sobre o incômodo de Aninha [filha do casal] e ele é de opinião que deve-se juntar salsa ao leite por causa do incômodo ouvido”²⁰⁷. O Dr. José Agostinho era bastante procurado pelo Barão, aparecendo em algumas outras cartas, fato que era de se esperar, visto que o casal possuía quinze filhos.

Maria Leonor também aproveitava as missivas para relatar ao cônjuge sobre a saúde de outros parentes. No ano de 1860, foi a cunhada Carolina que motivou a escrita

²⁰⁶ Para uma exposição mais ampliada das idéias contidas nesse parágrafo, ver ALENCASTRO, Luis Felipe de. Vida privada e ordem privada no Império. In: NOVAIS, Fernando A. (coord.); ALENCASTRO, Luiz Felipe de (org.) *História da vida privada no Brasil*. Império: a corte e a modernidade nacional. SP: Cia das Letras, 1997, p. 73-77. Também sobre o assunto, consultar: FIGUEIREDO, Betânia. *A arte de curar: cirurgiões, médicos, boticários e curandeiros no século XIX em Minas Gerais*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 2002.

²⁰⁷ AMI, Ouro Preto. Arquivo Fundo Barão de Camargos. Carta recebida por Maria Leonor de Magalhães Teixeira, de seu esposo Manoel Teixeira de Souza. RJ, 08/jun./1853. Caixa Correspondência e Diversos.

de uma carta ao esposo. Em consequência desta, Manoel procura novamente o Dr. Agostinho, como apreendemos no seguinte trecho: “a respeito da Carolina, consultei Dr. Agostinho o qual ficou de dar-me o receituário, que ainda irá dentro desta”. Por motivo que desconhecemos não conseguiu enviar o receituário, anotando num cantinho abaixo na carta: “a receita da Carolina irá pelo seguinte correio”,²⁰⁸.

Poucos dias depois, Maria Leonor envia uma carta a Manoel relatando alguns incômodos que sofria e, após consultar ao médico Luiz – primo e amigo do barão – tais sintomas, o marido lhe responde:

Consultei ontem ao primo Luiz, o qual pela minha exposição disse, que supõe será alguma pedra na bexiga, mas que é isso negócio fácil curar-se, e que não tem graves consequências; disse ele que convém que vá usando bicarbonato de soda, tomando 4 (gr) por dia, sendo dois de manhã e 2 a tarde em água com açúcar, ou de qualquer outro modo, não precisando de misturar ácido tartárico: que convinha também fazer injeções de água morna na bexiga quando sofrer mais dificuldades de expelir a urina, e introduzir uma sonda de prata para observar a existência da pedra, mas que em todo caso como tens de vir cá para o ano, então se fará o que melhor convier eu levarei a sonda e seringas, próprias. Sobre a Aninha lhe disse também o que sofre, e ele ficou de receitar²⁰⁹.

Este trecho nos apresenta o que parece ser o ápice da tentativa de controle do corpo feminino, por parte do marido. Manoel, ao receber a descrição dos sintomas da esposa, procura o médico – sendo este, como dito anteriormente, seu amigo e primo – repassa os incômodos a este e, só então, remete a Maria Leonor a receita e as instruções de como proceder. O barão não parecia estar disposto a aceitar um maior contato entre o médico e sua esposa, assumindo toda a intermediação das “consultas”. Mas não podemos também, e não devemos, descartar a hipótese de que a procura pelo médico no Rio de Janeiro dava-se pelas melhores condições da medicina da corte.

Uma prática um pouco diferente da apresentada por Manoel e Leonor, e que foi bastante recorrente no Brasil oitocentista, como atesta Rita de Cássia Marques²¹⁰, foi a

²⁰⁸ AMI, Ouro Preto. Arquivo Fundo Barão de Camargos. Carta recebida por Maria Leonor de Magalhães Teixeira, de seu esposo Manoel Teixeira de Souza. RJ, 15/jul./1860. Caixa Correspondência e Diversos.

²⁰⁹ AMI, Ouro Preto. Arquivo Fundo Barão de Camargos. Carta recebida por Maria Leonor de Magalhães Teixeira, de seu esposo Manoel Teixeira de Souza. RJ, 22/jul./1860. Caixa Correspondência e Diversos.

²¹⁰ MARQUES, Rita de Cássia. Cartas de homens para o “Médico de Senhoras”. *CRONOS: Revista de História*. Pedro Leopoldo, n.6, 2002.

escrita de cartas por homens aos médicos, objetivando consultá-lo para as suas esposas e filhas. Eles o faziam, segundo a autora, através de cartas escritas ao médico, na qual narravam os sintomas e as enfermidades de suas mulheres. Esta prática certamente disseminou-se em locais de difícil acesso, como nas cidades do interior da província, e de precariedade de médicos. Marques não descarta também que esta prática tenha se arraigado devido às formas de pensar a mulher à época, ou seja, como um ser recatado e que deveria ser preservado. O trecho de uma carta enviada, por um marido, ao médico oitocentista Dr. Werneck, é exemplar a respeito do controle que o homem fazia de sua esposa e de seu corpo:

Ilmo. Dr. Werneck.

Minha mulher não tem obtido melhoras com a tintura de iodo, e, não tem podido ir aos banhos, porque todas as manhãs têm enjoado muitíssimo.

Ela pede (**e eu estou de acordo**) [*grifo nosso*] para que se façam as cauterizações, ao menos uma, diz ela, a fim de ver se obtém primeiramente alguma melhora [...] ²¹¹.

Os diagnósticos não eram fáceis de fazer, tendo em vista que o paciente não era examinado e, neste caso, nem era aquele que descrevia os sintomas ao médico. Portanto, muitos desses diagnósticos falhavam, o que parece ter acontecido com Maria Leonor. Duas semanas depois da carta acima citada, o barão volta a escrever, confirmando que o problema era bem outro, decorrente dos meses iniciais de gestação de sua esposa:

Com grande prazer recebi a tua carta de 4 do corrente, pois nela me dizes que não tem sido preciso usar de remédios, por que vais passando sem maior incômodo, o que denotas que o teu sofrimento (procede) como eu sempre presumi da queda do estiro, e não da bexiga, ou coisa semelhante, pois o Luiz Carlos me havia dito que a queda do estiro só se podia dar enquanto a gravidez não estivesse adiantada, e é isto o que se vai verificando ²¹².

Alguns anos depois, em 1862, o Agostinho é novamente solicitado pelo barão: “quando te mandei dizer o que aconselhava o Primo Agostinho para teu incômodo,

²¹¹ CEMEMOR/UFMG. Arquivo Werneck, Correspondências. Bilhete, sem data. Citado por MARQUES, Rita de Cássia. Cartas de homens para o “Médico de Senhoras”. *CRONOS: Revista de História*. Pedro Leopoldo, n.6, 2002, p. 172.

²¹² AMI, Ouro Preto. Arquivo Fundo Barão de Camargos. Carta recebida por Maria Leonor de Magalhães Teixeira, de seu esposo Manoel Teixeira de Souza. RJ, 09/ago./1860. Caixa Correspondência e Diversos.

deixei de remeter a receita da fermentação, o que hoje faço acrescentando que os banhos devem ser de erva moura misturada com malvas”²¹³. Dias depois ele torna a escrever, desta vez alegando que consultará tanto o Agostinho, quanto ao Luiz Carlos: “falei ao Agostinho sobre a Carolina [...] mas amanhã hei de consultar também ao Luiz Carlos”²¹⁴.

Como tivemos oportunidade de observar nos excertos citados e que pode ser exemplificado a partir de jornais da época (Ver Fig. 14), fica difícil distinguirmos o que tinha de medicina tradicional, de homeopatia e de crendices e superstições nas receitas e conselhos apresentados pelos médicos, ratificando as palavras de Alencastro, do quão vasta era a cultura popular médica no oitocentos.

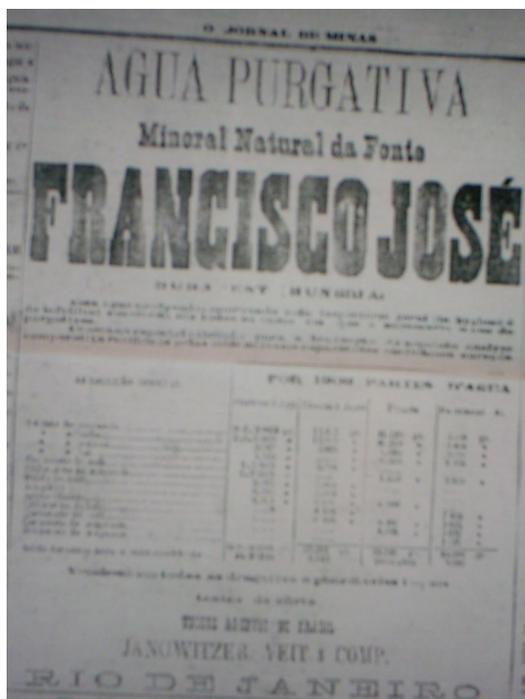


Fig.14. *Jornal de Minas*. Água Purgativa Francisco José, considerada milagrosa pela propaganda do jornal:

“Muita Atenção

A melhor de todas as águas medicinaes é a mineral natural da famosa fonte Francisco José”. *O Jornal de Minas*, Edição 1, Ouro Preto, 02/01/1890

O jornal de Minas, de 02/01/1890, e que se repetiu por muitos números, trazia a propaganda de uma água milagrosa, a Francisco José, capaz de curar “todos os casos em que é necessário o uso de purgativos”²¹⁵.

²¹³ AMI, Ouro Preto. Arquivo Fundo Barão de Camargos. Carta recebida por Maria Leonor de Magalhães Teixeira, de seu esposo Manoel Teixeira de Souza. RJ, 01/ago./1862. Caixa Correspondência e Diversos.

²¹⁴ AMI, Ouro Preto. Arquivo Fundo Barão de Camargos. Carta recebida por Maria Leonor de Magalhães Teixeira, de seu esposo Manoel Teixeira de Souza. RJ, 21/ago./1862. Caixa Correspondência e Diversos.

²¹⁵ APM, Arquivo Público Mineiro. *O Jornal de Minas*, Edição 1, Ouro Preto, 02/01/1890.

Em diversos casos parece que a medicina da época, não conseguiu atingir seus objetivos com sucesso, o que poderia explicar os elevados índices de mortalidade no Brasil Imperial. Várias missivas traziam como assunto, além dos inúmeros outros citados, a morte. A morte de alguém, um familiar, um conhecido, sempre é citada pelos missivistas. No mês de março de 1880, a baronesa escreve ao seu irmão Francisco, confirmando a notícia da morte do outro irmão, Antônio Luis: “Pela carta de meu filho Antônio foi o mano consciente de que é falecido o nosso caro e estimado irmão Antônio, foi mais um doloroso golpe que sofremos depois de tantas perdas, no decurso de apenas 5 anos”²¹⁶.

Certamente a baronesa referia-se à morte do barão e a outras, as quais não tomamos conhecimento pela documentação, quando fala de “tantas perdas”. De fato, o sofrimento não terminaria por aí, já que em 1881 quem viria a falecer era o seu filho Francisco. O irmão de Maria Leonor, homônimo de seu filho que falecera, escrevia em junho de 1881:

Tenho hoje a recepção da sua prezada carta de 26 de abril, com a qual me participa a inesperada notícia do falecimento do meu sobrinho Francisco; fiquei muito sentido não só porque recordava muito dele, mas também por causa da mana a quem não faltam poucas semelhantes aflições com tão numerosa família.²¹⁷

Francisco aproveita a mesma carta para, antevendo a morte de um irmão do barão, devido ao seu precário estado de saúde, prestar suas condolências a Maria Leonor:

A notícia que me dá do estado do Sr. João Batista, me faz supor que a estas horas terá terminado seus dias com sentimento de quantos o conheciam, e apreciaram suas virtudes. [...] Sei que a perda do seu ótimo cunhado será muito sensível a mana e aos sobrinhos por isso lhes recomendo resignação²¹⁸.

E os falecimentos não cessariam, visto que em 1883 são a filha da baronesa – Leopoldina – e a filha do falecido Antônio Luis – Francisca – que morrem. Fernando, o filho de Maria Leonor, assim a escreve:

²¹⁶ AMI, Ouro Preto. Arquivo Fundo Barão de Camargos. Carta emitida por Maria Leonor de Magalhães Teixeira, ao seu irmão Francisco. OP, 30/mar./1880. Caixa Correspondência e Diversos.

²¹⁷ AMI, Ouro Preto. Arquivo Fundo Barão de Camargos. Carta recebida por Maria Leonor de Magalhães Teixeira, de seu irmão Francisco. Florença, 17/jun./1881. Caixa Correspondência e Diversos.

²¹⁸ AMI, Ouro Preto. Arquivo Fundo Barão de Camargos. Carta recebida por Maria Leonor de Magalhães Teixeira, de seu irmão Francisco. Florença, 17/jun./1881. Caixa Correspondência e Diversos.

Não acabava de receber a comunicação do falecimento da minha cunhada e prima Chiquinha, eis que me chegava a notícia vinda por carta de Queluz para a Lagoa, do igualmente prematuro e lamentável falecimento de minha irmã Leopoldina! E dessa sorte vai se desfolhando de dia em dia a árvore frondosa de nossa família ainda há pouco tão numerosa e contente! Como hei de exprimir a dor que se concentra por uma série tão longa de reveses e de infortúnios, como os que sobre nós tem passado? Eu não vejo outro remédio de não chorar, e pedir a Deus que nos dispense o lenitivo que só Ele pode derramar como bálsamo consolador no coração dos que sofrem²¹⁹.

Em momentos de perdas como estes muitos eram os que, não podendo estar presentes, enviavam palavras de carinho e consolo por meio de cartas a baronesa. Sendo assim, Delfina Olímpia Ferreira, afilhada de Maria Leonor escreve:

Sendo tão grande a perda, que com palavras se não pode minorar, resta-nos a única consolação de que no prêmio de suas virtudes foi encontrada a S. D. Leopoldina perpétua compensação às efêmeras alegrias da vida, e que na posse da bem-aventurança, a morte é antes um benefício que, se permite o sentimento das saudades repele a tristeza incompatível com a idéia da eterna felicidade²²⁰.

O século XIX foi, para a boa sociedade imperial, marcadamente um século preocupado com a boa educação e o cumprimento das regras de etiqueta, que tinham por objetivo conferir aos seus membros o título de civilizados. Esses manuais de civilidade regulavam não apenas o comportamento, mas também a própria forma de escrever cartas, o que parece ter sido o caso da carta escrita pela afilhada de Leonor, que acabamos de citar.

No subcapítulo “Cartas de Pêsames”, do Código do Bom-Tom, José Inácio Roquette aconselhava: “Toda a carta de pêsames será curta e o seu único objeto é o de aprovar o justo motivo que aflige a pessoa que padece a aflição, juntando algumas reflexões e conselhos consolatórios, os quais devem ser tirados da religião”²²¹. Ao analisarmos o trecho escrito por Delfina Ferreira, percebemos que ambos os elementos

²¹⁹ AMI, Ouro Preto. Arquivo Fundo Barão de Camargos. Carta recebida por Maria Leonor de Magalhães Teixeira, de seu filho Fernando. Mercês de Pomba, 19/jul./1883. Caixa Correspondência e Diversos.

²²⁰ AMI, Ouro Preto. Arquivo Fundo Barão de Camargos. Carta recebida por Maria Leonor de Magalhães Teixeira, de sua afilhada Delfina Olímpia Ferreira. OP, 03/jul./1883. Caixa Correspondência e Diversos.

²²¹ ROQUETTE, José Inácio. *Código do bom-tom, ou, Regras da Civilidade e de bem viver no século XIX*. São Paulo: Cia das Letras, 1997, p. 285.

citados por Roquette podem ser encontrados: o motivo justo para o sofrimento da baronesa, em “sendo tão grande a perda, que com palavras se não pode minorar” e os conselhos consolatórios retirados a religião, em “resta-nos a única consolação de que no prêmio de suas virtudes foi encontrada a S. D. Leopoldina perpétua compensação às efêmeras alegrias da vida, e que na posse da bem-aventurança a morte é antes um benefício”.

Ao que parece, nem sempre era a morte – a Grande Ceifeira – quem procurava os seus contemplados; por vezes eram algumas pessoas que iam ao seu encontro, como foi o caso daqueles que se suicidavam. A leitura das correspondências, mesmo com todas as suas fragmentações, nos permite citar um caso emblemático a este respeito. João Carlos era mestre, professor de Manoel, um dos filhos mais velhos do casal. Parece que sofria com alguns problemas de ordem psíquica, dado o seu estado “transtornado” citado em carta de Manoel a Maria Leonor, o que interrompia os estudos do menino: “Muito sinto que o João Carlos esteja outra vez transtornado, convém entretanto que o Manoel não deixes de aproveitar os [ilegível] intervalos”²²². Apenas uma semana após a escrita da carta, o barão volta a escrever, lamentando o suicídio relatado por Leonor, e se mostrando preocupado com o destino dos estudos de Manoel, o que nos faz pensar que o mestre havia se matado:

Muito me sensibilizaram as notícias, que me destes do suicídio aí havido. [...] **Não sei como há de o Manoel continuar os seus estudos** convém que ele se esforce agora mais no latim, e que vá estudando em casa as outras matérias **até aparecer outro mestre** [*grifos nossos*]. Lembro que o João Carlos tinha em seu poder por empréstimo um livro do Manoel: o Manual do Bacharelado – em francês: é preciso que se procure por isso ²²³.

Embora não possamos afirmar categoricamente – pela falta de informações mais claras e pontuais – que o suicida seja o mestre João Carlos, é possível supô-lo dados os indícios.

²²² AMI, Ouro Preto. Arquivo Fundo Barão de Camargos. Carta recebida por Maria Leonor de Magalhães Teixeira, de seu esposo Manoel Teixeira de Souza. RJ, 20/jun./1853. Caixa Correspondência e Diversos.

²²³ AMI, Ouro Preto. Arquivo Fundo Barão de Camargos. Carta recebida por Maria Leonor de Magalhães Teixeira, de seu esposo Manoel Teixeira de Souza. RJ, 26/jun./1853. Caixa Correspondência e Diversos.

3.4. Quebrando a rotina do cotidiano: a vida social da boa sociedade imperial

O clima, que certamente foi um dos vilões para a saúde dos brasileiros, desencadeador de moléstias, também foi um assunto bastante abordado nas missivas de Maria Leonor: era a expressão do tempo ditado pela natureza, e o andar do cotidiano dependia dele. As correspondências de Maria Leonor nos permitem conhecer as noções de tempo que figuravam na vida de integrantes da boa sociedade imperial. Este tempo era um tempo plural, marcado pelos nascimentos, crescimentos das crianças e falecimentos de entes queridos, e também pelo tempo natural, das fortes chuvas e dos dias de intenso calor.²²⁴

Se chovia demais não se saía de casa: “Ainda não pude ir ver o mano Fernando, porque nas tardes, enfim tenho tentado fazê-lo, tem chovido e eu evito as umidades”²²⁵. Mas com o prolongar das chuvas não teve como Manoel delas escapar, já que precisava ir ao Senado. Assim, alguns dias depois da escrita da carta anterior, ele diz: “Apesar da chuva, que tem havido estes dois dias não deixei ainda de ir ao Senado”²²⁶.

Em carta datada de maio de 1853, os escritos do barão nos mostram a dimensão e os estragos causados pelas chuvas na corte, que como sabemos, tinha uma precária estrutura urbana

Já não se fala por aqui de febres, principalmente depois do dilúvio que aqui houve, que por muitos dias inundou a cidade e a destruiu em muitos lugares, causando enormes prejuízos chegou-se a andar em gamelas e jangadas pela Rua do Lavradio e outras entrou água em todas as casas de certas ruas a ponto de obrigar os moradores a abrigarem-se sobre as mesas e mobílias; enfim não há notícias de outras felizmente não tivemos novidade. Em casa, apenas temos ainda o nosso passeio ainda com alguns palmos d’água, que não tem por onde sair.²²⁷

²²⁴ MAUAD, Ana Maria e MUAZE, Mariana. A escrita da intimidade: história e memória no diário da viscondessa do Arcozelo. In. : GOMES, Ângela de Castro (org.). *Escrita de si, escrita da história*. Rio de Janeiro: FGV, 2004, p. 224.

²²⁵ AMI, Ouro Preto. Arquivo Fundo Barão de Camargos. Carta recebida por Maria Leonor de Magalhães Teixeira, de seu esposo Manoel Teixeira de Souza. RJ, 08/jul./1860. Caixa Correspondência e Diversos.

²²⁶ AMI, Ouro Preto. Arquivo Fundo Barão de Camargos. Carta recebida por Maria Leonor de Magalhães Teixeira, de seu esposo Manoel Teixeira de Souza. RJ, 11/jul./1860. Caixa Correspondência e Diversos.

²²⁷ AMI, Ouro Preto. Arquivo Fundo Barão de Camargos. Carta recebida por Maria Leonor de Magalhães Teixeira, de seu esposo Manoel Teixeira de Souza. RJ, 26/mai./1853. Caixa Correspondência e Diversos.

As chuvas também paralisavam a vida social na corte, como confirmam os seguintes trechos de cartas recebidas por Maria Leonor, de seu esposo: “as chuvas ainda se reproduzem, e por isso não há bailes, nem coisa que preste”²²⁸ e “não saímos hoje de casa, nem para ir à missa, por ter chovido todo o dia”²²⁹.

Quando o sol resolvia aparecer, isto também era informado na missiva, parecendo ser o clima mais desejado por Manoel: “o tempo aqui tem estado ora temperado, ora até caloroso, mas não em excesso. Não parecendo estação de frio: se fosse sempre assim não havia nada melhor”²³⁰. As estações do ano, por vezes, se prolongavam como parece ter sido a sensação de Maria Leonor, quando escreve ao barão em junho de 1873: “muito calor tem feito aqui, o veranico principiou a 25 de dezembro e ainda continua”²³¹. Se o clima esfriava, logo chegavam a Manoel as notícias das conseqüências que este causava a sua prole: “com o costumado prazer recebi a tua de 12 do corrente, vendo por ela todavia que o frio tem sido aí excessivo, causando constipações e dores de dente às meninas”²³².

Por sorte as chuvas davam bastante trégua, permitindo que a vida social, tanto em Ouro Preto quanto no Rio de Janeiro, acontecesse. O que entrava em cena eram as festas religiosas e leigas, bem como os jantares, as idas a teatros e óperas, tudo narrado nas correspondências trocadas por Maria Leonor e Manoel. As festas religiosas, principalmente as procissões, pareciam agradar bastante o casal. Em maio de 1853, o barão escreve: “notificamos a bela procissão do Corpo de Deus e muito aplaudi é a

²²⁸ AMI, Ouro Preto. Arquivo Fundo Barão de Camargos. Carta recebida por Maria Leonor de Magalhães Teixeira, de seu esposo Manoel Teixeira de Souza. RJ, 02/jun./1853. Caixa Correspondência e Diversos.

²²⁹ AMI, Ouro Preto. Arquivo Fundo Barão de Camargos. Carta recebida por Maria Leonor de Magalhães Teixeira, de seu esposo Manoel Teixeira de Souza. RJ, 03/ago./1862. Caixa Correspondência e Diversos.

²³⁰ AMI, Ouro Preto. Arquivo Fundo Barão de Camargos. Carta recebida por Maria Leonor de Magalhães Teixeira, de seu esposo Manoel Teixeira de Souza. RJ, 20/jun./1860. Caixa Correspondência e Diversos. Arquivo Fundo Barão de Camargos. AMI, Ouro Preto.

²³¹ AMI, Ouro Preto. Arquivo Fundo Barão de Camargos. Carta emitida por Maria Leonor de Magalhães Teixeira, ao seu esposo Manoel Teixeira de Souza. OP, 08/jun./1873. Caixa Correspondência e Diversos.

²³² AMI, Ouro Preto. Arquivo Fundo Barão de Camargos. Carta recebida por Maria Leonor de Magalhães Teixeira, de seu esposo Manoel Teixeira de Souza. RJ, 17/jun./1862. Caixa Correspondência e Diversos.

primeira festa, que vejo este ano, a não ser uma peça dramática no teatro de S. Pedro que não tive ânimo de agüentar toda”²³³.

Na leitura das cartas podemos perceber que o barão, ao mudar-se para o Rio não gostava muito de festas, acostumando-se pouco a pouco com a movimentada vida da corte, e dela participando mais. Porém, as procissões pareciam encantá-lo. No ano de 1862, torna a acompanhar a procissão do Corpo de Deus, narrando a bela festa com ares de nostalgia: “hoje fui assistir à Procissão do Corpo de Deus, que esteve muito bonita, e muito me lembrei de ti e das meninas”²³⁴. A procissão de São José, assistida pelo barão dois anos antes também aparece numa das cartas, acompanhada de um comentário sobre o crescimento populacional na cidade: “assistimos a procissão de São José, que também passou pela nossa rua: foi extraordinária a ocorrência de povo pelas ruas até 10 horas da noite, parece que a população tem dobrado em 4 anos!”²³⁵. Este sentimento de Manoel, de que a população da cidade do Rio de Janeiro havia dobrado em quatro anos, não passava de uma simples impressão. Pelo censo de 1872 é possível percebermos que a população não cresceu de forma tão expressiva no ano citado pelo barão. No ano de 1849, por exemplo, a população total do Rio era de 268.386 habitantes, enquanto que no ano de 1872, era de 274.972 habitantes, totalizando um crescimento de 6.586, no decurso de 23 anos²³⁶.

Anos mais tarde, com o barão e alguns filhos já falecidos, Maria Leonor escreve a Elisa, sua filha, lembrando com saudades das comemorações religiosas do mês de maio: “amanhã começa o mês de Maria aqui na Matriz, começa o mês das festas, e também apertam mais as saudades de tempos melhores e já passados”²³⁷.

As narrativas de Manoel, sobre as festas que freqüentara, nos permitem descortinar um pouco como era a vida social das elites na corte, mesmo que, por vezes,

²³³ AMI, Ouro Preto. Arquivo Fundo Barão de Camargos. Carta recebida por Maria Leonor de Magalhães Teixeira, de seu esposo Manoel Teixeira de Souza. RJ, 26/mai./1853. Caixa Correspondência e Diversos.

²³⁴ AMI, Ouro Preto. Arquivo Fundo Barão de Camargos. Carta recebida por Maria Leonor de Magalhães Teixeira, de seu esposo Manoel Teixeira de Souza. RJ, 19/jun./1862. Caixa Correspondência e Diversos.

²³⁵ AMI, Ouro Preto. Arquivo Fundo Barão de Camargos. Carta recebida por Maria Leonor de Magalhães Teixeira, de seu esposo Manoel Teixeira de Souza. RJ, 18/jun./1860. Caixa Correspondência e Diversos.

²³⁶ FLORENTINO, Manolo (org.). *Tráfico, cativo e liberdade* (Rio de Janeiro, séculos XVII-XIX). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, p.335.

²³⁷ AMI, Ouro Preto. Arquivo Fundo Barão de Camargos. Carta emitida por Maria Leonor de Magalhães Teixeira, ao seu esposo Manoel Teixeira de Souza. OP, 29/abr./1885. Caixa Correspondência e Diversos.

frequentados por “obrigação”: “poucas vezes tenho ido a teatros, a bailes será amanhã [o] 2º isso mesmo para ver o Cassino, e para se dizer que os deputados de Minas não o freqüentam por econômicos: a diretoria mandou desta vez cartões a todos os deputados e para tanto não há remédio”²³⁸. Outra missiva aponta um aspecto bastante curioso: o do reconhecimento do papel do dinheiro para o pertencimento aos altos escalões da sociedade: “ontem fomos a um magnífico jantar do Antônio José pelos anos da D. Ana [...] foram todos os deputados de Minas: não há nada como ter dinheiro, bom gosto e alegria”²³⁹.

O ano de 1860 também parece ter sido repleto de divertimentos na corte, embora não tanto quanto estava habituado o barão: “pouco tenho me divertido, tendo ido duas vezes ao teatro lírico, e amanhã pretendo ir à partida do Marquês de Olinda, a cujo convite já faltei uma vez”²⁴⁰. Poucos dias depois, Manoel volta a citar os compromissos sociais que compareceria: “hoje, temos outro baile em casa do Ministro do Império, e amanhã um jantar de alguns senadores em Hotel da Europa, no qual eu entro também”²⁴¹. Estes dois festejos são narrados em carta escrita dois dias depois, com um interessante comentário, de que forjava-se um hábito novo na corte, o de dividir a conta: “anteontem fui ao baile do Ministro do Império, e ontem a um jantar que no Hotel da Europa demos a nós mesmos alguns membros do senado em número de vinte e tantos, entretanto cada um com 10 mil réis; é bom meio de comer-se bons petiscos para pouco dinheiro”²⁴². E parece que os senadores gostaram da prática, já que repetem a festa: “anteontem tivemos o nosso jantar de senadores e deputados conservadores em número

²³⁸ AMI, Ouro Preto. Arquivo Fundo Barão de Camargos. Carta recebida por Maria Leonor de Magalhães Teixeira, de seu esposo Manoel Teixeira de Souza. RJ, 26/jun./1853. Caixa Correspondência e Diversos.

²³⁹ AMI, Ouro Preto. Arquivo Fundo Barão de Camargos. Carta recebida por Maria Leonor de Magalhães Teixeira, de seu esposo Manoel Teixeira de Souza. RJ, 14/ago./1853. Caixa Correspondência e Diversos.

²⁴⁰ AMI, Ouro Preto. Arquivo Fundo Barão de Camargos. Carta recebida por Maria Leonor de Magalhães Teixeira, de seu esposo Manoel Teixeira de Souza. RJ, 27/jun./1860. Caixa Correspondência e Diversos.

²⁴¹ AMI, Ouro Preto. Arquivo Fundo Barão de Camargos. Carta recebida por Maria Leonor de Magalhães Teixeira, de seu esposo Manoel Teixeira de Souza. RJ, 02/jul./1860. Caixa Correspondência e Diversos.

²⁴² AMI, Ouro Preto. Arquivo Fundo Barão de Camargos. Carta recebida por Maria Leonor de Magalhães Teixeira, de seu esposo Manoel Teixeira de Souza. RJ, 04/jul./1860. Caixa Correspondência e Diversos.

de 80, é visto que foi coisa esplêndida, custou 1:600\$000 réis tocando 200\$000 réis a cada um”²⁴³.

Curiosa é a missiva de agosto de 1862, em que o barão parece justificar suas farras, como resposta a algum comentário feito por Maria Leonor:

Faz pois idéia de como passaríamos aborrecidos não tendo por distração, senão o infalível gamão que trabalhou todo o dia. Conto-te estas coisas, para não penses que estou cá num labirinto de divertimentos, pois sei que é esse o juízo que fazem ordinariamente as senhoras mulheres [...]: não é assim! [...] Não tenho mais nada que contar, pois à exceção de uma vez ao teatro Lírico, outra ao de S. Pedro, e outra ao circo, não tenho ido a mais parte alguma²⁴⁴.

As palavras de Manoel certamente nos fazem comprovar que a vida de um político vivendo na corte do Rio de Janeiro devia ser muito mais movimentada. Na tentativa de se justificar, o barão acaba por acrescentar mais uma saída ao seu rol de diversões: a ida ao circo, que não consta em nenhuma das cartas anteriores.

As festas certamente foram um lugar privilegiado para que o barão pudesse reparar as modas que estavam em uso na corte, missão que as filhas o incumbiram. E, diga-se de passagem, ele cumpriu tal tarefa com bastante afinco. No mês de junho do ano de 1860, escreve: “diga às meninas que não tenho tido ainda bastante tempo para reparar as modas mas, que estão ainda em uso os balões, os chapelinhos pequenos como o seu com capinhas compridas”²⁴⁵.

Era preocupação constante entre as famílias de elite a aparência: não bastava ser rico, tinham que parecer ricos também. Ao investigarem o cotidiano e a intimidade da viscondessa do Arcozelo através de registros deixados num diário, Ana Maria Mauad e Mariana Muaze constataam que a preocupação com a aparência e, principalmente, com a vestimenta dava-se por ser “imprescindível para os membros da elite dominante que o

²⁴³ AMI, Ouro Preto. Arquivo Fundo Barão de Camargos. Carta recebida por Maria Leonor de Magalhães Teixeira, de seu esposo Manoel Teixeira de Souza. RJ, 10/jun./1862. Caixa Correspondência e Diversos.

²⁴⁴ AMI, Ouro Preto. Arquivo Fundo Barão de Camargos. Carta recebida por Maria Leonor de Magalhães Teixeira, de seu esposo Manoel Teixeira de Souza. RJ, 03/ago./1862. Caixa Correspondência e Diversos.

²⁴⁵ AMI, Ouro Preto. Arquivo Fundo Barão de Camargos. Carta recebida por Maria Leonor de Magalhães Teixeira, de seu esposo Manoel Teixeira de Souza. RJ, 01/jun./1860. Caixa Correspondência e Diversos.

lugar de prestígio que ocupam na pirâmide social condiga com a imagem que o restante da sociedade faz desse lugar”²⁴⁶.

Numa sociedade demasiadamente marcada pelo “parecer”, em que o que aparentemente diferenciava o ser escravo de ser livre era o uso de sapatos, por exemplo, é explicável que as mulheres quisessem saber das modas da corte. Mas estas certamente não eram as suas únicas “vítimas”. Em carta de janeiro de 1854, o filho Manoel escreve: “peço a minha mãe para mandar camisa de chita que aqui se usam muito tanto que furtaram a minha”²⁴⁷.

Sobre os trajes masculinos, Gilberto Freyre atesta que, enquanto os homens andavam dentro de casa de chambre, “nas ruas ostentava[m] condecorações e insígnias de mando”²⁴⁸. Freyre afirma, ainda, que algumas publicações de jornais oitocentistas traziam em seus anúncios “dragonas, fardas, plumas”, “chapeos armados para Cavalleiros da Ordem de Christo” e ainda “espadins de corte para titulares”²⁴⁹. Este tipo de ornamentação masculina era, certamente, mais apreciado por aqueles titulares do Império, que não se contentavam em possuir um brasão, mas queriam ostentá-lo também através de suas vestes, como parece ter sido o caso de Manoel Teixeira de Souza. (Ver Fig. 15)



Fig.15. Traje que pertenceu a Manoel Teixeira de Souza, o barão de Camargos. MI, Museu da Inconfidência. Ouro Preto.

²⁴⁶ MAUAD, Ana Maria e MUAZE, Mariana. A escrita da intimidade: história e memória no diário da viscondessa do Arcozelo. In. : GOMES, Ângela de Castro (org.). *Escrita de si, escrita da história*. Rio de Janeiro: FGV, 2004, p. 214.

²⁴⁷ AMI, Ouro Preto. Arquivo Fundo Barão de Camargos. Carta recebida por Maria Leonor de Magalhães Teixeira, de seu filho Manoel Teixeira de Souza. Congonhas, 31/jan./1854. Caixa Correspondência e Diversos.

²⁴⁸ FREYRE, Gilberto. *Sobrados e Mucambos*: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano. 15ª Ed. São Paulo: Global, 2004, p. 215.

²⁴⁹ *Idem, ibidem*.

Mas sem dúvida alguma eram a baronesa e suas filhas as mais preocupadas com os figurinos. Já começando a se inteirar da moda em vigor, escreve o barão:

Diga às meninas que lhes mandarei os figurinos, o que já me tinha lembrado de fazer, mas esperava poder mandar ao mesmo tempo alguma fazenda: será bom que elas digam o que mais precisam para não comprar inutilidades. Os balões estão assim no vigor da moda, mandem dizer se querem que os mande, mas é preciso que os vestidos tenham muita roda. Em geral andam as senhoritas de vestidos justos e manteletes pretos de cambraia ou veludo até abaixo²⁵⁰.

As correspondências nos trazem uma saborosa leitura quando versam sobre este tema, com os interessantíssimos comentários do barão. Um mês após a escrita da carta acima, tendo recebido um pedido do filho Fernando, em que pede ao pai um capote, este responde: “diga ao Fernando que recebi a sua carta, em que pede o capote, mas isso é traje que já não se usa: entretanto verei o como arranjam os”²⁵¹. O trecho citado pode aludir a dois aspectos significativos: a um cuidado do barão, como pai zeloso que era, em não querer contrariar o pedido do filho, como também a certo descompasso que poderia existir entre a moda da capital do Império e da capital da província mineira.

Entretanto, o cuidado do barão com os filhos e sua preocupação em não desagradá-los, pode ser percebida também em outras missivas. Em agosto de 1862 teria o barão enviado umas fazendas para que se fizessem saias para as suas filhas. Entretanto, ao que parece, faltara pano e Manoel sugerira que se fizesse uma emenda, o que teria desagradado a baronesa e as meninas. À reclamação destas, responde o barão: “vejo o que me dizes sobre as saias das meninas, pois ainda acho que se poderia muito bem unir os panos de umas com as outras, apesar da diferença dos bordados, que ninguém dava pela coisa, mas como não aprovam, darei outro remédio”²⁵².

Não deixa de ser curioso ver um homem opinando com tanta propriedade nas modas femininas, sabendo inclusive das preferências das mulheres. Numa outra missiva, considerando ter feito uma boa compra de tecidos, ele escreve:

²⁵⁰ AMI, Ouro Preto. Arquivo Fundo Barão de Camargos. Carta recebida por Maria Leonor de Magalhães Teixeira, de seu esposo Manoel Teixeira de Souza. RJ, 29/jun./1860. Caixa Correspondência e Diversos.

²⁵¹ AMI, Ouro Preto. Arquivo Fundo Barão de Camargos. Carta recebida por Maria Leonor de Magalhães Teixeira, de seu esposo Manoel Teixeira de Souza. RJ, 09/jul./1860. Caixa Correspondência e Diversos.

²⁵² AMI, Ouro Preto. Arquivo Fundo Barão de Camargos. Carta recebida por Maria Leonor de Magalhães Teixeira, de seu esposo Manoel Teixeira de Souza. RJ, 01/ago./1862. Caixa Correspondência e Diversos.

As sedinhas foram uma verdadeira pechincha, pois servem até para vestido das meninas para passeio etc, podendo cada uma fazer dois vestidos, e também as pequenas: custaram o preço de chitas, e entretanto sempre são sedas. Os 3 cortes de lã são 1 o escuro para você, 1 para Maricota, e 1 para Antônia²⁵³.

E, não contente em apenas comprar e remeter os cortes de tecido, o barão explica como devem ser costurados os modelos: “os destas devem ser tiras como um fofo, que se faz da mesma fazenda franzindo-se como crespo para baixo uma tira larga de 1 palmo ou 1½, e para cima listrinhas”²⁵⁴.

Manuel não reparava apenas nas roupas, os chapéus também estavam em sua mira. Depois de bastante reparar ele descreve: “há uns muito modernos de palha de malha à amazonas redondos com abas de veludo com plumas brancas ou pretas, mas não servem para tudo, salvo para mocinhas que usam deles em todos os atos, para as grandes só em passeios”²⁵⁵, mostrando que além de ver o que se usava era importante relatar quem, onde e quando se podia usar.

Anos mais tarde, tendo o barão falecido, as notícias de moda vinham de fora do país, mostrando que essas preocupações foram se sofisticando. No ano de 1882, Maria Leonor escreve ao seu irmão Francisco, agradecendo os jornais de modas que este havia remetido da Europa: “tenho recebido os jornais de modas e muito lhe agradeço”²⁵⁶.

Mas, ao que parece, nem todos eram fiéis seguidores dos mandos e desmandos da moda. E é então que entra em cena o nosso cônego Roquette, sempre atento às normas de etiqueta. O personagem, que escreve o código de boas maneiras aos dois filhos, ao dirigir-se à filha Eugênia, referindo-se à moda, aconselha a não se prender a esta: “o nome de moda diz mudança, inconstância” e “se, pois, a moda muda a cada instante, por que razão serás tu escrava de sua inconstância?”²⁵⁷ [*grifos do autor*].

²⁵³AMI, Ouro Preto. Arquivo Fundo Barão de Camargos. Carta recebida por Maria Leonor de Magalhães Teixeira, de seu esposo Manoel Teixeira de Souza. RJ, 07/jun./1862. Caixa Correspondência e Diversos.

²⁵⁴AMI, Ouro Preto. Arquivo Fundo Barão de Camargos. Carta recebida por Maria Leonor de Magalhães Teixeira, de seu esposo Manoel Teixeira de Souza. RJ, 07/jun./1862. Caixa Correspondência e Diversos.

²⁵⁵AMI, Ouro Preto. Arquivo Fundo Barão de Camargos. Carta recebida por Maria Leonor de Magalhães Teixeira, de seu esposo Manoel Teixeira de Souza. RJ, 09/ago./1860. Caixa Correspondência e Diversos.

²⁵⁶AMI, Ouro Preto. Arquivo Fundo Barão de Camargos. Carta emitida por Maria Leonor de Magalhães Teixeira, ao seu irmão Francisco. OP, 25/mai./1882. Caixa Correspondência e Diversos.

²⁵⁷ ROQUETTE, José Inácio. *Código do bom-tom, ou, Regras da Civilidade e de bem viver no século XIX*. São Paulo: Cia das Letras, 1997, p. 386.

Pudemos perceber, através da leitura e análise de alguns trechos das correspondências de Maria Leonor, o quão ricas estas fontes podem se apresentar, principalmente para conhecermos um pouco mais o cotidiano das famílias mais abastadas do Império. Decerto se fôssemos citar todos os pormenores – sem perder na importância e riqueza para os estudos históricos – contidos nas missivas, nos faltaria espaço num capítulo. Acreditamos ter conseguido ao menos esboçar as vivências cotidianas da rede de pessoas que cercava a família da viscondessa de Camargos, dando a conhecer detalhes para uma maior compreensão da complexidade de relações que envolviam a boa sociedade imperial.

Considerações finais

E dessa sorte vai se desfolhando de dia em dia a árvore frondosa de nossa família ainda há pouco tão numerosa e contente!²⁵⁸

A série de falecimentos no núcleo Teixeira de Souza Magalhães, que iniciara-se em fins da década de 1870 com a morte de Manoel, e que, como demonstram as palavras de Fernando, continuaram na década seguinte, abalaria para a sempre a estrutura sólida desta numerosa família.

No presente trabalho tivemos a oportunidade de conhecer, através dos registros íntimos de Maria Leonor de Magalhães Teixeira, como a noção de família era concebida e vivenciada por parte da elite oitocentista mineira. O estudo das correspondências privadas de Maria Leonor, que se tornaria baronesa e viscondessa de Camargos, nos permitiu entender alguns dos significados da família e como esta vivência familiar era experimentada pelas classes senhoriais.

Vimos que a manutenção da riqueza, do poder e do *status* social era encarada não através de interesses individuais, mas acima de tudo, como um interesse coletivo, que permitiria que aquele grupo familiar continuasse a existir e a gozar de um estatuto privilegiado na sociedade imperial.

Os casamentos arranjados, a aquisição de títulos e brasões de nobreza, a participação em tudo o que estivesse ligado à modernidade, como as exposições internacionais, a criação de redes de solidariedade e de apadrinhamentos, as constantes trocas epistolares entre familiares, apresentaram-se como principais perpetuadores da instituição mais sólida e de maior prestígio nos anos do Império: a família. Tais estratégias eram práticas cotidianas, tecidas e reforçadas com o passar dos dias no interior desta família.

A instituição familiar foi a maior referência para grande parte das elites oitocentistas. Era na ou para a família que quase todas as ações individuais convergiam, sendo que os interesses individuais, eram quase sempre sobrepostos pelos interesses familiares. Tal constatação nos permite pensar, então, que era o sentimento de

²⁵⁸ AMI, Ouro Preto. Arquivo Fundo Barão de Camargos. Carta recebida por Maria Leonor de Magalhães Teixeira, de seu filho Fernando. Mercês de Pomba, 19/jul./1883. Caixa Correspondência e Diversos.

pertencimento que a família emanava o que permitiu que o núcleo familiar dos Teixeira de Souza Magalhães existisse e resistisse, enquanto pertencente a uma classe abastada, por um período de mais de meio século, numa sociedade em constante transformação.

Fontes

Auto de Justificação, Códice 442. Auto 9261, 1º Ofício. AMI, Ouro Preto. Arquivo Fundo Barão de Camargos.

Correspondências emitidas e recebidas por Maria Leonor de Magalhães Teixeira, Viscondessa de Camargos. AMI, Ouro Preto. Arquivo Fundo Barão de Camargos. Caixa Correspondência e Diversos.

Inventário *post-mortem* de Manoel Teixeira de Souza, Barão de Camargos. Caixa 28, Auto 312, 1º Ofício. Ano de 1878. AMI, Ouro Preto. Arquivo Fundo Barão de Camargos.

Inventário *post-mortem* de Maria Leonor de Magalhães Teixeira, Viscondessa de Camargos. Maço 107, 1º Ofício. Ano de 1902. AMI, Ouro Preto. Arquivo Fundo Barão de Camargos.

Bibliografia

ANDRADE, Mário de. *Cartas a Anita Malfatti*. Organização Marta Rossetti Batista. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989.

ANTONIL, André João. *Cultura e opulência do Brasil*. São Paulo: Melhoramentos, 1976.

ARTIÈRES, Philippe. Arquivar a própria vida. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v.11, n.21, p. 9-34, 1998.

BONSEMBIANTE, Marcella Marques. *Barão de Camargos: A razão clientelista em Minas Gerais (1840-1853)*. Franca: Unesp, 2006. (Dissertação de Mestrado)

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaina (orgs.). *Usos e abusos da história oral*. RJ: Ed. Da Fundação Getúlio Vargas, 1998.

_____. A leitura, uma prática cultural. In: CHARTIER, Roger (org.). *Práticas da leitura*. SP: Estação da Liberdade, 2001.

BRÜGGER, Silvia Maria Jardim. *Minas patriarcal: família e sociedade (São João Del Rei – Séculos XVIII e XIX)*. São Paulo: Annablume, 2007.

CALLIGARIS, Contardo. Verdades de autobiografias e diários íntimos. *Estudos Históricos*. RJ, v.11, n.21, 1998.

CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem. A elite política imperial*. RJ: Campus, 1980.

_____. Rui Barbosa e a razão clientelista. *Dados*, vol.43, n.1, Rio de Janeiro, 2000.

CASTRO, Celso. O diário de Bernardina. In: GOMES, Ângela de Castro (org.). *Escrita de si, escrita da História*. RJ: FGV, 2004.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano*, 1: artes de fazer. 14ª Ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

CHARLE, Christophe. Como anda a história das elites e da burguesia? Tentativa de balanço crítico da historiografia contemporânea. In: HEINZ, Flávio M. (org.). *Por outra história das elites*. RJ: FGV, 2006.

CHARTIER, Roger. *A História Cultural entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1988.

_____. A história hoje: dúvidas, desafios, propostas. *Revista Estudos Históricos*, n. 13, 1994.

CORRÊA, Mariza. Repensando a família patriarcal brasileira. *Cadernos de Pesquisa*. São Paulo, (37): 5-16, Mai. 1981.

COSTA, Iraci Del Nero da. A estrutura familiar e domiciliária em Vila Rica no alvorecer do século XIX. *RIEB*, (19): 17-34, 1977.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Quotidiano e Poder em São Paulo no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

_____. Hermenêutica do Quotidiano na Historiografia Contemporânea. *Revista Projeto História*, v. 17, 1998.

D'INCAO, Maria Ângela. Mulheres e família burguesa. In: PRIORE, Mary Del (org.). *História das mulheres no Brasil*. 2 ed. SP: Contexto, 1997.

DUBY, Georges e PERROT, Michelle (orgs.). Escrever a história das mulheres. In: *História das Mulheres no Ocidente*. O século XIX. V.4. SP: Ebradil; Porto: Afrontamento, 1990.

DUBY, Georges. Prefácio. In: VEYNE, P. (org.). *História da vida privada: do Império Romano ao ano mil*. São Paulo: Cia das Letras, 1992.

ELIAS, Norbert. *O processo civilizador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990.

FARIA, Sheila de Castro. *A colônia em movimento: fortuna e família no cotidiano colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

_____. História da família e demografia histórica. In.: CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo (orgs.). *Domínios da História: ensaios de Teoria e Metodologia*. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997.

FERREIRA, Marieta de Moraes. Correspondência familiar e rede de sociabilidade. In: GOMES, Ângela de Castro (org.). *Escrita de si, escrita da História*. RJ: FGV, 2004.

FIGUEIREDO, Betânia. *A arte de curar: cirurgiões, médicos, boticários e curandeiros no século XIX em Minas Gerais*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 2002.

FLORENTINO, Manolo (org.). *Tráfico, cativo e liberdade* (Rio de Janeiro, séculos XVII-XIX). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

FOUCAULT, Michel. A escrita de si. In: *O que é um autor?* Lisboa: Vega, Passagens, 1992.

FRAISSE, Geneviève e PERROT, Michelle. Introdução: ordens e liberdades. In: *História das Mulheres no Ocidente*. O século XIX. V.4. SP: Ebradil; Porto: Afrontamento, 1990.

_____. A mulher civil, pública e privada. Introdução. In: DUBY, Georges e PERROT, Michelle (orgs.). *História das Mulheres no Ocidente*. O século XIX. V.4. SP: Ebradil; Porto: Afrontamento, 1990.

FRAISSE, G. Da destinação ao destino. História filosófica da diferença entre os sexos. In: DUBY, Georges e PERROT, Michelle (orgs.). *História das Mulheres no Ocidente*. O século XIX. V.4. SP: Ebradil; Porto: Afrontamento, 1990.

FREYRE, Gilberto. *Casa-Grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. 49ªed. São Paulo: Global Editora, 2004.

_____. *Sobrados e Mucambos: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano*. São Paulo: Global Editora, 2004.

GALVÃO, Walnice N; GOTLIB, Nádia. *Prezado senhor, prezada senhora. Estudos sobre cartas*. SP: Cia das Letras, 2000.

GAMA, Padre Lopes Gama. *O Carapuço: crônicas de costumes*. São Paulo: Cia das Letras, 1996.

GAY, Peter. *A experiência burguesa: da Rainha Vitória a Freud. A educação dos sentidos*. São Paulo: Cia das Letras, 1989.

GINZBURG, Carlo. Raízes de um paradigma indiciário. In: *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. SP: Cia das Letras, 1989.

GODINEAU, Dominique. Filhas da liberdade e cidadãs revolucionárias. In: DUBY, Georges e PERROT, Michelle (orgs.). *História das Mulheres no Ocidente*. O século XIX. V.4. SP: Ebradil; Porto: Afrontamento, 1990.

GOFFMANN, Erving. *A representação do eu na vida cotidiana*. Petrópolis: Vozes, 1975.

GOMES, Ângela de Castro. Escrita de si, escrita da História: a título de prólogo. In:_____. *Escrita de si, escrita da História*. RJ: FGV, 2004.

_____. O ministro e sua correspondência: projeto político e sociabilidade intelectual. In: GOMES, A. de C. (org.). *Capanema: o ministro e seu ministério*. RJ: FGV, 2000.

_____. Nas malhas do feitiço: o historiador e os encantos dos arquivos privados. *Estudos históricos*, Rio de Janeiro, vol.11, n.21, 1998.

GONÇALVES, Andréa Lisly. *História e Gênero*. BH: Autêntica, 2006.

GRAHAM, Richard. *Clientelismo e Política no Brasil do Século XIX*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.

GRAHAM, Sandra Lauderdale. *Caetana diz não*. História de mulheres da sociedade escravista brasileira. São Paulo: Cia das Letras, 2005.

GUARINELLO, Norberto Luiz. História científica, história contemporânea e história cotidiana. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v.24, n.48, p. 13-38, 2004.

HABERMAS, Jürgen. A família burguesa e a institucionalização de uma privacidade ligada ao público. In.: *Mudança estrutural na esfera pública*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

HEINZ, Flávio M. Considerações acerca de uma história das elites. *Logos*, Canoas, v.11, n.1, p.41-52, maio 1998.

HELLER, Agnes. Estrutura da vida cotidiana. In.: *O cotidiano e a história*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

HESPANHA, Antonio Manuel. *Imbecillitas*. As bem-aventuranças da inferioridade nas sociedades de Antigo Regime. Belo Horizonte: UFMG/FAFICH, 2008

HEYMANN, Luciana Quillet. *As obrigações do Poder: relações pessoais e vida pública na correspondência de Filinto Müller*. Rio de Janeiro:UFRJ, 1997. (Dissertação de Mestrado)

HORTA, Cid Rebello. *Famílias governamentais de Minas Gerais*. In: Seminário de Estudos Mineiros. Belo Horizonte: UFMG, 1956.

HUNT, Lynn. Revolução francesa e vida privada. In.: *História da Vida privada. Da Revolução Francesa à primeira Guerra*. São Paulo: Cia das Letras, 1991.

IGLÉSIAS, Francisco. Minas Gerais. In: HOLANDA, Sérgio Buarque e CAMPOS, Pedro Moacyr (dir.). *História Geral da Civilização Brasileira. O Brasil Monárquico. Dispersão e Unidade*. 4ªed. Rio de Janeiro/São Paulo: Difel, 1978.

JULLIARD, Jacques. A política. In: LE GOFF, Jacques e NORA, Pierre (dir.). *História: novas abordagens*. RJ: Francisco Alves, 1988.

KANTOR, Íris. *Os Ramires de outras eras em outros espaços: breves comentários sobre as formas de apropriação do ethos nobiliárquico na América portuguesa... . Almanack Braziliense*, n.02, nov. 2005.

KUZNESOFF, Elisabeth Anne. A família na sociedade brasileira: parentesco, clientelismo e estrutura social (São Paulo, 1700-1980). *Revista Brasileira de História*, n. 17. São Paulo: Marco Zero/ANPUH, 1988/1989.

LANGSDORFF, E. de. *Diário da Baronesa de Langsdorff relatando sua viagem ao Brasil por ocasião do casamento de S. A. R. o Príncipe de Joinville: 1842-1843*. Florianópolis: Ed. Mulheres; Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2000.

LE GOFF, Jacques. A História do Quotidiano. In.: *História e Nova História*. 3 ed. Lisboa: Teorema, s/d.

LEITE, Miriam Moreira. *A condição feminina no Rio de Janeiro, século XIX*. SP: Hucitec; Brasília: INL, 1984.

LEITE, Ilka Boaventura. *Antropologia da viagem: escravos e libertos em Minas Gerais no século XIX*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1996.

LEVI, Giovanni. Usos da biografia. In: FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaina (orgs.). *Usos e abusos da história oral*. RJ: Ed. Da Fundação Getúlio Vargas, 1998.

LEVILLAIN, Philippe. Os protagonistas: da biografia. In: RÈMOND, René (org.). *Por uma história política*. RJ: FGV, 2003.

LEWKOWICZ, Ida. *Vida em família: caminhos da igualdade em Minas Gerais (séculos XVIII e XIX)*. São Paulo: USP, 1992. (Tese de Doutorado)

LIMA, Kleverton Teodoro de. *Práticas missivistas íntimas no início do século XX*. BH: FAFICH, 2007. (Dissertação de Mestrado)

LIMA JUNIOR, Augusto de. *Vila Rica de Ouro Preto: síntese histórica e descritiva*. Belo Horizonte: Augusto de Lima Jr., 1957.

LYONS, Martym. *Práticas de leitura, práticas de escritura: cartas de amor e escritas íntimas – França e Austrália, século XIX*. Juiz de Fora, *Locus: Revista de História*, v.4, n.2, 1998, p.55-67.

MALERBA, Jurandir. Algumas histórias da vida privada de determinadas classes sociais em certas regiões do Brasil. *Revista Tempo*. Rio de Janeiro, vol.3, n.6, 1998, pp. 215-228.

_____. *O Brasil Imperial (1808-1889): Panorama da história do Brasil no século XIX*. Maringá: Ed. UEM, 1999.

MARQUES, Rita de Cássia. Cartas de homens para o “Médico de Senhoras”. *CRONOS: Revista de História*. Pedro Leopoldo, n. 6, 2002, pp. 164 – 173.

MARTINS, J. de S. Apontamentos sobre vida cotidiana e História. *Anais do Museu Paulista*, n.4, 1996.

MATOS, Ilmar Rohloff de. *O tempo saquarema. A formação do Estado Imperial*. 4 ed. RJ: Access, 1999.

MATOS, Maria Izilda S. de. Do público para o privado: redefinindo espaços e atividades femininas. *Cadernos Pagú*. São Paulo: Unicamp, p. 97-115, 1995.

_____. Na trama urbana: do público, do privado e do íntimo. *Projeto História*. São Paulo: Educ, n.13, p.129-149, 1996.

_____. *Cotidiano e cultura*. História, Cidade e Trabalho. Bauru, SP: Edusc, 2002.

MAUAD, Ana Maria. In: NOVAIS, Fernando A. (coord.); ALENCASTRO, Luiz Felipe de (org.) *História da Vida privada no Brasil*. Império: a corte e a modernidade nacional. SP: Cia das Letras, 1997.

MAUAD, Ana Maria e MUAZE, Mariana. A escrita da intimidade: história e memória no diário da viscondessa do Arcozelo. In: GOMES, Ângela de Castro (org.). *Escrita de si, escrita da História*. RJ: FGV, 2004.

MUAZE, Mariana de Aguiar Ferreira. Os guardados da viscondessa: fotografia e memória na coleção Ribeiro de Avellar. *Anais do Museu Paulista*, vol.14, n. 2. São Paulo, 2006.

_____. *As Memórias da Viscondessa: família e poder no Brasil Império*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2008.

MELLO, Evaldo Cabral de. *O nome e o sangue: uma parábola familiar no Pernambuco Colonial*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2000.

_____. O Fim das Casas-Grandes. In: NOVAIS, Fernando A. (coord.); ALENCASTRO, Luiz Felipe de (org.) *História da Vida privada no Brasil*. Império: a corte e a modernidade nacional. SP: Cia das Letras, 1997.

MIGNOT, Ana Cristina; BASTOS, Maria Helena; CUNHA, Maria Teresa. *Refúgios do eu: educação, história, escrita autobiográfica*. Florianópolis: Mulheres, 2000.

MONTEIRO, Nuno Gonçalo. O “Ethos” Nobiliárquico no final do Antigo Regime: poder simbólico, império e imaginário social. In: *Almanack braziliense*, n.02, nov. 2005.

MORLEY, Helena. *Minha vida de menina*. São Paulo: Cia das Letras, 1998.

MUZART, Zahidé Lupinacci. *Cartas muito íntimas – Escrúpulos de herdeira*. Revista Brasil de Literatura. Disponível no site: www.rbleditora.com.br

NAZZARI, Muriel. Dotes paulistas: composição e transformações (1600-1870). *Revista Brasileira de História*, n. 17. São Paulo: Marco Zero/ANPUH, 1988/1989.

NOVAIS, Fernando A. (coord.); ALENCASTRO, Luiz Felipe de (org.) *História da vida privada no Brasil*. Império: a corte e a modernidade nacional. SP: Cia das Letras, 1997.

NOVAIS, Fernando A. Condições da privacidade na colônia. In: SOUZA, Laura de Mello e (org.). *História da vida privada no Brasil. Cotidiano e vida privada na América portuguesa*. São Paulo: Cia das Letras, 1997.

PEDRO II. Diário da Viagem do Imperador a Minas. In: *Anuário do Museu Imperial*, vol. XVIII. Petrópolis, 1957.

PERROT, Michelle. Mulheres. In: *Os excluídos da história: operários, mulheres, prisioneiros*. RJ: Paz e Terra, 1992.

_____. (org.). Introdução. In.: *História da Vida privada*. Da Revolução Francesa à primeira Guerra. São Paulo: Cia das Letras, 1991.

_____. Identidade, igualdade, diferença: o olhar da história. In: *As mulheres e os silêncios da História*. Bauru: Edusc, 2005.

PETERSEN, Silvia Regina Ferraz. Dilemas e desafios da historiografia brasileira: a temática da vida cotidiana. *História e Perspectivas*. Uberlândia, v.6, p.25-44, jan./jun. 1992.

PRIORE, Mary Del. História do cotidiano e da vida privada. In: CARDOSO, Ciro F. e VAINFAS, Ronaldo (orgs.). *Domínios da História*. Ensaios de teoria e Metodologia. RJ: Campus, 1997.

_____. Ritos da vida privada. In: *História da vida privada no Brasil I: o cotidiano e vida privada na América portuguesa*. SP: Cia das Letras, 1997.

_____. *Condessa de Barral: a paixão do Imperador*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008.

QUINTANEIRO, Tânia. *Retratos de mulher. O cotidiano feminino no Brasil sob o olhar de viajeros do século XIX*. Petrópolis: Vozes, 1995.

REZENDE, Francisco de Paula Ferreira de. *Minhas Recordações*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1987.

RODARTE, Mário Marcos Sampaio. *O caso das minas que não se esgotaram: a pertinácia do antigo núcleo central minerador na expansão da malha urbana da Minas Gerais oitocentista*. BH: CEDEPLAR, 1999. (Dissertação de Mestrado)

ROQUETE, José Inácio. *Código do bom-tom, ou, Regras da Civilidade e de bem viver no século XIX*. São Paulo: Cia das Letras, 1997.

RUAS, Eponina. *Ouro Preto: sua História, seus templos e monumentos*. Ouro Preto: Ed. FFF, 1950.

SAINT-HILAIRE, Auguste. *Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*. BH: Editora Itatiaia, 1975.

SALLES, Fritz Teixeira de. *Vila Rica do Pilar*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da USP, 1982.

SAMARA, Eni de Mesquita. Casamentos e papéis familiares em São Paulo no século XIX. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, (37): 17-25, Mai. 1981.

_____. *A família brasileira*. 2ª Ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.

_____. A História da família no Brasil. *Revista Brasileira de História*, n. 17. São Paulo: Marco Zero/ANPUH, 1988/1989.

SANTOS, Ana Maria Pessoa dos. *Cartas do sobrado*. RJ: UFRJ/ECO, 2000. (Tese de Doutorado)

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *As Barbas do Imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo: Cia das Letras, 1998.

SENNET, Richard. *O declínio do homem público*. SP: Cia das Letras, 1988.

_____. *Carne e pedra*. Rio de Janeiro: Record, 2006.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *História da família no Brasil colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

TELLES, Norma. Escritoras, escritas, escrituras. In: PRIORE, Mary Del (org.). *História das mulheres no Brasil*. 2 ed. SP: Contexto, 1997.

TRINDADE, Cônego Raymundo. *Velhos Troncos Ouropretanos*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1951.

VAINFAS, Ronaldo. *Trópico dos pecados: moral, sexualidade e inquisição no Brasil*. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

_____. História da vida privada: dilemas, paradigmas, escalas. *Anais do Museu Paulista*, n. 4, 1996.

VASCONCELLOS, Sylvio de. *Vila Rica: formação e desenvolvimentos – Residências*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1956.

VASCONCELOS, Eliane. Carta missiva. *Revista Brasil de Literatura*. Disponível no site: www.rbleditora.com.br

VENÂNCIO, Giselle Martins. Presentes de papel: cultura escrita, e sociabilidade na correspondência de Oliveira Viana. *Revista Estudos Históricas*, Rio de Janeiro, n.28, 2001.

VIANNA, Oliveira. *Populações Meridionaes do Brasil*. São Paulo: Editora Nacional, 1938.

VINCENT-BUFFAULT, Anne. *Da amizade: uma história do exercício da amizade nos séculos XVIII e XIX*. Tradução de Maria Luiza Borges. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1996.

ZUQUETE, Afonso Eduardo Martins (org.) *Nobreza de Portugal e do Brasil*. Lisboa: Enciclopédia, vol.3, 1960.